



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLVII — Nº 42

QUARTA-FEIRA, 7 DE OUTUBRO DE 1992

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

PROJETO DE LEI Nº 47, DE 1992-CN

MENSAGEM Nº 100, DE 1992-CN
(Nº 562/92, na origem)

EMENDAS

Mensagem: 100/92

47-00001-5

PROJETO DE LEI NUMERO	PAGINA
47/92	1 DE 1

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEP.FED.CLOVIS ASSIS	BA	PDT

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se onde couber, no programa de auxílio-creche, do Ministério Público do Trabalho - 34.104, para atender despesas com a junta de conciliação e julgamento, em Vitória da Conquista-BA.

JUSTIFICAÇÃO

Um bom desenvolvimento do organismo humano, naturalmente, é a recreação, para uma criança, cujos pais trabalham; uma creche que cuide das crianças até os 6 anos de idade é uma instituição muito útil. Nas cidades com famílias de baixa renda, torna-se imprescindível a creche, pelos cuidados de saúde, pedagógicos, psicológicos e higiênicos dispensados às crianças nessa instituição.

PARLAMENTAR

23 / 9 / 92

DATA

ASSINATURA

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

CARLOS HOMERO VIEIRA NINA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

Mensagem: 100/92

47-00002-3

PROJETO DE LEI NÚMERO

47/92

PÁGINA

1 DE 1

EMENDA

DEP.FED.CLOVIS ASSIS

AUTOR

UF

BA

PARTIDO

PDT

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se onde couber, no programa de proteção ao trabalhador, do Ministério Público da União - 34.000, Ministério do Trabalho - 34.104, para atender despesas com a junta de conciliação e julgamento, em Vitória da Conquista-BA.

JUSTIFICAÇÃO

O trabalhador, necessita de proteção quando do uso de força de trabalho, nada mais justo que, proteger aqueles trabalhadores responsáveis pelo Serviço Público do nosso País.

PARLAMENTAR

23/ 9 /92

DATA

ASSINATURA

Mensagem: 100/92

47-00003-1

47/92

INA
1 DE 1

EMENDA

AUTOR	JF	PARTIDO
DEP.FED.CLOVIS ASSIS	BA	PDT

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se onde couber, no programa de proteção, ao trabalhador, do Ministério Público da União - 34.000, Ministério Público Militar- 34.102, para atender despesas com o Tiro de Guerra de Vitória da Conquista-BA

JUSTIFICAÇÃO

O trabalhador, necessita de proteção quando do uso de força de trabalho, nada mais justo que, proteger aqueles trabalhadores responsáveis pela segurança do nosso País.

PARLAMENTAR

23 / 9 / 92

DATA

ASSINATURA

Mensagem: 100/92

47-00004-0

PROJETO DE LEI NÚMERO

47/92

1 DE 1

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEP.FED.CLOVIS ASSIS	BA	PDT

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se onde couber no programa de auxílio-creche, do Ministério Público da União - 34.000, Ministério Público Militar - 34.102, para atender despesas com o Tiro de Guerra de Vitória da Conquista-BA 15.078.0486.4089.0002

JUSTIFICAÇÃO

Um bom desenvolvimento do organismo humano, naturalmente, é a re criação, para uma criança, cujos ambos os pais trabalham, uma cre che que cuide das crianças até os 6 anos de idade é uma institui- ção muito útil. Nas cidades com famílias de baixa renda, torna-se imprescindível a creche, pelos cuidados de saúde, pedagógicos, psi cológicos e higiênicos dispensados às crianças nessa instituição.

PARLAMENTAR

23 / 9 / 92

DATA

ASSINATURA

EMENDAS

ANIRAI FINFINHA	024
BASILIO VILLANI	024 A 024, 031
CARLOS AIRAJUQUEQUE	004 A 006
CARLOS AZAMBUJA	021
CLOVIS ASSIS	016 E 017
ELIO DALLA VECCHIA	004 A 011
FRANCISCO DORNELES	007
GERMANO RIGOTTO	031 A 040
HUMBERTO SCUTO	012
JARVIS GAIDZINSKI	035
JOSE ALDO	019
JOSE CARLOS ALELUIA	045 A 048
JOSE GERALDO	018
JOSE SANTANA DE VASCONCELLOS	001 A 003
LOUREMBERG NUNES ROCHA	020
LUCIA VANIA	043
LUIZ CLEROT	014
MAURO MIRANDA	015
NELSON JOBIN	022 E 023
ONOFRE QUINAN	008
ROBERTO BALESTRA	050 A 054
RUBERVAL PILOTTO	020, 032 A 035
SERGIO TOURINHO DANTAS	013
VALDOMIRO LIMA	036
VASCO FURLAN	041 E 042
VIRMONDES CRUVINEL	044
WERNER WANDERER	029

Consta no orçamento/1992 sob o código nº 16.080.0539.1205-0361
Valor: Cr\$ 5.000.000.000,00
Fonte de recursos: 16.080.0539.1340.0011
Obras Rodoviárias Emergenciais.

Revised 10/72
48-00000-7

INSTRUÇÕES NO VERSO CDS. PARLAMENTAR PLN-048/92-CN 01 01

AUTOR		PARTIDO	
José Santana de Vasconcelos		MG	PFL
TÍTULO DO ESTUDAR			

Consta no orçamento/1992 sob o código no 16.088.0539.1205-0360
Valor: Cr\$ 12.000.000.000,00
Fonte de recursos: 16.088.0539.1340.0011
Obras Rodoviárias Emergenciais.

48-22223-5

INSTRUÇÕES NO VERSO

ANTES _____ DE _____
 José Santana de Vasconcelos _____ MG PFL

500 (cinquenta por cento).

NOME		PARTIDO	
José Santana de Vasconcelos		MG	FFL
TÍTULO/INDICAÇÃO			

Fonte de recursos: 16.088.0539.1340.0010
Obras rodoviárias emergenciais

Instruções no verso		COO PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
			PL nº 48 de 1992-CN	1 de 01

EMENDA

Dep.	AUTOR	UF	PARTIDO
Carlos Albuquerque		BA	PDC

TEXTO

Inclua-se onde couber no PL-48/92, a importância de Cr\$ 24.000.000.000,00 (vinte e quatro bilhões de cruzeiros), para atender as obras de restauração da BR 324/BA - Trecho Salvador - Divisa PI/BA Km 0 ao Km 34.
Fonte de Cancelamento-16.088.0539.1340.0010 - Obras Rodoviárias emergenciais na Bahia.

JUSTIFICATIVA

A Emenda tem como objetivo garantir os recursos necessários ao andamento das obras de restauração da BR-324/BA. A União, através do DNER, fez grandes investimentos neste trecho rodoviário, que é de extrema importância para o Estado da Bahia, especialmente para Salvador, por ser a única saída rodoviária desta capital e que, em virtude das fortes chuvas, se encontra em condições muito precárias. A paralisação das obras acarretariam vultuosos prejuízos à União com a perda dos investimentos já realizados que contém inclusive com apoio do BIRD.

Instruções no verso		COO PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
			PL nº 48 de 1992-CN	1 de 01

EMENDA

Dep.	AUTOR	UF	PARTIDO
Carlos Albuquerque		BA	PDC

TEXTO

Inclua-se onde couber no PL-48/92, a importância de Cr\$ 24.000.000.000,00 (vinte e quatro bilhões de cruzeiros), para atender as obras de restauração da BR 324/BA - Trecho Salvador - Divisa PI/BA Km 0 ao Km 34.
Fonte de Cancelamento-16.088.0539.1340.0010 - Obras Rodoviárias emergenciais na Bahia.

JUSTIFICATIVA

A Emenda tem como objetivo garantir os recursos necessários ao andamento das obras de restauração da BR-324/BA. A União, através do DNER, fez grandes investimentos neste trecho rodoviário, que é de extrema importância para o Estado da Bahia, especialmente para Salvador, por ser a única saída rodoviária desta capital e que, em virtude das fortes chuvas, se encontra em condições muito precárias. A paralisação das obras acarretariam vultuosos prejuízos à União com a perda dos investimentos já realizados que contém inclusive com apoio do BIRD.

Instruções no verso		COO PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
			PL nº 48 de 1992-CN	01 de 01

EMENDA

Dep.	AUTOR	UF	PARTIDO
Carlos Albuquerque		BA	PDC

TEXTO

Inclua-se onde couber no PL-48/92, a importância de Cr\$ 24.000.000.000,00 (vinte e quatro bilhões de cruzeiros), para atender as obras de restauração da BR 324/BA - Trecho Salvador - Divisa PI/BA Km 0 ao Km 34.
Fonte de Cancelamento-16.088.0539.1340.0010 - Obras Rodoviárias emergenciais na Bahia.

JUSTIFICATIVA

A Emenda tem como objetivo garantir os recursos necessários ao andamento das obras de restauração da BR-324/BA. A União, através do DNER, fez grandes investimentos neste trecho rodoviário, que é de extrema importância para o Estado da Bahia, especialmente para Salvador, por ser a única saída rodoviária desta capital e que, em virtude das fortes chuvas, se encontra em condições muito precárias. A paralisação das obras acarretariam vultuosos prejuízos à União com a perda dos investimentos já realizados que contém inclusive com apoio do BIRD.

Instruções no verso		COO PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
			48/92-CN	01

EMENDA

Dep.	AUTOR	UF	PARTIDO
Francisco Corneles		RJ	PFL

BR-040/RJ - Divisa MG/RJ-PJ
Km 56 a 100

OBRAS EMERGENCIAIS DE RECUPERAÇÃO E RECOMPOSIÇÃO RODOVIÁRIA

TEXTO: Obras Emergenciais de trecho rodoviário visando melhorias nas condições de tráfego.

JUSTIFICATIVA: Não se trata de alocação de recursos para subprojeto novas de detalhamento de subtrecho, Rodovia de Integração Nacional, ligando o Pólo de Janeiro a Minas Gerais, em estado precário de conservação e muito degradada após as chuvas do último verão.
Sua interrupção traria grande prejuízo às cidades marginais, como também traria grande prejuízo para o país em termos de comunicação e escoamento de produção, haja vista, não se ter outra opção de tráfego.
Percentual executado: 70% (Setenta por cento)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Consta no orçamento/92 sob o código nº 16.088.0539.1205.0008
VALOR: Cr\$ 12.500.000.000,00 (Doze bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros)

Fonte de recursos: 16.088.0539.1340.0007
Obras Rodoviárias Emergenciais.

Instruções no verso		48-00000-4
COB PARLAMENTAR	48/92	01-01

EMENDA

Senador ONÍFRIO QUINAN

Suprima-se do Anexo II do PL nº 48, de 1992-CN, o subprojeto: 39201.16088.0537.1204.02R5-BR.060/GO-Anápolis-Goiânia (Duplicação), no valor de Cr\$19.936.000.000,00 (Dezenove bilhões, novecentos e trinta e seis milhões de cruzeiros).

Deduza-se, em contrapartida, o valor acima (Cr\$19.936.000.000,00) do Programa de Trabalho explicitado no Anexo I do PL nº 48, de 1992-CN, Subprojeto nº 19201.16088.0539.1340.0008-Obras Rodoviárias Emergenciais no Rio Grande do Sul.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda objetiva a evitar o cancelamento de parcela significativa dos recursos alocados no Orçamento da União do corrente Exercício (Lei nº 409, de 28/02/92), a partir da aprovação da emenda nº 001294-7, de minha autoria, com vistas a proporcionar a urgente duplicação da BR-060/GO-Trecho Anápolis-Goiânia, de modo a eliminar os inúmeros acidentes fatais que têm ocorrido, promovendo, consequentemente, a adequação rodoviária necessária ao desenvolvimento do Centro-Oeste.

Instruções no verso		48-00010-8
COB PARLAMENTAR	48/92	01-01

EMENDA

Deputado ELIO DALLA VECCHIA

PR PDT

Suprima-se do Anexo II do PL nº 48, de 1992-CN, o subprojeto: 39201.16088.0537.1204.02R5-BR.060/GO-Anápolis-Goiânia (Duplicação), no valor de Cr\$19.936.000.000,00 (Dezenove bilhões, novecentos e trinta e seis milhões de cruzeiros).

Deduza-se, em contrapartida, o valor acima (Cr\$19.936.000.000,00) do Programa de Trabalho explicitado no Anexo I do PL nº 48, de 1992-CN, Subprojeto nº 19201.16088.0539.1340.0008-Obras Rodoviárias Emergenciais no Rio Grande do Sul.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda objetiva a evitar o cancelamento de parcela significativa dos recursos alocados no Orçamento da União do corrente Exercício (Lei nº 409, de 28/02/92), a partir da aprovação da emenda nº 001294-7, de minha autoria, com vistas a proporcionar a urgente duplicação da BR-060/GO-Trecho Anápolis-Goiânia, de modo a eliminar os inúmeros acidentes fatais que têm ocorrido, promovendo, consequentemente, a adequação rodoviária necessária ao desenvolvimento do Centro-Oeste.

Instruções no verso		48-00007-4
COB PARLAMENTAR	48/92	01-01

EMENDA

Deputado ELIO DALLA VECCHIA

PR PDT

Suprima-se do Anexo II do PL nº 48, de 1992-CN, o subprojeto: 39201.16088.0537.1204.02R5-BR.060/GO-Anápolis-Goiânia (Duplicação), no valor de Cr\$19.936.000.000,00 (Dezenove bilhões, novecentos e trinta e seis milhões de cruzeiros).

Deduza-se, em contrapartida, o valor acima (Cr\$19.936.000.000,00) do Programa de Trabalho explicitado no Anexo I do PL nº 48, de 1992-CN, Subprojeto nº 19201.16088.0539.1340.0008-Obras Rodoviárias Emergenciais no Rio Grande do Sul.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda objetiva a evitar o cancelamento de parcela significativa dos recursos alocados no Orçamento da União do corrente Exercício (Lei nº 409, de 28/02/92), a partir da aprovação da emenda nº 001294-7, de minha autoria, com vistas a proporcionar a urgente duplicação da BR-060/GO-Trecho Anápolis-Goiânia, de modo a eliminar os inúmeros acidentes fatais que têm ocorrido, promovendo, consequentemente, a adequação rodoviária necessária ao desenvolvimento do Centro-Oeste.

Instruções no verso		48-00011-6
COB PARLAMENTAR	48/92	01-01

EMENDA

Deputado ELIO DALLA VECCHIA

PR PDT

Suprima-se do Anexo II do PL nº 48, de 1992-CN, o subprojeto: 39201.16088.0537.1204.02R5-BR.060/GO-Anápolis-Goiânia (Duplicação), no valor de Cr\$19.936.000.000,00 (Dezenove bilhões, novecentos e trinta e seis milhões de cruzeiros).

Deduza-se, em contrapartida, o valor acima (Cr\$19.936.000.000,00) do Programa de Trabalho explicitado no Anexo I do PL nº 48, de 1992-CN, Subprojeto nº 19201.16088.0539.1340.0008-Obras Rodoviárias Emergenciais no Rio Grande do Sul.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda objetiva a evitar o cancelamento de parcela significativa dos recursos alocados no Orçamento da União do corrente Exercício (Lei nº 409, de 28/02/92), a partir da aprovação da emenda nº 001294-7, de minha autoria, com vistas a proporcionar a urgente duplicação da BR-060/GO-Trecho Anápolis-Goiânia, de modo a eliminar os inúmeros acidentes fatais que têm ocorrido, promovendo, consequentemente, a adequação rodoviária necessária ao desenvolvimento do Centro-Oeste.

Anexo II (M/72)	
48-00012-4	
INSTRUÇÕES NO VERSO	CDS PARLAMENTAR
PL. NR. 48/92	01 de 01

EMENDA

AUTOR	PARTE DO
DEP. SERGIO TOURINHO DANTAS	BA PFL

JUSTIFICATIVA

Destaque-se da rubrica nº 16.088.0539.1340.011 - Obras Rodoviárias Emergenciais em Minas Gerais, o valor de Cr\$1.000.000.000,00 (Um bilhão de reais) para o trecho compreendido entre o Rio São Francisco e a entrada da cidade de Januária (MG).

JUSTIFICATIVA

A BR-135/MG permite a integração entre os municípios da região norte do Estado de Minas Gerais e a sua ligação com o Sul do Estado da Bahia, além do escoamento da produção.

As chuvas ocorridas na região no início deste ano - o que levou o Senhor Governador a decretar Estado de Emergência -, provocaram sérios danos à referida estrada, destruindo uma galeria e interrompendo o trânsito naquele trecho.

Anexo II (M/72)	
48-00014-1	
INSTRUÇÕES NO VERSO	CDS PARLAMENTAR
PL. NR. 48/92	01 de 01

EMENDA

AUTOR	PARTE DO
JOSE LUIZ CLEPOT	PB PMDB

JUSTIFICATIVA

EMENDA ADITIVA

16.088.0539.1340. - - - - - Obras rodoviárias emergenciais no Estado da Paraíba - 4º 230 Trecho Cabedelo entroncamento de BR - 101 - Cr\$ 4.200.000.000,000 (Quatro bilhões e duzentos milhões de cruzeiros).

EMENDA SUPRESSIVA

Reduzir igual valor da proposta de suplementação 16.088.0539.1340.0003 - obras rodoviárias emergenciais no Rio Grande do Sul.

JUSTIFICATIVA

A rodovia BR 230 entre Cabedelo e o entroncamento com a rodovia BR 101 tem uma extensão de 27,1 Km e atravessa toda a zona urbana de Cabedelo e João Pessoa.

Entre o porto de Cabedelo e o km 14,5 o volume de tráfego é de 8.500 veículos/dia com alto índice de acidentes devido aos cruzamentos com as vias urbanas.

Entre os kms 14,5 e 27,1 o tráfego já chega a 11.500 veículos/dia dificultando o acesso ao porto de Cabedelo e ao aeroporto Castro Pinto.

Atualmente desenvolve-se o projeto turístico com financiamento do Banco Mundial e a implantação de zona de processamento de exportações que irão agravar mais ainda a segurança do tráfego.

O Estado se compromete com 30% da obra.

Anexo II (M/72)	
48-00013-2	
INSTRUÇÕES NO VERSO	CDS PARLAMENTAR
PL. NR. 48/92	01 de 01

EMENDA

AUTOR	PARTE DO
DEP. SERGIO TOURINHO DANTAS	BA PFL

EMENDA ADITIVA

Acrescentar a 16.088.0539.1205.0405 BR 116/BA divisa PE/BA div. BA/MG (Km 888 a Km 944) o valor de Cr\$ 9.035.000.000,00 (Nove bilhões e trinta e cinco milhões de cruzeiros).

EMENDA SUPRESSIVA

Reduzir igual valor da proposta de suplementação 16.088.0539.1340.0007 - obras rodoviárias emergenciais no Paraná.

JUSTIFICATIVA:

O trecho citado na emenda aditiva necessita urgentemente de recursos financeiros para conclusão de restauração.

Trata-se de trecho com demasiado movimento rodoviário, com mais de 5 anos de execução e anualmente atingindo pelas chuvas, que acabou com a restauração executada anteriormente.

Necessário se torna a imediata conclusão, vez que o período das grandes chuvas se aproxima, e pode colocar a perder todos os investimentos realizados nos últimos anos.

Anexo II (M/72)	
48-00015-9	
INSTRUÇÕES NO VERSO	CDS PARLAMENTAR
PL. NR. 48/92	01 de 01

EMENDA

AUTOR	PARTE DO
DEPUTADO FEDERAL MAURO MIRANDA	GO PMDB

JUSTIFICATIVA

1) Suprima-se do anexo II (Programa de Trabalho - Cancelamento) do PL nr. 48, de 1992-CN, o seguinte subprojeto:

16.088.0537.1204.0205

BR-060/GO - ANAPOLIS - GOIÂNIA (Duplicação)

Valor: Cr\$ 19.936.000

GMD: Investimento

2) Em decorrência da supressão da Fonte de cancelamento referida no item 01 acima, deduz-se do anexo I do mesmo PL (Suplementação), no subprojeto:

16.088.0539.1340.0007

OBRA RODOVIÁRIAS EMERGENCIAIS NO PARANÁ

O valor de: Cr\$ 19.936.000

GMD: Investimento

JUSTIFICATIVA

A obra que o PL pretende anular, já constante da Lei Orçamentária em Vigor, aprovada pelo Poder Legislativo, e de suma importância para sanar o problema existente com vítimas fatais, congestionamento de tráfego, etc., entre a capital do Estado de Goiás e uma de suas principais cidades, notadamente no que se refere ao fluxo contínuo relativo ao abastecimento e transporte de trabalhadores, é inevitável e injusto a supressão dessa importante obra, em que pese o eventual acerto das suplementações pretendidas.

Resolução 181/92
48-00016-7

INSTRUÇÕES NO VERSO

CDS PARLAMENTAR

48/92

1 de 1

EMENDA

DEP. FED. CLOVIS ASSIS

AUTOR

BA

PDT

TESTE/AUTENTICAÇÃO

Inclua-se onde couber no PL48/92 CM, a importância de Cr\$500.000.000,00 (Quinhentos Milhões de Cruzeiros), para atender a recuperação da Rio-Bahia, trecho Vitória da Conquista - Jaquid-Ba, ora intransitável.

JUSTIFICAÇÃO

Centenas de acidentes são registrados diariamente na Rio-Bahia, trecho Vitória da Conquista - Jaquid-Ba, isenções burocráticas, sem acostamentos e trechos de apenas uma pista, torna-se visível o desdém do Poder Público com as vidas humanas que transitam naquele trecho. Justifica-se todo empenho para recuperação da pavimentação daquele trecho.

Resolução 181/92
48-00017-5

INSTRUÇÕES NO VERSO

CDS PARLAMENTAR

48/92

1 de 1

EMENDA

DEP. FED. CLOVIS ASSIS

AUTOR

BA

PDT

TESTE/AUTENTICAÇÃO

Inclua-se onde couber, no PL48/92CM, a importância de Cr\$900.000.000,00 (Novecentos Milhões de Cruzeiros), para Construção/Recuperação do trecho de 16Km da duplicação da Rio-Bahia - BR 116, que divide a cidade de Vitória da Conquista-BA em Vitória da Conquista Leste e Oeste, na Av. Presidente Dutra.

JUSTIFICAÇÃO

A cidade de Vitória da Conquista-BA, situa-se no Sudoeste da Bahia, entre Salvador-BA e Belo Horizonte-MG. A rodovia Rio-Bahia corta o coração de Vitória da Conquista dividindo a cidade em Norte e Sul. A cidade de Vitória da Conquista-BA com 300.000 hab., com a economia voltada para a agropecuária, com café e gado, além da agricultura de subsistência e citros; famílias inteiras vêm todos os dias à busca de filhos pedregosos no trecho Rio-Bahia que corta a cidade. Centenas de crianças morrem anualmente quando fazem essa travessia para dirigir-se às escolas.

Em 1988 o DNCR, após o fechamento do trecho Rio-Bahia/Conquista, quando a população revoltada quebrou todo o trecho da entrada da morte, o Governo resolveu colocar alguns quebra-molas gigantes e algumas rotatórias próximas aos cruzamentos, mas não resolveu; mortes ainda acontecem diariamente, pois precisa das passarelas para pedestres e duplicação da Rio-Bahia, assim como iluminação, pois o movimento é bastante perigoso, principalmente na descida de Serra Peri-Peri quando motoristas irresponsáveis descem a toda velocidade "na banguela". Gostaria com o apoio dos Pares desta Casa Legislativa, construir os 10Km que irão transformar a rodovia da morte em rodovia de vida.

Resolução 181/92
48-00018-3

INSTRUÇÕES NO VERSO

CDS PARLAMENTAR

PROJETO DE LEI NUMERO

48/92 - CN

01 de 01

EMENDA

DEP. JOSÉ GERALDO

AUTOR

MG

PMDB

TESTE/AUTENTICAÇÃO

TESTE

INCLUA-SE NA PROGRAMAÇÃO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM - DNCR (39.201), O CRÉDITO SUPLEMENTAR DE CR\$ 25.000.000,00 (VINTE E CINCO BILHÕES DE CRUZEIROS), PARA APLICAÇÃO NAS OBRAS DE CONCLUSÃO DA TESTA RAÇÃO DA RODOVIA BR-116/MG - DIV. MG/RJ - JIV. MG/BA - KM 310,0 A 378,8, A SER DEDUZIDO DOS SUB-PROJETOS ABAIXO:

- 16.088.0539.1340.0008 - CR\$ 8.000.000.000,00 - ANEXO I
- 16.088.0539.1340.0011 - CR\$ 8.000.000.000,00 - ANEXO I
- 16.088.0539.1340.0007 - CR\$ 9.000.000.000,00 - ANEXO I

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA VISA ASSEGURAR AO SEGMENTO KM 310,0 A 378,8 DA BR-116/MG OS RECURSOS NECESSÁRIOS PARA A CONCLUSÃO DA SUA RESTAURAÇÃO.

A BR-116/MG, NOTADAMENTE NO SUBTRECHO DETALHADO, CONCENTRA UM GRANDE TRÁFEGO DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS. A CHAMADA RIO-BAHIA, É DE SUMA IMPORTÂNCIA PARA A INTERLIGAÇÃO ENTRE O SUL E O NORDESTE BRASILEIRO, E AS OBRAS DE RESTAURAÇÃO ATUALMENTE EM RITMO LENTO, TRARÃO SIGNIFICATIVOS PREJUÍZOS PARA A ECONOMIA REGIONAL E BRASILEIRA. O SEU MAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO ATUAL VEM CONTRIBUINDO PARA UM AUMENTO CONSIDERÁVEL NO NÚMERO DE ACIDENTES, ALÉM DE FAVORECER NA ELEVAÇÃO DO CUSTO DO QUILOMETRO TRANSPORTADO E NO NÚMERO DE VÍTIMAS.

Resolução 181/92
48-00019-1

INSTRUÇÕES NO VERSO

CDS PARLAMENTAR

PROJETO DE LEI NUMERO

48/92 - CN

01 de 01

EMENDA

DEP. JOSÉ ALCY

AUTOR

MG

PRS

TESTE/AUTENTICAÇÃO

TESTE

INCLUA-SE NA PROGRAMAÇÃO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM - DNCR (39.201), O CRÉDITO SUPLEMENTAR DE CR\$ 25.000.000,00 (VINTE E CINCO BILHÕES DE CRUZEIROS) PARA APLICAÇÃO NA CONCLUSÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DA RODOVIA BR-494/MG - SÃO JOÃO DEL REY - SÃO TIAGO - MORRO DO FERRO, A SER DEDUZIDO DOS SEGUINTES SUB-PROJETOS:

- 16.088.0539.1340.0007 - ANEXO I CR\$ 10.000.000.000,00
- 16.088.0539.1340.0008 - ANEXO I CR\$ 7.000.000.000,00
- 16.088.0539.1340.0009 - ANEXO I CR\$ 4.000.000.000,00
- 16.088.0539.1340.0011 - ANEXO I CR\$ 4.000.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

OS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS SOLICITADOS PARA ESTA ATIVIDADE, PERMITIRÃO O ANDAMENTO DAS OBRAS DE CONCLUSÃO DA BR-494/MG, TRECHO SÃO JOÃO DEL REY - SÃO TIAGO - MORRO DOS FERROS, QUE PARA A LIGAÇÃO RODOVIÁRIA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DEL REY À BR-381/MG (BELO HORIZONTE - SÃO PAULO), BENEFICIANDO O ACESSO ENTRE AS REGIÕES ECONÔMICAS DO ALTO SÃO FRANCISCO, DIVINÓPOLIS, FORMIGA E CAMPOS DA MANTIQUEIRA, ALÉM DE PERMITIR O ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO DESTAS REGIÕES. ESTA LIGAÇÃO RODOVIÁRIA FOI INICIADA EM 1982, FALTANDO MENOS DE 20% PARA A SUA CONCLUSÃO.

OS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS ALOCADOS NO ORÇAMENTO DE 1992 SÃO INSUFICIENTES PARA A CONCLUSÃO DA OBRA.

BRASIL 1992

48-00020-5

INSTRUÇÕES NO VERSO	COD. PARLAMENTAR	PLN - 48/92	01 de 01
---------------------	------------------	-------------	----------

EMENDA

AUTOR: SEN. LOURENBERG N. ROCHA
 PARTIDO: PTB

TEXTO

Inclua-se na programação do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER (1992/1), o crédito suplementar de Cr\$ 25.000.000.000 (vinte e cinco bilhões de cruzeiros), para aplicação na continuação das obras de construção da BR-158/MT - Corredor Viário - Link para São Félix do Araguaia, a ser deduzido dos seguintes sub-projetos:

- 16.088.0539.1340.0011 - Cr\$ 5.000.000.000,00 - Anexo I
- 16.088.0539.1340.0009 - Cr\$ 5.000.000.000,00 - Anexo I
- 16.088.0539.1340.0008 - Cr\$ 8.000.000.000,00 - Anexo I
- 16.088.0539.1340.0007 - Cr\$ 6.000.000.000,00 - Anexo I

JUSTIFICAÇÃO

A implantação e pavimentação da BR-158/MT, Trecho Corredor Gaviões ao entroncamento para São Félix, irá completar mais uma parte da ligação do nordeste do Mato Grosso, região de grande produção agropecuária, com o sul do país e com a província mineral de Carajás.

Além de grande produtora de gado bovino, a região apresenta um potencial apreciável no que diz respeito à produção de grãos, hoje prejudicada pela não perenidade do trânsito nesta rodovia.

Com a implantação em curso de diversos assentamentos do Incra na região, com milhares de famílias beneficiadas, a construção desta rodovia torna-se de vital importância.

A execução desta obra não só possibilitará o escoamento da atual produção, como intensificará o desenvolvimento da região e sua produção graneleira.

BRASIL 1992

48-00022-1

INSTRUÇÕES NO VERSO	COD. PARLAMENTAR	PLN - 48/92	01 de 01
---------------------	------------------	-------------	----------

EMENDA MODIFICATIVA

AUTOR: NELSON JOBIM
 PARTIDO: PMDB

EXTENSÃO

Destaque-se neste Projeto de Lei no Anexo I, o Sub-Projeto na forma que se segue:

INCLUA-SE

- 16.088.0539.1340 - Obras Rodoviárias Emergenciais
- 16.088.0539.1340.xxxx - Obras Rodoviárias Emergenciais no Km 2,5 da BR 116/RS, trecho BR 116/RS - Div. SC/RS - Vacarias

VALOR = Cr\$ 4.500.000.000,00

Deduza-se este valor do seguinte:

- 16.088.0539.1340 - Obras Rodoviárias Emergenciais
- 16.088.0539.1340.0008 - Obras Rodoviárias Emergenciais no Rio Grande do Sul

JUSTIFICATIVA

Em decorrência das chuvas torrenciais que castigaram o Rio Grande do Sul no final do mês de maio deste ano, houve escorregamentos entre os Km 2,0 e Km 3,0 da BR 116/RS, provocando grandes erosões. Houve ainda, destruição de pista, caixas de drenagem e bueiros. Isto, provocou o uso precário da pista, colocando em risco a vida de quem por lá trafega e, muito mais, provocou e provoca grandes prejuízos à região, ao Estado e à nação, já que esta BR 116/RS é a ligação do Estado com todo o Brasil.

É por ela que trafegam os produtos e alimentos que recebemos e exportamos.

BRASIL 1992

48-00021-3

INSTRUÇÕES NO VERSO	COD. PARLAMENTAR	PLN - 48/92	01 de 01
---------------------	------------------	-------------	----------

EMENDA MODIFICATIVA

AUTOR: CARLOS AZAMBUJA
 PARTIDO: PDS

EXTENSÃO

Destaque-se neste Projeto de Lei no Anexo I, o Sub-Projeto na forma que se segue:

INCLUA-SE

- 16.088.0539.1340 - Obras Rodoviárias Emergenciais
- 16.088.0539.1340.xxxx - Obras Rodoviárias Emergenciais no Trecho Porto Alegre-Pelotas, do Km 290,6 ao Km 344,4 da BR 116/RS.

VALOR = Cr\$ 15.000.000.000,00

Deduza-se este valor do seguinte:

- 16.088.0539.1340 - Obras Rodoviárias Emergenciais
- 16.088.0539.1340.0008 - Obras Rodoviárias Emergenciais no Rio Grande do Sul.

JUSTIFICATIVA

Esta rodovia é a única via de acesso ao Porto do Rio Grande, com tráfego intenso durante o ano inteiro de safra agrícola, produtos industriais etc e esta com o pavimento deteriorado devido aos fortes chuvas. É considerado o caminho de integração entre os países Uruguai e Argentina, membros do MERCOSUL para escoamento da mercadoria. O trecho em questão está interditado, causando enormes prejuízos de função principalmente de acidentes com vítimas fatais, com forte risco do ser interditado em virtude das suas péssimas condições de tráfego.

BRASIL 1992

48-00023-0

INSTRUÇÕES NO VERSO	COD. PARLAMENTAR	PLN - 48/92	01 de 01
---------------------	------------------	-------------	----------

EMENDA MODIFICATIVA

AUTOR: NELSON JOBIM
 PARTIDO: PMDB

EXTENSÃO

Destaque-se neste Projeto de Lei, Anexo I, o Sub-Projeto na forma que se segue:

INCLUA-SE

- 16.088.0539.1340 - Obras Rodoviárias Emergenciais
- 16.088.0539.1340.xxxx - Obras Rodoviárias Emergenciais no trecho Caracinho - São Borja, Sub-Trecho Km 339,6 da BR 285/RS

VALOR: Cr\$ 1.500.000.000,00

Deduza-se este valor de:

- 16.088.0539.1340 - Obras Rodoviárias Emergenciais
- 16.088.0539.1340.0008 - Obras Rodoviárias Emergenciais no Rio Grande do Sul

JUSTIFICATIVA

Devido as chuvas intensas que assolaram a região no mês de maio deste ano, romperam-se as cabeceiras da ponte sobre o Rio Jacuí-Mirim, deixando intransitável a Rodovia.

O tráfego ficou desde então totalmente interrompido deixando sem o acesso principal a fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, que faz também a ligação do MERCOSUL com a região das Missões, grande produtora de grãos, com o restante do Estado.

Sendo então imprescindível a recuperação dos danos causados pelas chuvas, aliviando o sofrimento pessoal e econômico de nossos cidadãos e financeiro de nosso Estado e do Brasil.

INSTRUÇÕES NO VERSO		COD. PARLAMENTAR		PLN 48/92		01 01	
---------------------	--	------------------	--	-----------	--	-------	--

EMENDA

DEPUTADO BASÍLIO VILLANI		PR		PDS	
--------------------------	--	----	--	-----	--

PROPOSTA DE INCLUSÃO

Incluir o sub-projeto 16.088.0539.1340
Obras Rodoviárias Emergenciais
BR 153/416/PR - subtrecho: RN-476 (Curitiba) - BR-153 (Divisa PR/SC)
Valor: Cr\$ 20.000.000.000,00

FONTE DE CANCELAMENTO

Deduzir o valor de Cr\$ 20.000.000.000,00 do
sub-projeto 16.088.0539.1340.0007
Obras Rodoviárias Emergenciais no Paraná

JUSTIFICATIVA

Em virtude da atual situação da estrada, faz-se necessária a aplicação integral dos recursos, em razão do comprometimento da rodovia e obstrução do tráfego.

A situação de emergência ocorrida no estado e, particularmente neste segmento, no mês de junho, demandaram a execução de serviços por determinação do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER).

A situação da estrada obriga a aplicação integral dos recursos, pois se isto não ocorrer, os serviços já executados serão perdidos e a estrada será novamente interditada com prejuízo para o estado e a segurança do usuário.

A rodovia é o corredor natural de exportação da safra do nosso estado para São Paulo e o País.

INSTRUÇÕES NO VERSO		COD. PARLAMENTAR		PLN 48/92		01 01	
---------------------	--	------------------	--	-----------	--	-------	--

EMENDA

DEPUTADO BASÍLIO VILLANI		PR		PDS	
--------------------------	--	----	--	-----	--

Inclua-se no Programa de Trabalho a cargo do Ministério dos Transportes e das Comunicações, DNER, a importância de Cr\$ 10.000.000.000,00, para a BR 277/PR - GUARAPUAVA - Entroncamento da BR 473/PR trecho Km 352 a Km 405), reduzindo-se o mesmo valor do crédito proposto para o subprojeto obras rodoviárias emergenciais - 16.088.0539.1340.0007, no Paraná.

JUSTIFICATIVA

A BR 277/PR, se constitui na principal via de transporte de carga exportadas, inclusive do Paraguai, através do Porto de Paranaguá, ressaltando-se ainda, o volume de tráfego intenso com turistas de todo o Brasil e do exterior, por ser a via de acesso à Foz do Iguaçu.

Esta obra teve início em maio de 1988, desde então para lizada sete vezes por determinação do DNER, devido a falta de recursos.

A restauração deste importante trecho, torna-se inquestionável o acolhimento à presente proposição.

INSTRUÇÕES NO VERSO		COD. PARLAMENTAR		PLN 48/92		01 01	
---------------------	--	------------------	--	-----------	--	-------	--

EMENDA

DEPUTADO BASÍLIO VILLANI		PR		PDS	
--------------------------	--	----	--	-----	--

Inclua-se no Programa de Trabalho a cargo do Ministério dos Transportes e das Comunicações, DNER, a importância de Cr\$ 10.000.000.000,00, para a BR 277/PR - GUARAPUAVA - Entroncamento BR 373/PR, Km 405 a Km 436, reduzindo-se o mesmo valor do crédito proposto para o subprojeto obras rodoviárias emergenciais - 16.088.0539.1340.0007, no Paraná.

JUSTIFICATIVA

A BR 277 no Paraná, é uma ligação internacional com os países vizinhos Paraguai e Argentina. Na qualidade de "Corredor de Exportação", transporta grande produção de grãos do Estado e da República do Paraguai, com um volume de tráfego médio de 4.500 veículos/dia, dos quais mais de 50% constituído por caminhões de carga.

Os serviços já executados de sub-base de pavimento, encontram-se expostos e certamente serão destruídos, aumentando consideravelmente o custo final da obra.

INSTRUÇÕES NO VERSO		COD. PARLAMENTAR		PLN 48/92		01 01	
---------------------	--	------------------	--	-----------	--	-------	--

EMENDA

DEPUTADO BASÍLIO VILLANI		PR		PDS	
--------------------------	--	----	--	-----	--

PROPOSTA DE INCLUSÃO

Incluir o sub-projeto 16.088.0539.1340
Obras Rodoviárias Emergenciais
BR-277/PR - trecho entroncamento BR373(Três Pinheiros)-
entroncamento BR-158/PR-484 (Laranjeiras do Sul)
Valor: Cr\$ 7.297.000.000,00

FONTE DE CANCELAMENTO

Deduzir o valor de Cr\$ 7.297.000.000,00
do Sub-projeto 16.088.0539.1340.0007
Obras Rodoviárias Emergenciais no Paraná

JUSTIFICATIVA

Em virtude da situação atual da estrada, faz-se necessário a aplicação integral dos recursos, pois os serviços emergenciais, por solicitação do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER), foram totalmente executados, desobstruindo e liberando a rodovia.

O local da ocorrência da emergência está situado em região dobrada e sem seção mista, tendo ocorrido o escorregamento em toda a extensão da pista e da 3ª faixa de tráfego, com a obstrução total do tráfego em uma rodovia que é responsável pelo escoamento de grande parte da produção agrícola do estado do Paraná. Houve necessidade de ser criada passagem provisória de tráfego, em caráter precário, com posterior recomposição da pista para garantir a passagem dos veículos.

Instrução 18/72		48-00028-1	
INSTRUÇÕES NO VERSO	CD. PARLAMENTAR	PLN 48/92	01 01

EMENDA

DEPUTADO BASÍLIO VILLANI	PR	PDS
--------------------------	----	-----

PROPOSTA DE INCLUSÃO

Incluir o sub-projeto 16.088.0539.1340

Obras Rodoviárias Emergenciais

BR-158/PR - Trecho Laranjeiras do Sul - Entroncamento BR-281

Valor: Cr\$ 5.480.000.000,00

FONTE DE CANCELAMENTO

Reduzir o valor de Cr\$ 5.480.000.000,00

do sub-projeto 16.088.0539.1340.0007

Obras Rodoviárias Emergenciais no Paraná

JUSTIFICATIVA

Em virtude da situação atual da estrada, faz-se necessário a aplicação integral dos recursos, pois os serviços emergenciais, por solicitação do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), foram totalmente executadas, desobstruindo e liberando a rodovia.

A rodovia, na época da determinação da execução de serviço, encontrava-se obstruída devido ao deslizamento de aterro, com destruição de um bueiro tubular de concreto e do pavimento e ainda com a queda de diversas barreiras ao longo do trecho, com a interrupção total da pista.

Instrução 18/72		48-00030-2	
INSTRUÇÕES NO VERSO	CD. PARLAMENTAR	48 - 1992 -	01 01

EMENDA

DEPUTADO BASÍLIO VILLANI	PR	PDS
--------------------------	----	-----

PROJETO A SER SUPLEMENTADO (CRÉDITO ESPECIAL)

Obras Emergenciais em Santa Catarina no Km 107,8 na Rodovia BR 116-SC

Valor: Cr\$ 8.000.000.000,00 (Oito bilhões de cruzeiros).

REDUZIR DO PROJETO DE SUPLEMENTAÇÃO

16.088.0539.1340.0007

Obras Rodoviárias Emergenciais em Santa Catarina

Valor: Cr\$ 40.000.000.000,00 (Quarenta bilhões de cruzeiros).

JUSTIFICATIVA

A grande intensidade das chuvas que assolaram as regiões norte e oeste de Santa Catarina, ocasionaram assim alguns pontos de interrupções nas rodovias, notadamente na BR-116, causados pelo transbordamento de rios e quedas do corpo estradal como a ocorrência no Km 107,8 nesta BR-116, no município de Santa Cecília em Santa Catarina.

Neste local foi constatado, que a plataforma da estrada consistia de uma seção mista (meia encosta) e que devido a grande precipitação pluviométrica ocasionou o esgotamento dos sistemas de drenagem existentes e o consequente desequilíbrio do aterro. Desta maneira encontrava-se esta rodovia interditada ao tráfego, sendo por este motivo classificada como obra emergencial rodoviária, e seus serviços foram executados no período de Junho/Julho 1992.

Instrução 18/72		48-00029-7	
INSTRUÇÕES NO VERSO	CD. PARLAMENTAR	48.1992.	01 01

EMENDA

DEPUTADO BASÍLIO VILLANI	PR	PFL
--------------------------	----	-----

PROJETO A SER SUPLEMENTADO (CRÉDITO ESPECIAL)

Obras emergenciais no Paraná - BR 476/PR (Km 123 ao 169)

Valor: Cr\$ 6.000.000.000,00 (Seis bilhões de cruzeiros).

REDUZIR DO PROJETO DE SUPLEMENTAÇÃO

16.088.0539.1340.0007

Obras Rodoviárias Emergenciais no Paraná

Valor: Cr\$ 35.000.000.000,00 (Trinta e cinco bilhões de cruzeiros)

JUSTIFICATIVA

A grande intensidade das chuvas que assolou a região compreendida no trecho Curitiba-União de Vitória da rodovia BR 476/PR, interrompeu a totalidade de pista em vários locais devido ao rompimento de 02 (dois) bueiros e a destruição do encontro junto à ponte no Km 117, sendo por este motivo classificado como obra emergencial rodoviária, e seus serviços executados (trecho compreendido entre o Km 0 e o Km 169) no período de Junho/Julho de 1992.

Instrução 18/72		48-00031-1	
INSTRUÇÕES NO VERSO	CD. PARLAMENTAR	PLN 48/92	01 01

EMENDA

DEPUTADO BASÍLIO VILLANI	PR	PDS
--------------------------	----	-----

PROJETO A SER SUPLEMENTADO

Obras Rodoviárias emergenciais no Paraná

Valor: Cr\$ 17.000.000.000,00

FONTE DE CANCELAMENTO

16.088.0539.1340.0007

Obras Rodoviárias Emergenciais no Paraná

Valor: Cr\$ 17.000.000.000,00

JUSTIFICATIVA

A grande intensidade de chuvas que assolaram a região oeste e sul do Paraná, ocasionaram assim alguns pontos de interrupção na malha rodoviária federal deste Estado, sendo autorizadas a realização de obras emergenciais, afim de restabelecer a trafegabilidade das mesmas, de acordo com o estabelecido no Decreto Lei 2.300.

Estas obras, foram executadas no período de junho/julho de 1992, estando pendentes os pagamentos as diversas empresas que as executaram.

INSTRUÇÕES NO VERSO		48/92	1	1
---------------------	--	-------	---	---

EMENDA

RUBRICAL P/LC		SC	PL
---------------	--	----	----

EMENDA SUPRESSIVA

SUPRIMA-SE DAS FONTES DE CANCELAMENTO O SUB-PROJETO " BR 101/SC-BIGUAÇU-PALHOÇA (KM192,4 A KM 216,5) CÓDIGO 16.088.0537.1204.0246 NO VALOR TOTAL DE CR\$ 1.778.000.000,00.

CANCELAMENTO

SUB-PROJETO: OBRAS RODOVIÁRIAS EMERGENCIAIS NO RIO GRANDE DO SUL
CÓDIGO: 16.088.0539.1340.0008
VALOR : CR\$ 1.778.000.000,00

JUSITIFICATIVA

ESTE TRECHO COM ELEVADO FLUXO DE VEÍCULOS, NECESSITA DE RESTAURAÇÃO DA PISTA EXISTENTE, QUE ENCONTRA-SE EM PÉSSIMA SITUAÇÃO, SEM COMO DA OUTRA PISTA DE DUPLICAÇÃO, PARA QUE POSSAM SER EVITADOS OS INÚMEROS ACIDENTES COM CONSIDERÁVEL PREJUÍZO MATERIAL E HUMANO.

INSTRUÇÕES NO VERSO		48/92	1	1
---------------------	--	-------	---	---

EMENDA

RUBRICAL P/LC		SC	PL
---------------	--	----	----

EMENDA SUPRESSIVA

SUPRIMA-SE DAS FONTES DE CANCELAMENTO O SUB-PROJETO " BR 101/SC-BIGUAÇU-PALHOÇA (KM192,4 A KM 216,5) CÓDIGO 16.088.0537.1204.0246 NO VALOR TOTAL DE CR\$ 1.778.000.000,00.

CANCELAMENTO

SUB-PROJETO: OBRAS RODOVIÁRIAS EMERGENCIAIS NO PARANÁ
CÓDIGO: 16.088.0539.1340.0007
VALOR : CR\$ 1.778.000.000,00

JUSITIFICATIVA

ESTE TRECHO COM ELEVADO FLUXO DE VEÍCULOS, NECESSITA DE RESTAURAÇÃO DA PISTA EXISTENTE, QUE ENCONTRA-SE EM PÉSSIMA SITUAÇÃO, SEM COMO DA OUTRA PISTA DE DUPLICAÇÃO, PARA QUE POSSAM SER EVITADOS OS INÚMEROS ACIDENTES COM CONSIDERÁVEL PREJUÍZO MATERIAL E HUMANO.

INSTRUÇÕES NO VERSO		48/92	1	1
---------------------	--	-------	---	---

EMENDA

RUBRICAL P/LC		SC	PL
---------------	--	----	----

EMENDA SUPRESSIVA

SUPRIMA-SE DAS FONTES DE CANCELAMENTO O SUB-PROJETO " BR 101/SC-BIGUAÇU-PALHOÇA (KM192,4 A KM 216,5) CÓDIGO 16.088.0537.1204.0246 NO VALOR TOTAL DE CR\$ 1.778.000.000,00.

CANCELAMENTO

SUB-PROJETO: OBRAS RODOVIÁRIAS EMERGENCIAIS NA BARRA
CÓDIGO: 16.088.0539.1340.0010
VALOR : CR\$ 1.778.000.000,00

JUSITIFICATIVA

ESTE TRECHO COM ELEVADO FLUXO DE VEÍCULOS, NECESSITA DE RESTAURAÇÃO DA PISTA EXISTENTE, QUE ENCONTRA-SE EM PÉSSIMA SITUAÇÃO, SEM COMO DA OUTRA PISTA DE DUPLICAÇÃO, PARA QUE POSSAM SER EVITADOS OS INÚMEROS ACIDENTES COM CONSIDERÁVEL PREJUÍZO MATERIAL E HUMANO.

INSTRUÇÕES NO VERSO		48/92	1	1
---------------------	--	-------	---	---

EMENDA

RUBRICAL P/LC		SC	PL
---------------	--	----	----

DEPUTADO JARVIS GAIDZINSKI

EMENDA SUPRESSIVA

SUPRIMA-SE DAS FONTES DE CANCELAMENTO O SUB-PROJETO " BR 101/SC-BIGUAÇU-PALHOÇA (KM192,4 A KM 216,5) CÓDIGO 16.088.0537.1204.0246 NO VALOR TOTAL DE CR\$ 1.778.000.000,00.

CANCELAMENTO

SUB-PROJETO: OBRAS RODOVIÁRIAS EMERGENCIAIS EM MINAS GERAIS
CÓDIGO: 16.088.0539.1340.0011
VALOR : CR\$ 1.778.000.000,00

JUSITIFICATIVA

ESTE TRECHO COM ELEVADO FLUXO DE VEÍCULOS, NECESSITA DE RESTAURAÇÃO DA PISTA EXISTENTE, QUE ENCONTRA-SE EM PÉSSIMA SITUAÇÃO, SEM COMO DA OUTRA PISTA DE DUPLICAÇÃO, PARA QUE POSSAM SER EVITADOS OS INÚMEROS ACIDENTES COM CONSIDERÁVEL PREJUÍZO MATERIAL E HUMANO.

Resumo IN/R

48-00036-1

INSTRUÇÃO NO VOTO	CEB. PARLAMENTAR	PL. 48/92	DI. 01
-------------------	------------------	-----------	--------

EMENDA

DEPUTADO VALDOMIRO LIMA	RS	POV
-------------------------	----	-----

I. Altere-se o quadro do programa de trabalho para cancelamento, no Ministério dos Transportes, Departamento Nacional de Estradas e Rodagem para o seguinte:

1) Exclua-se do cancelamento proposto as dotações:

a) 16.0537.1204.0059 - BR 392/RS Cerro Largo/Porto Xavier
Cr\$ 17.000.000,00

b) 16.088.0537.1204.0208 - BR 386/RS Canoas/Pólo Petroquímico
Entroncamento RS-240
Cr\$ 1.857.000,00

II) Altere-se o quadro do programa de trabalho para SUPLEMENTAÇÃO, no Ministério dos Transportes e das Comunicações, Departamento Nacional de Estradas e Rodagem, para o seguinte:

a) Exclua-se da SUPLEMENTAÇÃO proposta a dotação

- 16.088.0539.1205.0056 - BR-262/MG - Divisa ES/MG - Divisa MG/SP
Restaurar trechos rodoviários (10 KM) - Cr\$ 5.666.666,00

b) Altere-se o valor das SUPLEMENTAÇÕES para as dotações:

- 16.088.0539.1340.0009 Cr\$ 72.561.933,00
Obras Rodoviárias Emergenciais no Paraná

- 16.088.0539.1340.0008 Cr\$ 52.561.933,00
Obras Rodoviárias Emergenciais no Rio Grande do Sul

- 16.088.0539.1340.0009 Cr\$ 37.561.933,00
Obras Rodoviárias Emergenciais em Santa Catarina

- 16.088.0539.1340.0010 Cr\$ 22.561.933,00
Obras Rodoviárias Emergenciais na Bahia

- 16.088.0539.1340.0011 Cr\$ 37.561.934,00
Obras Rodoviárias Emergenciais em Minas Gerais.

JUSTIFICATIVA

A BR 392, cujo segmento em obras, agora paralisadas, além de seus efeitos na ligação internacional com a Argentina e suas repercussões, MERCOSUL apresenta grande volume de tráfego em condições precárias, necessitando continuidade de seus trabalhos (o movimento diário é em torno de 1000 veículos/dia). Na BR 386 há urgência em equacionar a duplicação do segmento Canoas/Tabaí, justificando-se portanto a exclusão de ambas do cancelamento.

Resumo IN/R

48-00037-0

INSTRUÇÃO NO VOTO	CEB. PARLAMENTAR	PLN - 48/92	DI. 01
-------------------	------------------	-------------	--------

EMENDA MODIFICATIVA

DEPUTADO GERMANO RICOTTO	RS	PROB
--------------------------	----	------

Destaque-se neste projeto de Lei no anexo I, o Sub-Projeto na forma que se segue:

INCLUA-SE

16.088.0539.1340 - Obras Rodoviárias Emergenciais

16.088.0539.1340xxxx - Obras Rodoviárias Emergenciais na BR 386/RS
Trecho Soledade-Pouso Novo

VALOR = Cr\$ 7.000.000.000,00

Destaque-se este valor do seguinte:

16.088.0539.1340 - Obras Rodoviárias Emergenciais

16.088.0539.1340.0008 - Obras Rodoviárias Emergenciais no Rio Grande do Sul.

JUSTIFICATIVA

A BR 386/RS conhecida como Estrada da Produção, encontra-se com o pavimento em precaríssimas condições, necessitando de obras emergenciais para que não haja interrupção no tráfego neste momento em que continua a exportação de nossa safra agrícola.

Resumo IN/R

48-00038-0

INSTRUÇÃO NO VOTO	CEB. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	DI. 01
		PLN - 48/92	

EMENDA MODIFICATIVA

DEPUTADO GERMANO RICOTTO	RS	PROB
--------------------------	----	------

Destaque-se neste Projeto de Lei no anexo I, o Sub-Projeto na forma que se segue:

INCLUA-SE

16.088.0539.1340 - Obras Rodoviárias Emergenciais

16.088.0539.1340xxxx - Obras Rodoviárias Emergenciais no km 10 da BR 386/RS Trecho Oliv SC/RS - Sarandi

VALOR = Cr\$ 4.000.000.000,00

Deduza-se este valor do seguinte:

16.088.0539.1340 - Obras Rodoviárias Emergenciais

16.088.0539.1340.0008 - Obras Rodoviárias Emergenciais no Rio Grande do Sul.

JUSTIFICATIVA

Em decorrência das chuvas torrenciais que castigaram o Rio Grande do Sul no final do mês de maio deste ano, houve escorregamento no km 10 da BR 386-RS, provocando grande erosão que destruiu parte da pista e as obras de drenagem. Isto, provocou o uso precário da pista, colocando em risco a vida de quem por lá trafega e, muito mais, provocou e provoca grandes prejuízos a região, ao Estado e à Nação, já que esta BR/RS/RS é uma rodovia de escoamento da safra do RS e oeste de Santa Catarina.

É por ele que trafegam os produtos e alimentos que recebemos e exportamos.

Resumo IN/R

48-00039-0

INSTRUÇÃO NO VOTO	CEB. PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	DI. 01
		PLN - 48/92	

EMENDA MODIFICATIVA

DEPUTADO GERMANO RICOTTO	RS	PROB
--------------------------	----	------

Destaque-se neste projeto de Lei no anexo I, o Sub-Projeto na forma que se segue:

INCLUA-SE

16.088.0539.1340 - Obras Rodoviárias Emergenciais

16.088.0539.1340xxxx - Obras Rodoviárias Emergenciais no km 147 da BR 386/RS Trecho Sarandi-Canoas

VALOR = Cr\$ 1.400.000.000,00

Deduza-se este valor do seguinte:

16.088.0539.1340 - Obras Rodoviárias Emergenciais

16.088.0539.1340.0008 - Obras Rodoviárias Emergenciais do Rio Grande do Sul.

JUSTIFICATIVA

1) As fortes chuvas provocaram enorme erosão na cabeceira da ponte sobre o Rio Turvo, impedindo totalmente o tráfego, sendo esta a principal rodovia de acesso à região Nordeste do Rio Grande do Sul e oeste de Santa Catarina, com forte escoamento de produtos agrícolas e industriais.

INSTRUÇÕES NO VERSO		CICLO PARLAMENTAR		PROJETO DE LEI NÚMERO		PÁGINA	
		474		048/92		01 DE 02	

EMENDA MODIFICADORA

AUTOR: DEPUTADO GERMANO RICOTTO
RS PRDB

TEXTO JUSTIFICADO

Destaque-se neste Projeto de Lei no anexo I, o sub-Projeto na forma que se segue:

INCLUI-

16.088.0539.1340 - Obras Rodoviárias Emergenciais
16.088.0539.1340XXXX - Obras Rodoviárias Emergenciais no km 10 da BR 386/RS Trecho Div SC/RS - serandi
VALOR = R\$ 4.000.000.000,00

Deduz-se este valor do seguinte.

16.088.0539.1340 - Obras Rodoviárias Emergenciais
16.088.0539.1340.0008 - Obras Rodoviárias Emergenciais no Rio-Grande do Sul.

JUSTIFICATIVA

Em decorrência das chuvas torrenciais que castigaram o Rio Grande do Sul no final do mês de maio deste ano, houve escorregamento no km 10 da BR 386-RS, provocando grande erosão que destruiu parte da pista e as obras de drenagem. Isto, provocou o uso precário da pista, colocando em risco a vida de quem por lá trafega e, muito mais provocou e provoca grandes prejuízos à região, ao estado e à Nação, já que esta BR 386/RS é uma rodovia de escoamento da safra do RS e oeste de Santa Catarina, por ela que trafegam os produtos e alimentos que recebemos e exportamos.

JUSTIFICATIVA

Na atual situação da estrada, faz-se necessário a aplicação integral dos recursos, em razão do comprometimento da rodovia e obstrução do tráfego.
A situação de emergência ocorrida no estado e, particularmente neste segmento, no mês de Junho, demandaram a execução de serviços por determinação do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNFR).
A situação da estrada obriga a aplicação integral dos recursos, pois se isto não ocorrer, os serviços já executados serão perdidos e a estrada será novamente interditada com prejuízo para o estado e a segurança do usuário.
A rodovia é o corredor atual de exportação da safra do nosso estado para São Paulo e o País.

INSTRUÇÕES NO VERSO		CICLO PARLAMENTAR		PROJETO DE LEI NÚMERO		PÁGINA	
		474		048/92		02	

EMENDA

AUTOR: DEPUTADO VASCO FURLAN
SC PRDB

TEXTO JUSTIFICADO**PROPOSTA DE INCLUSÃO**

Incluir o sub-projeto 16.088.0539.1340.XXXX
Obras Rodoviárias Emergenciais
BR-282/SC - km 425
Valor: R\$ 10.915.000.000,00

FONTE DE RECURSOS

Deduzir o valor de R\$ 10.915.000.000,00 do sub-projeto 16.088.0539.1340.0009
Obras Rodoviárias Emergenciais em Santa Catarina

JUSTIFICATIVA

Na atual situação da estrada, faz-se necessário a aplicação integral dos recursos, em razão do comprometimento da rodovia e obstrução do tráfego.
A situação de emergência ocorrida no estado e, particularmente neste segmento, no mês de Junho, demandou a execução de serviços por determinação do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNFR).
A situação da estrada obriga a aplicação integral dos recursos, pois se isto não ocorrer, os serviços já executados serão perdidos e a estrada será novamente interditada com prejuízo para o estado e a segurança do usuário.
A rodovia é corredor natural de exportação da safra do nosso estado para São Paulo e o País.

INSTRUÇÕES NO VERSO		CICLO PARLAMENTAR		PROJETO DE LEI NÚMERO		PÁGINA	
		474		048/92		01 DE 03	

EMENDA

AUTOR: DEPUTADO VASCO FURLAN
SC PRDB

TEXTO JUSTIFICADO**PROPOSTA DE INCLUSÃO**

Incluir o sub-projeto 16.088.0539.1340.XXXX
Obras Rodoviárias Emergenciais
BR-153/SC - Km 28
Valor R\$ 12.654.000.000,00

FONTE DE RECURSOS

Deduzir o valor de R\$ 12.654.000.000,00 do sub-projeto 16.088.0539.1340.0009
Obras Rodoviárias Emergenciais em Santa Catarina

INSTRUÇÕES NO VERSO		CICLO PARLAMENTAR		PROJETO DE LEI NÚMERO		PÁGINA	
		474		048/92		01 DE 03	

EMENDA

AUTOR: Deputada LUCIA VÂNIA e outros
GO PRDB

TEXTO JUSTIFICADO

Exclua-se da fonte de cancelamento indicada no Anexo II, do PLN Nº 48/92 - CN, o Subprojeto 16.088.0537.1204.0203, BR-060/GO - Anápolis/Goiânia (duplicação), no valor de R\$ 19.936.000.000,00 (dezenove bilhões, novecentos e trinta e seis milhões de cruzeiros), e em consequência cancela-se o mesmo valor na programação constante do do Anexo I.

JUSTIFICAÇÃO

É de relevante importância a permanência dos recursos para a continuidade desse obra de conclusão prioritária.

Trata-se de trecho crítico da BR-060-GO, com um fluxo diário saturado que vem colocando em permanente risco a segurança dos usuários.

A duplicação do trecho reduzirá substancialmente o número de acidentes automobilísticos e proporcionará economia de caridosos de petróleo.

A obra já conta com mais de 30% de execução e, além disto vai de encontro com o art. 15 da Lei 9.447/92, Lei de Diretrizes Orçamentárias que diz para não incluir supramentos novos em detrimento de obras em andamento.

Sen. Iredson Costa Júnior	Sen. Onofre Quinan
Dep. Antônio de Jesus	Dep. Antônio Faleiros
Dep. Délio Braz	Dep. João Natal
Dep. José Gomes	Dep. Lázaro Barbosa
Dep. Luiz Sover	Dep. Maria Valadão
Dep. Mauro Borges	Dep. Mauro Corrêa
Dep. Osório Santa Cruz	Dep. Paulo Mandarino
Dep. Pedro Abrão	Dep. Roberto Balestra
Dep. Ronaldo Calado	Dep. Virmondes Cruvinel

16.088.0539.1340.0009
Obras Emergenciais em Santa Catarina
Valor: R\$ 19.936.000.000,00

JUSTIFICATIVA

A rodovia em pauta, representa a principal via rodoviária de Goiás e interliga as duas principais cidades do Estado. Ainda, obra em andamento e estratégica no escoamento de parte considerável da produção agrícola e industrial do Estado de Goiás. A necessidade da duplicação da rodovia também justifica-se pelo volume de veículos que transitam diariamente pela BR-060, no Trecho Anápolis-Goiânia

INSTRUÇÕES NO VERSO	COZ PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
		48/92	1

EMENDA

AUTOR	PARTE
DEPUTADO JOSE CARLOS ALBUJIA	BA

EMENDA SUPRESSIVA

SUPRIMIR DO PROJETO DE LEI, ANEXO II, DAS FONTES DE CANCELAMENTO O SEGUINTE SUB-PROJETO:

SUB-PROJETO: BR 116/BA - TUCANO - IBÓ
CÓDIGO ORÇAMENTÁRIO: 16.088.0537.1204.0409
VALOR: CR\$ 7.751.120.000,00

CANCELAMENTO

SUB-PROJETO: OBRAS RODOVIÁRIAS EMERGENCIAIS NO PARANÁ
CÓDIGO: 16.088.0539.1340.0009
VALOR: CR\$ 7.751.120.000,00

JUSITIFICATIVA

ESTE É O ÚNICO INTERVALO DA BR-116 QUE AINDA NÃO FOI CONSTRUÍDO. ESTA OBRA REDUZIRÁ TRAJETO NORDESTE-SUL EM MAIS DE 200 KM, PROPORCIONANDO ESCOAMENTO DAS SAFRAS COM MENORES CUSTOS, ECONOMIZANDO COMBUSTÍVEL PARA O PAÍS, ALÉM DE DESENVOLVER UMA REGIÃO DE GRANDE POTENCIAL MINERAL E AGRÍCOLA.

INSTRUÇÕES NO VERSO	COZ PARLAMENTAR	PL 48/92-CN	01	01
---------------------	-----------------	-------------	----	----

EMENDA

AUTOR	PARTE
DEPUTADO VIRMONDES CRUVINEL	GO

Suprima-se do Anexo II do PL 48/92-CN, Unidade Orçamentária nº 39201, o seguinte subprojeto:

16.088.0537.1204.0205
BR-060/GO - Trecho Anápolis-Goiânia (Duplicação)
Valor: R\$ 19.936.000.000,00

Deduza-se, em contrapartida, do Anexo I do PL 48/92-CN, Unidade Orçamentária nº 39201, do seguinte subprojeto:

INSTRUÇÕES NO VERSO	COZ PARLAMENTAR	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
		48/92	1

EMENDA

AUTOR	PARTE
DEPUTADO JOSE CARLOS ALBUJIA	BA

EMENDA SUPRESSIVA

SUPRIMIR DO PROJETO DE LEI, ANEXO II, DAS FONTES DE CANCELAMENTO O SEGUINTE SUB-PROJETO:

SUB-PROJETO: BR 116/BA - TUCANO - IBÓ
CÓDIGO ORÇAMENTÁRIO: 16.088.0537.1204.0409
VALOR: CR\$ 7.751.120.000,00

CANCELAMENTO

SUB-PROJETO: OBRAS RODOVIÁRIAS EMERGENCIAIS NO RIO GRANDE DO SUL
CÓDIGO: 16.088.0539.1340.0008
VALOR: CR\$ 7.751.120.000,00

JUSTIFICATIVA

ESTE É O ÚNICO INTERVALO DA BR-116 QUE AINDA NÃO FOI CONSTRUÍDO. ESTA OBRA REDUZIRÁ TRAJETO NORDESTE-SUL EM MAIS DE 200 KM, PROPORCIONANDO ECOAMENTO DAS SAFRAS COM MENORES CUSTOS, ECONOMIZANDO COMBUSTÍVEL PARA O PAÍS, ALÉM DE DESENVOLVER UMA REGIÃO DE GRANDE POTENCIAL MINERAL E AGRÍCOLA.

Recurso: 16/92
48-00047-7

INSTRUÇÕES NO VERSO

CDS PARLAMENTAR

48/92

1

1

EMENDA

DEPUTADO JOSE CARLOS ALELUIA

BA

PFL

EMENDA SUPRESSIVA

SUPRIMIR DO PROJETO DE LEI, ANEXO II, DAS FONTES DE CANCELAMENTO O SEGUINTE SUB-PROJETO:

SUB-PROJETO: BR 116/BA - TUCANO - IBÓ
CÓDIGO ORÇAMENTÁRIO: 16.088.0537.1204.0409
VALOR: CR\$ 7.751.120.000,00

CANCELAMENTO

SUB-PROJETO: OBRAS RODOVIÁRIAS EMERGENCIAIS EM SANTA CATARINA
CÓDIGO: 16.088.0539.1340.0009
VALOR: CR\$ 7.751.120.000,00

JUSTIFICATIVA

ESTE É O ÚNICO INTERVALO DA BR-116 QUE AINDA NÃO FOI CONSTRUÍDO. ESTA OBRA REDUZIRÁ TRAJETO NORDESTE-SUL EM MAIS DE 200 KM, PROPORCIONANDO ECOAMENTO DAS SAFRAS COM MENORES CUSTOS, ECONOMIZANDO COMBUSTÍVEL PARA O PAÍS, ALÉM DE DESENVOLVER UMA REGIÃO DE GRANDE POTENCIAL MINERAL E AGRÍCOLA.

Recurso: 16/92
48-00048-5

INSTRUÇÕES NO VERSO

CDS PARLAMENTAR

48/92

1

1

EMENDA

DEPUTADO JOSE CARLOS ALELUIA

BA

PFL

EMENDA SUPRESSIVA

SUPRIMIR DO PROJETO DE LEI, ANEXO II, DAS FONTES DE CANCELAMENTO O SEGUINTE SUB-PROJETO:

SUB-PROJETO: BR 116/BA - TUCANO - IBÓ
CÓDIGO ORÇAMENTÁRIO: 16.088.0537.1204.0409
VALOR: CR\$ 7.751.120.000,00

CANCELAMENTO

SUB-PROJETO: OBRAS RODOVIÁRIAS EMERGENCIAIS EM MINAS GERAIS
CÓDIGO: 16.088.0539.1340.0011
VALOR: CR\$ 7.751.120.000,00

JUSTIFICATIVA

ESTE É O ÚNICO INTERVALO DA BR-116 QUE AINDA NÃO FOI CONSTRUÍDO. ESTA OBRA REDUZIRÁ TRAJETO NORDESTE-SUL EM MAIS DE 200 KM, PROPORCIONANDO ECOAMENTO DAS SAFRAS COM MENORES CUSTOS, ECONOMIZANDO COMBUSTÍVEL PARA O PAÍS, ALÉM DE DESENVOLVER UMA REGIÃO DE GRANDE POTENCIAL MINERAL E AGRÍCOLA.

Recurso: 16/92
48-00049-3

INSTRUÇÕES NO VERSO

CDS PARLAMENTAR

48/92-CN

1

1

EMENDA

Antônio Teixeira

MG

PTB

0-TE/Justificativa

BR-116/MG - Div MG/SP a Div MG/BA

Km 177

OBRAS EMERGENCIAIS DE RECUPERAÇÃO E RECOMPOSIÇÃO RODOVIÁRIA

TEXTO: Obras emergenciais de trecho rodoviário visando melhorias nas condições de tráfego

JUSTIFICAÇÃO: Essa rodovia liga os estados de São Paulo e todo o sul do país, passando por Minas Gerais, com todos os estados do Nordeste.

Com as chuvas do último verão, esse trecho, principalmente, ficou completamente intransitável, e necessário se faz a sua recuperação, pois a sua importância como único meio de ligação do sul do país com o Nordeste.

O escoamento de produção seria completamente prejudicado, haja vista não ter outra opção de tráfego.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Valor: CR\$ 9.000.000.000,00 (nove bilhões de cruzeiros)

Fonte de recurso: 16.088.0539.1340.0011

OBRAS RODOVIÁRIAS EMERGENCIAIS

Recurso: 16/92
48-00050-7

INSTRUÇÕES NO VERSO

CDS PARLAMENTAR

46/92

1

1

EMENDA

DEPUTADO ROBERTO BALESTRA

GO

PDC

EMENDA ADITIVA

INCLUI-SE NO PL 48/92 - CN O SUB-PROJETO "BP-060/GO - CONTOURNO NORTE DE GOIÂNIA", CÓDIGO 16.088.0537.1204.0206 NO VALOR DE CR\$8.000.000.000,00

CANCELAMENTO

SUB-PROJETO: OBRAS RODOVIÁRIAS EMERGENCIAIS EM MINAS GERAIS
CÓDIGO: 16.088.0539.1340.0011
VALOR : CR\$ 8.000.000.000,00

JUSTIFICATIVA

NECESSIDADE IMPERIOSA DE SE TIRAR O TRÁFEGO RODOVIÁRIO DO SETOR URBANO DA CIDADE DE GOIÂNIA. A EXECUÇÃO DESTA OBRA ELIMINA UM PONTO NEGRO CONSEQUENTEMENTE MELHORANDO AS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO E SEGURANÇA PARA OS USUÁRIOS.

Resolução: 181/92
48-00051-5

INSTRUÇÕES NO VERSO

CDS. PARLAMENTAR

PROJETO DE LEI NÚMERO

FOLHA

48/92

1 - 1

EMENDA

DEPUTADO ROBERTO BALESTRA

GO

PDC

EMENDA ADITIVA

INCLUA-SE NO PL 48/92 - CN O SUB-PROJETO* BP-060/GO - CONTORNO NORTE DE GOIÂNIA*, CÓDIGO 16.088.0537.1204.0206 NO VALOR DE CR\$8.000.000.000,00

CANCELAMENTO

SUB-PROJETO: OBRAS RODOVIÁRIAS EMERGENCIAIS NA BAHIA
CÓDIGO: 16.088.0539.1340.0010
VALOR : CR\$ 8.000.000.000,00

JUSTIFICATIVA

NECESSIDADE IMPERIOSA DE SE TIRAR O TRÁFEGO RODOVIÁRIO DO SETOR URBANO DA CIDADE DE GOIÂNIA. A EXECUÇÃO DESTA OBRA ELIMINA UM PONTO NEGRO CONSEQUENTEMENTE MELHORANDO AS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO E SEGURANÇA PARA OS USUÁRIOS.

Resolução: 181/92
48-00052-3

INSTRUÇÕES NO VERSO

CDS. PARLAMENTAR

PROJETO DE LEI NÚMERO

FOLHA

48/92

1 - 1

EMENDA

DEPUTADO ROBERTO BALESTRA

GO

PDC

EMENDA ADITIVA

INCLUA-SE NO PL 48/92 - CN O SUB-PROJETO* BP-060/GO - CONTORNO NORTE DE GOIÂNIA*, CÓDIGO 16.088.0537.1204.0206 NO VALOR DE CR\$8.000.000.000,00

CANCELAMENTO

SUB-PROJETO: OBRAS RODOVIÁRIAS EMERGENCIAIS EM SANTA CATARINA
CÓDIGO: 16.088.0539.1340.0009
VALOR : CR\$ 8.000.000.000,00

JUSTIFICATIVA

NECESSIDADE IMPERIOSA DE SE TIRAR O TRÁFEGO RODOVIÁRIO DO SETOR URBANO DA CIDADE DE GOIÂNIA. A EXECUÇÃO DESTA OBRA ELIMINA UM PONTO NEGRO CONSEQUENTEMENTE MELHORANDO AS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO E SEGURANÇA PARA OS USUÁRIOS.

Resolução: 181/92

48-00053-1

INSTRUÇÕES NO VERSO

CDS. PARLAMENTAR

48/92

FOLHA

1 - 1

EMENDA

DEPUTADO ROBERTO BALESTRA

GO

PDC

EMENDA ADITIVA

INCLUA-SE NO PL 48/92 - CN O SUB-PROJETO* BP-060/GO - CONTORNO NORTE DE GOIÂNIA*, CÓDIGO 16.088.0537.1204.0206 NO VALOR DE CR\$8.000.000.000,00

CANCELAMENTO

SUB-PROJETO: OBRAS RODOVIÁRIAS EMERGENCIAIS NO RIO GRANDE DO SUL
CÓDIGO: 16.088.0539.1340.0008
VALOR : CR\$ 8.000.000.000,00

JUSTIFICATIVA

NECESSIDADE IMPERIOSA DE SE TIRAR O TRÁFEGO RODOVIÁRIO DO SETOR URBANO DA CIDADE DE GOIÂNIA. A EXECUÇÃO DESTA OBRA ELIMINA UM PONTO NEGRO CONSEQUENTEMENTE MELHORANDO AS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO E SEGURANÇA PARA OS USUÁRIOS.

Resolução: 181/92
48-00054-0

INSTRUÇÕES NO VERSO

CDS. PARLAMENTAR

48/92

FOLHA

1 - 1

EMENDA

DEPUTADO ROBERTO BALESTRA

GO

PDC

EMENDA ADITIVA

INCLUA-SE NO PL 48/92 - CN O SUB-PROJETO* BP-060/GO - CONTORNO NORTE DE GOIÂNIA*, CÓDIGO 16.088.0537.1204.0206 NO VALOR DE CR\$8.000.000.000,00

CANCELAMENTO

SUB-PROJETO: OBRAS RODOVIÁRIAS EMERGENCIAIS NO PARANÁ
CÓDIGO: 16.088.0539.1340.0007
VALOR : CR\$ 8.000.000.000,00

JUSTIFICATIVA

NECESSIDADE IMPERIOSA DE SE TIRAR O TRÁFEGO RODOVIÁRIO DO SETOR URBANO DA CIDADE DE GOIÂNIA. A EXECUÇÃO DESTA OBRA ELIMINA UM PONTO NEGRO CONSEQUENTEMENTE MELHORANDO AS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO E SEGURANÇA PARA OS USUÁRIOS.

PROJETO DE LEI Nº 50, DE 1992-CN
MENSAGEM Nº 103, DE 1992-CN
(Nº 565/92, na origem)
EMENDAS

Mensagem: 103/92

50-00001-2

PROJETO DE LEI NUMERO	PAGINA
50/92	1 DE 1

EMENDA

AUTOR	JF	PARTIDO
DEPUTADO FEDERAL CLOVIS ASSIS	BA	PDT

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se onde couber, no programa de processamento de dados, do Tribunal Superior Eleitoral, para aquisição no sub-projeto de informática, compras de micro computadores e máquina de xerox, para Tribunal Regional Eleitoral de Vitória da Conquista-BA, no valor de Cr\$140.000.000,00(Cento e Quarenta Milhões de Cruzeiros)

JUSTIFICAÇÃO

Ao aproximar as eleições municipais, o TRE do municipio de Vitória da Conquista-BA, encontra-se sem estrutura para realizar uma eleição nos municipios do Sudoeste da Bahia, com apromadamente 64 municipios e Hum Milhão de eleitores. Faz-se necessário, micro-computadores e máquinas xerox.

PARLAMENTAR

23 / 9 / 92

DATA

ASSINATURA

PROJETO DE LEI Nº 51, DE 1992-CN

MENSAGEM Nº 104, DE 1992-CN

(Nº 566/92, na origem)

EMENDAS

Mensagem: 104/92

51-00001-6

PL. Nº 51/92

01 DE 01

EMENDA

DEPUTADO EULER RIBEIRO

AUTOR

UF
AMPARTIDO
PMDB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 51. de 1992 - CN

06.028.0166.2111.0001

Coordenação das ações da força terrestre - Cr\$ 717.786.858

Deduzir do programa acima citado:

06.028.0166.2111.0001.XXXX - Conclusão dos Hospitais da Calha Norte - São Gabriel da Cachoeira e Iauaretê, a cargo do Governo do Estado do Amazonas - Cr\$ 4.000.000

JUSTIFICAÇÃO

Conclusão dos Hospitais situados na Calha Norte - São Gabriel da Cachoeira e Iauaretê, a cargo do Governo do Estado do Amazonas, para apoio a defesa das fronteiras.

PARLAMENTAR

92/09/92

DATA

ASSINATURA

Mensagem: 104/92

51-00002-4

PL No 51/92

NA

01

EMENDA

DEPUTADO EULER RIBEIRO

AUTOR

AM

PMDB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 51 de 1992 - CN

06.028.0166.2111.0001

Coordenação das ações da força terrestre - Cr\$ 717.786.858

Deduzir do programa acima citado:

06.028.0166.2111.0001.XXXX - Conclusão dos Centros de Saúde Pari-Cachoeira e Assunção do Içano, situadas na Calha Norte, a cargo do Governo do Estado do Amazonas - Cr\$ 2.000.000

JUSTIFICAÇÃO

Conclusão do Centro de Saúde, localizados na Calha Norte, para facilitar as tarefas de Defesa Nacional.

PARLAMENTAR

22/10/92

DATA

ASSINATURA

SUMÁRIO

1 — ATA DA 39ª SESSÃO CONJUNTA, EM 6 DE OUTUBRO DE 1992

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Requerimento

Nº 118/92-CN, do Deputado Messias Góis, solicitando a prorrogação até o dia 9 de outubro, do prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei nº 44/92-CN, referente à Proposta Orçamentária para 1993. **Deferido.**

1.2.2 — Comunicação da Presidência

Perda da eficácia da Medida Provisória nº 304/92, que dispõe sobre a extinção do índice de salários nominais médios e o reajuste dos contratos de locação residencial, e dá outras providências.

1.2.3 — Ofício

— Nº 1.385/92, do Presidente da Câmara dos Deputados, referente a indicação do Deputado Jaques Wagner, para integrar, como suplente, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar a verdadeira situação do Sistema Financeiro da Habitação, em substituição ao Deputado José Cicote.

1.2.4 — Mensagens do Senhor Presidente da República

— Nº 109/92-CN (nº 605/92, na origem), submetendo à deliberação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 52/92-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$580.000.000,00, para os fins que especifica.

— Nº 110/92-CN (nº 606/92, na origem), submetendo à deliberação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 53/92-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$201.884.724.000,00, para os fins que especifica.

— Nº 112/92-CN (nº 622/92, na origem), submetendo à deliberação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 54/92-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, créditos adicionais até o limite de Cr\$339.346.000,00, para os fins que especifica.

— Nº 114/92-CN (nº 629/92, na origem), submetendo à deliberação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 55/92-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial até o limite de Cr\$200.000.000,00 para os fins que especifica.

— Nº 115/92-CN (nº 630/92, na origem), submetendo à deliberação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 56/92-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União crédito especial até o limite de Cr\$4.300.000.000,00, para os fins que especifica.

— Nº 116/92-CN (nº 631/92, na origem), submetendo à deliberação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 57/92-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da

Educação, crédito especial até o limite de Cr\$130.000.000,00 para os fins que especifica.

— Nº 117/92-CN (nº 632/92, na origem), submetendo à deliberação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 58/92-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito adicional até o limite de Cr\$596.224.000,00, para os fins que especifica.

— Nº 118/92-CN (nº 633/92, na origem), submetendo à deliberação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 59/92-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de Cr\$3.679.951.000,00, para os fins que especifica.

— Nº 119/92-CN (nº 637/92, na origem), submetendo à deliberação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 60/92-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União créditos adicionais até o limite de Cr\$46.917.057.000,00, para os fins que especifica.

— Nº 120/92-CN (nº 638/92, na origem), submetendo à deliberação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 61/92-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$989.346.000,00, para os fins que especifica.

— Nº 121/92-CN (nº 639/92, na origem), submetendo à deliberação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 62/92-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, crédito suplementar no valor de Cr\$423.104.000,00, para os fins que especifica.

1.2.5 — Comunicações da Presidência

— Remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização dos Projetos de Lei nºs 52 a 62/92-CN, lidos anteriormente, e abertura de prazo para tramitação das matérias e oferecimento de emendas aos mesmos.

— Designação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a examinar atos e fatos geradores do endividamento externo brasileiro.

1.2.6 — Requerimento

— Nº 119/92-CN, de autoria da Deputada Benedita da Silva, solicitando a prorrogação por mais 60 (sessenta) dias do prazo concedido a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar a incidência de esterilização de mulheres no Brasil. **Aprovado.**

1.2.7 — Parecer

— Proferido pelo Senhor Adilson Motta, sobre a admissibilidade da Medida Provisória nº 306/92, que disciplina o pagamento de vantagens que menciona e dá outras providências.

1.2.8 — Comunicação da Presidência

— Abertura de prazo para apresentação de recurso regimental quanto à admissibilidade da Medida Provisória nº 306/92.

1.2.9 — Discursos do Expediente

— DEPUTADO JOSÉ LUIZ MAIA — Preocupação com a compatibilização das dotações orçamentárias presen-

tes no Projeto de Lei Orçamentária em apreciação no Congresso Nacional com as novas despesas decorrentes da criação de vários Ministérios pelo Presidente Itamar Franco.

— DEPUTADO ADYLLSON MOTTA — Apelo no sentido de que a Mesa do Senado Federal coloque em votação a Proposta de Emenda Constitucional nº 7, de 1992, que fixa o número de vereadores para as próximas eleições.

1.3 — ORDEM DO DIA

Medida Provisória nº 305/92, que cria a Secretaria de Projetos Especiais da Presidência da República e dá outras providências. Rejeitada.

1.3.1 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão conjunta, a realizar-se amanhã, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.4 — ENCERRAMENTO

Ata da 39ª Sessão Conjunta, em 6 de outubro de 1992

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência do Sr. Dirceu Carneiro

ÀS 19 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Albano Franco - Alexandre Costa - Alfredo Campos - Antonio Mariz - Aureo Mello - Beni Veras - Chagas Rodrigues - Cid Saboia de Carvalho - Coutinho Jorge - Dario Pereira - Dirceu Carneiro - Elcio Álvares - Esperidião Amin - Eptácio Cafeteira - Flaviano Melo - Francisco Rollemberg - Garibaldi Alves Filho - Henrique Almeida - Hugo Napoleão - Humberto Lucena - Hydekel Freitas - Iram Saraiva - Irapuan Costa Júnior - Jarbas Passarinho - João Calmon - João Rocha - Jonas Pinheiro - José Eduardo - José Fogaça - José Paulo Bisol - José Richa - José Sarney - Júlio Campos - Jutahy Magalhães - Lavoisier - Levy Dias - Louremberg Nunes Rocha - Lourival Baptista - Lucídio Portella - Magno Bacelar - Mansueto de Lavor - Márcio Lacerda - Marco Maciel - Mário Covas - Mauro Benvides - Meira Filho - Nabor Júnior - Nelson Carneiro - Nelson Wedekin - Odacir Soares - Pedro Simon - Pedro Teixeira - Rachid Saldanha Derzi - Raimundo Lira - Ronaldo Aragão - Ronan Tito - Ruy Bacelar - Valmir Campelo - Wilson Martins.

E OS SRS. DEPUTADOS

RORAIMA

ALCESTE ALMEIDA	PTB
AVENIR ROSA	PDC
JOÃO FAGUNDES	PMDB
JULIO CABRAL	PTR
MARCELO LUZ	PTR
RUBEN BENTO	BLOCO
TERESA JUCA	PDS

AMAPA

LOURIVAL FREITAS	PT
VALDENOR GUEDES	PTR

PARÁ

HERMINIO CALVINEO	PMDB
HILARIO COIMBRA	PTB
MÁRIO MARTINS	PMDB
NÍCIAS RIBEIRO	PMDB
OSVALDO MELO	PDS
PAULO ROCHA	PT

AMAZONAS

EULER RIBEIRO	PMDB
EZIO FERREIRA	BLOCO
JOSÉ DUTRA	PMDB
PAUDERNEY AVELINO	PDC

RONDONIA

ANTONIO MORIMOTO	PTB
MAURÍCIO CALIXTO	BLOCO
RAQUEL CANDIDO	PTB
REDITARIO CASSOL	PTR

ACRE

ADELAIDE NERI	PMDB
JOÃO MAIA	PTR
JOÃO TOTA	PDS
MAURI SERGIO	PMDB

TOCANTINS

DERVAL DE PAIVA	PMDB
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	PDC
HAGAHUS ARAUJO	PMDB
PAULO MOURAO	PDS

MARANHAO		MAURILIO FERREIRA LIMA	PMDB
JOSE BURNETT	BLOCO	MAVIAEL CAVALCANTI	BLOCO
NAN SOUZA	PST	MIGUEL ARRAES	PSB
PEDRO NOVAIS	PDC	NILSON GIBSON	PMDB
SARNEY FILHO	BLOCO	PEDRO CORRÊA	BLOCO
		RENILDO CALHEIROS	PCdoB
		RICARDO FIUZA	BLOCO
		ROBERTO FRANCA	PSB
		ROBERTO FREIRE	PCB
		ROBERTO MAGALHAES	BLOCO
		SALATIEL CARVALHO	PTR
		SÉRGIO GUERRA	PSB
		TONY GEL	BLOCO
		WILSON CAMPOS	PMDB
CEARA		ALAGOAS	
ARIOSTO HOLANDA	PSB	JOSE THOMAZ NONO	PMDB
EDSON SILVA	PDT	MENDONÇA NETO	PDT
GONZAGA MOTA	PMDB		
JACKSON PEREIRA	PSDB	SERGIPE	
JOSÉ LINHARES	PSDB	BENEDITO DE FIGUEIREDO	S/P
LUIZ GIRÃO	PDT	CLEONÂNCIO FONSECA	BLOCO
LUIZ PONTES	PSDB	DJENAL GONCALVES	PDS
MARIA LUIZA FONTENELE	PSB	MESSIAS GOIS	BLOCO
MAURO SAMPAIO	PSDB	PEDRO VALADARES	PST
MORONI TORGAN	PSDB		
PINHEIRO LANDIM	PMDB	BAHIA	
UBIRATAN AGUIAR	PMDB	ALCIDES MODESTO	PT
VICENTE FIALHO	BLOCO	ANGELO MAGALHAES	BLOCO
		ANGELO PEDRAZ	BLOCO
		BERALDO BOAVENTURA	PDT
		CLOVIS ASSIS	PMDB
		GEDDEL VIEIRA LIMA	PMDB
		GENEBALDO CORREIA	PMDB
		HAROLDO LIMA	PCdoB
		JAIRO CARNEIRO	BLOCO
		JOAO ALMEIDA	PMDB
		JOAO ALVES	PDS
		JORGE KHOURY	BLOCO
		JOSE CARLOS ALELUIA	BLOCO
		JOSE FALCAO	BLOCO
		JOSE LOURENCO	PDS
		LUIS EDUARDO	BLOCO
		LUIZ MOREIRA	PTB
		LUIZ VIANA NETO	S/P
		NESTOR DUARTE	PMDB
		PEDRO IRUJO	BLOCO
		SERGIO GAUDENZI	PDT
		TOURINHO DANTAS	BLOCO
		URALDO DANTAS	PSDB
		WALDIR PIRES	PDT
PIAUI			
FELIPE MENDES	PDS		
JESUS TAJRA	BLOCO		
JOAO HENRIQUE	PMDB		
JOSÉ LUIZ MAIA	PDS		
MURILO REZENDE	PMDB		
PAES LANDIM	BLOCO		
RIO GRANDE DO NORTE			
ALUIZIO ALVES	PMDB		
FLÁVIO ROCHA	PL		
NEY LOPES	BLOCO		
PARAIBA			
IVANDRO CUNHA LIMA	PMDB		
JOSE LUIZ CLEROT	PMDB		
ZUCA MOREIRA	PMDB		
PERNAMBUCO			
ALVARO RIBEIRO	PSB		
FERNANDO BEZERRA COELHO	PMDB		
JOSE JORGE	BLOCO		
JOSE MENDONÇA BEZERRA	BLOCO		
JOSE MOURA	BLOCO		
JOSE MUCIO MONTEIRO	BLOCO		
LUIZ PIAUHYLINO	PSB		

MINAS GERAIS

AGOSTINHO VALENTE	PT
ARMANDO COSTA	PMDB
AVELINO COSTA	PL
CÉLIO DE CASTRO	PSB
ELIAS MURAD	PSDB
FELIPE NERI	PMDB
FERNANDO DINIZ	PMDB
GENÉSIO BERNARDINO	PMDB
HUMBERTO SOUTO	BLOCO
IRANI BARBOSA	PSD
ISRAEL PINHEIRO	PRS
JOÃO PAULO	PT
JOSÉ ALDO	PRS
JOSÉ GERALDO	PMDB
JOSE SANTANA DE VASCONCELLOS	BLOCO
LEOPOLDO BESSONE	PST
NEIF JABUR	PMDB
ODELMO LEAO	BLOCO
PAULO HESLANDER	PTB
PAULO ROMANO	BLOCO
PEDRO TASSIS	PMDB
RAUL BELEM	BLOCO
SAULO COELHO	PSDB
TILDEN SANTIAGO	PT
VITTORIO MEDIOLI	PSDI
ZAIRE REZENDE	PMI

ESPÍRITO SANTO

JOÃO BAPTISTA MOTTA	PSDB
JONES SANTOS NEVES	PL
JÓRIO DE BARROS	PMDB
NILTON BAIANO	PMDB
RITA CAMATA	PMDB
ROBERTO VALADAO	PMDB

RIO DE JANEIRO

ALDIR CABRAL	PTB
AROLDE DE OLIVEIRA	BLOCO
ARTUR DA TAVOLA	PSDB
CARLOS SANTANA	PT
FLÁVIO PALMIER DA VEIGA	BLOCO
JAMIL HADDAD	PSB
JANDIRA FEGHALI	PCdoB
JOAO MENDES	PTB
JOSE EGYDIO	BLOCO
LUIZ SALOMAO	PDT
NELSON BORNIER	PL
PAULO DE ALMEIDA	PTB
PAULO RAMOS	PDT

ROHEM MEDINA	BLOCO
SANDRA CAVALCANTI	BLOCO
SERGIO AROUCA	PCB
SIDNEY DE MIGUEL	PV
SIMÃO SESSIM	BLOCO
VLADIMIR PALMEIRA	PT

SÃO PAULO

ALBERTO GOLDMAN	PMDB
ALDO REBELO	PCdoB
ALOIZIO MERCADANTE	PT
ANÔNIO CARLOS MENDES THAME	PSDB
ARNALDO FARIA DE SA	BLOCO
CARDOSO ALVES	PTB
DIOGO NOMURA	PL
EDUARDO JORGE	PT
FABIO MEIRELLES	PDS
FAUSTO ROCHA	BLOCO
GASTONE RIGHI	PTB
GERALDO ALCKMIN FILHO	PSDB
HELIO ROSAS	PMDB
IRMA PASSONI	PT
JORGE TADEU MUDALEN	PMDB
JOSÉ GENOINO	PT
JOSÉ SERRA	PSDB
KOYU IHA	PSDB
LUIZ GUSHIKEN	PT
MAGALHAES TEIXEIRA	PSDB
MANOEL MOREIRA	PMDB
MARCELINO ROMANO MACHADO	PDS
MARCELO BARBIERI	PMDB
MAURICI MARIANO	PMDB
NELSON MARQUEZELLI	PTB
RICARDO IZAR	PL
ROBERTO ROLLEMBERG	PMDB
ROBSON TUMA	PL
TUGA ANGERAMI	PSDB
ULYSSES GUIMARAES	PMDB
VALDEMAR COSTA	PL
WALTER NORRY	PMDB

MATO GROSSO

JOAQUIM SUCENA	PTB
JONAS PINHEIRO	BLOCO
JOSÉ AUGUSTO CURVO	PL
WELLINGTON FAGUNDES	PL

DISTRITO FEDERAL

AUGUSTO CARVALHO	PCB
BENEDITO DOMINGOS	PTB
CHICO VIGILANTE	PT

EURIDES BRITO
OSÓRIO ADRIANO
SIGMARINGA SEIXAS

GOIÁS

ANTÔNIO FALEIROS
LÁZARO BARBOSA
LUCIA VANIA
LUIZ SOYER
MARIA VALADAO
MAURO MIRANDA
PAULO MANDARINO
PEDRO ABRAO
ROBERTO BALESTRA
VIRMONDES CRUVINEL

MATO GROSSO DO SUL

FLAVIO DERZI
GEORGE TAKIMOTO
JOSE ELIAS
NELSON TRAD
VALTER PEREIRA

PARANA

ANTÔNIO BARBARA
ANTÔNIO UENO
BÁSILIO VILLANI
CARLOS ROBERTO MASSA
CARLOS SCARPELINI
DELICINO TAVARES
EDI SILIPRANDI
ÉLIO DALLA-VECCHIA
FLÁVIO ARNS
JONI VARISCO
LUCIANO PIZZATTO
LUIZ CARLOS HAULY
MAX ROSENMANN
MUNHOZ DA ROCHA
OTTO CUNHA
REINHOLD STEPHANES
RENATO JOHNSON
ROMERO FILHO
RUBENS BUENO
SAID FERREIRA
WERNER WANDERER
WILSON MOREIRA

SANTA CATARINA

ANGELA AMIN
CESAR SOUZA

PTB
BLOCO
PSDB

PSDB
PMDB
PMDB
PMDB
PDS
PMDB
PDC
PTB
PDC
PMDB

BLOCO
BLOCO
PTB
PTB
PMDB

BLOCO
BLOCO
PDS
BLOCO
PTB
PTB
PDT
PDT
PTB
PMDB
BLOCO
PTB
BLOCO
BLOCO
S/P
PTB
PTB
PMDB
BLOCO
PSDB

DEJANDIR DALPASQUALE
EDUARDO MOREIRA
JARVIS GAIDZINSKI
PAULO DUARTE
RENATO VIANNA
RUBERVAL PILOTTO

RIO GRANDE DO SUL

ADAO PRETTO
ADROALDO STRECK
ADYLSO MOTA
ANTÔNIO BRITTO
EDEN PEDROSO
FETTER JÚNIOR
GERMANO RIGOTTO
IBSEN PINHEIRO
JOAO DE DEUS ANTUNES
JOSE FORTUNATI
LUIS ROBERTO PONTE
NELSON JOBIM
NELSON PROENÇA
ODACIR KLEIN
OSVALDO BENDER
PAULO PAIM
WILSON MÜLLER

PMDB
PMDB
PL
BLOCO
PMDB
PDS

PT
PSDB
PDS
PMDB
PDT
PDS
PMDB
PMDB
PDS
PT
PMDB
PMDB
PMDB
PDS
PT
PDT

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — As listas de presença acusam o comparecimento de 60 Srs. Senadores e 265 Srs. Deputados.

Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Não há oradores inscritos para o período de Breves Comunicações.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte.

REQUERIMENTO Nº 118, DE 1992-CN

Ofício nº P-091/92-CMPOPF

Brasília, 30 de setembro de 1992

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, na qualidade de Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para solicitar seja prorrogado, até o dia 9 de outubro, o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei nº 44/92-CN, referente à Proposta Orçamentária para 1993.

A referida solicitação se deve a excessiva pressão dos Parlamentares junto a esta Presidência, em virtude da proximidade das eleições municipais e a conseqüente necessidade de suas permanências em seus Estados.

Outrossim, o atraso na confecção do material para elaboração das emendas veio dificultar a consecução, em tempo hábil, deste trabalho nos gabinetes parlamentares.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência meus protestos de elevada estima e distinta consideração. — Deputado Messias Góes, Presidente.

PDS
BLOCO

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Em face das razões constantes do requerimento, a Presidência defere a solicitação, ficando assim prorrogado o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei nº 44/92-CN para o dia 9 do corrente mês, sexta-feira.

Esgotou-se, no dia 30 de setembro próximo passado, o prazo de trinta dias previsto no parágrafo único do art. 62 da Constituição, sem que tenha sido transformada em lei, perdendo, portanto, sua eficácia, desde a edição, a Medida provisória nº 304, de 28 de agosto de 1992, que dispõe sobre a extinção do Índice de Salários Nominais Médios e o reajuste dos contratos de locação residencial, e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

SGM/P nº 1.385

Brasília, 24 de setembro de 1992

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em atenção ao Ofício nº 334/92, da Liderança do PT, a indicação do Deputado JAQUES WAGNER, para integrar, como suplente, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar a verdadeira situação do Sistema Financeiro da Habitação, em substituição ao Deputado José Cicote.

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de apreço. — **Ibsen Pinheiro**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, mensagens que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário.

São lidas as seguintes

MENSAGEM Nº 109, DE 1992-CN
(Mensagem nº 605, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado

de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento, o texto do projeto de lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$580.000.000,00, para os fins que especifica”.

Brasília, 22 de setembro de 1992. — **Fernando Collor**.
EM nº 346/MEFP

Brasília, 16 de setembro de 1992

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

A Secretaria de Cultura da Presidência da República solicita a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$580.000.000,00 (quinhentos e oitenta milhões de cruzeiros), visando reforçar a dotação consignada no vigente orçamento destinada a despesas com vale-transporte.

2. O crédito ora solicitado faz-se necessário devido aos altos índices de reajustamento de preços no setor de transporte, bem como ao impacto gerado na referida despesa pelo retorno maciço dos servidores que se encontravam em disponibilidade.

3. Para possibilitar a liberação do crédito, na forma proposta, faz-se necessária a sua aprovação preliminar pelo Congresso Nacional, por ter sido ultrapassado o limite de 20% (vinte por cento), a que se refere o inciso I, alínea b, do art. 6º, da Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992.

4. Este Ministério manifesta-se favoravelmente ao deferimento do pleito, ressaltando que as despesas decorrentes do crédito serão atendidas sob a forma de compensação, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, incisos V e VI, da Constituição Federal.

Nessas condições, tenho a honra de submeter à apreciação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que autoriza a abertura do crédito suplementar.

Respeitosamente, **Marcílio Marques Moreira**, Ministro, de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento.

**ANEXO A EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTERIO DA ECONOMIA,
FAZENDA E PLANEJAMENTO No 346 /1992**

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:

Necessidade de reforço na dotação orçamentária destinada à cobertura de gastos com “Vale-Transporte”.

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

Projeto de Lei que autoriza a abertura de crédito suplementar para atender à citada demanda

3. Alternativas existentes às medidas ou atos propostos:

A alternativa proposta é única para a resolução da situação apresentada.

4. Custos:

Remanejamento de dotação orçamentária no valor de Cr\$ 580.000.000,00.

Fl. 02, do Anexo da E.M: no 346 /MEFP, de 16 / 09 /1992.

5. Razões que justificam a urgência (a ser preenchido somente se o ato proposto for Medida Provisória ou Projeto de Lei que deva tramitar em regime de urgência):

6. Impacto sobre o meio ambiente (sempre que o ato ou medida provisória proposta passa vir a tê-lo):

7. Síntese do parecer do Órgão Jurídico:

PROJETO DE LEI Nº 52, DE 1992-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$580.000.000,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992), em favor da Presidência da República — Secretaria da Cultura, crédito suplementar no valor de

Cr\$580.000.000,00 (quinhentos e oitenta milhões de cruzeiros), para atender à programação constante do Anexo I desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária no montante especificado no Anexo II desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
20107 - SECRETARIA DA CULTURA

CR\$ 1 000,00

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		580 000			580 000				
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		580 000			580 000				
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		580 000			580 000				
16 070 0488 4009 PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO		580 000			580 000				
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O NECESSÁRIO PARA ALUGUÍO, REPERTEIRO AO VALE-TRANSPORTE E VALE-REFEIÇÃO, A EDUCAÇÃO PRE-ESCOLAR EM REGIME DE CRECHE PARA SEUS FILHOS, ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA									
- SERVIDOR ATENDIDO (PESSOA) = 300									
16 070 0488 4009 0002 CONCESSÃO DE VALE-TRANSPORTE		580 000			580 000				
- SERVIDOR ATENDIDO (PESSOA) = 300	FISCAL								
TOTAL FISCAL		580 000			580 000				

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
20107 - SECRETARIA DA CULTURA

CR\$ 1 000,00

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA		580 000				580 000			
CULTURA		580 000				580 000			
DIFUSÃO CULTURAL		580 000				580 000			
06 048 0267 4020 PROMOÇÃO DIFUSÃO E INTERCÂMBIO DE BENS E SERVIÇOS CULTURAIS		580 000				580 000			
TORNAR NECESSÁRIOS A COMUNIDADE OS BENS E SERVIÇOS CULTURAIS RESERVAR O ESPAÇO DE CRIAÇÃO A TODAS AS FORMAS DA CULTURA EMERGENTE PROPICIAR A CRIAÇÃO A PRODUÇÃO O INTERCÂMBIO E A DIFUSÃO CULTURAL INCLUSIVE A PARTICIPAÇÃO DE PRODUTORES, ARTISTAS, TÉCNICOS E GRUPOS CULTURAIS EM EVENTOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS PRESERVAR EVENTOS DE ALTO SIGNIFICADO HISTÓRICO E CULTURAL									
06 048 0267 4020 0001 PROMOÇÃO DIFUSÃO E INTERCÂMBIO DE BENS E SERVIÇOS CULTURAIS	FISCAL	580 000				580 000			
TOTAL FISCAL		580 000				580 000			

LEGISLAÇÃO CITADA

(Anexada pela Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional)

LEI Nº 8.409, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1992

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1992.

AVISO Nº 1.245-AL/SG

Brasília, 22 de setembro de 1992

A Sua Excelência o Senhor
Senador Dirceu Carneiro
Primeiro Secretário do Senado Federal
Brasília — DF

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, acompanhada de exposição de motivos do Senhor Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento, relativa a projeto de lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$580.000.000,00, para os fins que especifica".

Atenciosamente, — **Marcos Coimbra**, Secretário-Geral da Presidência da República.

MENSAGEM Nº 110, DE 1992-CN

(Mensagem nº 606, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, submeto à vossa deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos do Senhor Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento, o texto do projeto de lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$ 201.884.724.000,00, para os fins que especifica".

Brasília, 22 de setembro de 1992. — **Fernando Collor**.

EM Nº 349/MEFP

Brasília, 16 de setembro de 1992

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

O Ministério dos Transportes e das Comunicações solicita abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992), no valor de Cr\$201.884.724.000,00 (duzentos e um bilhões, oitocentos e oitenta e quatro milhões, setecentos e vinte e quatro mil cruzeiros), em favor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — DNER.

2. O crédito tem como objetivo reforçar a programação hoje financiada com recursos do Banco Mundial, referente ao empréstimo para "Recuperação de Rodovias Federais I", e incluir novos trechos rodoviários, conforme a revisão procedida entre o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e aquele banco, com o intuito de priorizar os segmentos mais carentes de manutenção.

3. O remanejamento está dentro dos limites fixados pelo Decreto nº 616, de 24 de julho de 1992, para o Ministério dos Transportes e das Comunicações. A sua regulamentação por decreto far-se-á conforme as dotações disponíveis do De-

partamento Nacional de Estradas de Rodagem, para empêño e movimentação, no 3º e 4º trimestres do exercício.

4. Os recursos necessários para sua efetivação decorrerão do cancelamento de dotações consignadas no orçamento da autarquia, estando em conformidade com o art. 43, § 1º, III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, em consonância com o art. 167, V, da Constituição.

Nessas condições, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de lei, que autoriza a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente, — **Marcello Marques Moreira**, Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento.

**ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS
DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA,
FAZENDA E PLANEJAMENTO
Nº 349, DE 16-9-92**

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:

Adequar a programação financiada pelo Banco Mundial, conforme revisão procedida com o objetivo de atender os trechos rodoviários mais carentes de manutenção.

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

Abertura de crédito suplementar através de projeto de lei, para o atendimento daquela demanda.

3. Alternativas existentes às medidas ou atos propostos: Sem registro de qualquer matéria sobre o assunto.

4. Custos:

O DNER oferece como compensação parcelas de dotações consignadas no seu orçamento, mediante o remanejamento de recursos, justificando, dessa forma, a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 201.884.724.000,00.

5. Razões que justificam a urgência:

Necessidade emergencial de restauração das rodovias.

6. Impacto sobre o meio ambiente:

7. Síntese do parecer do órgão jurídico:

PROJETO DE LEI Nº 53, DE 1992-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$201.884.724.000,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992), em favor do Ministério dos Transportes e das Comunicações, crédito suplementar no valor de Cr\$201.884.724.000,00 (duzentos e um bilhões, oitocentos e oitenta e quatro milhões, setecentos e vinte e quatro mil cruzeiros), para atender à programação constante do Anexo I desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão da anulação de dotações indicadas no Anexo II desta lei, nos montantes especificados.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES E DAS COMUNICAÇÕES
39192 - ENTIDADES SUPERVISIONADAS

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

R\$ 1.000,00

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
TRANSPORTE		86.283.970				86.283.970			
TRANSPORTE RODOVIÁRIO		86.283.970				86.283.970			
CONTROLE E SEGURANÇA DE TRAFEGO RODOVIÁRIO		2.951.000				2.951.000			
18.084.0539.1800 PROJETOS A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS		2.951.000				2.951.000			
18.084.0539.1800.0107 DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM	FISCAL	2.951.000				2.951.000			
RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS		83.332.970				83.332.970			
18.084.0539.1800 PROJETOS A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS		83.332.970				83.332.970			
18.084.0539.1800.0107 DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM	FISCAL	83.332.970				83.332.970			
TOTAL FISCAL		86.283.970				86.283.970			

39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES E DAS COMUNICAÇÕES
39201 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

R\$ 1.000,00

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
TRANSPORTE		201.884.724				201.884.724			
TRANSPORTE RODOVIÁRIO		201.884.724				201.884.724			
CONTROLE E SEGURANÇA DE TRAFEGO RODOVIÁRIO		4.204.170				4.204.170			
18.084.0539.1203 ELIMINAÇÃO DE PORTOS CRÍTICOS		2.951.000				2.951.000			
ELIMINAR PORTOS IDENTIFICADOS POR RELEVANTE INCIDÊNCIA DE ACIDENTES		1				1			
18.084.0539.1202.0001 ELIMINAÇÃO DE PORTOS CRÍTICOS	FISCAL	2.951.000				2.951.000			
18.084.0539.2419 MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO RODOVIÁRIA		1.253.170				1.253.170			
PROPORCIONAR A MANUTENÇÃO PERIÓDICA DAS SINALIZAÇÕES HORIZONTAL E VERTICAL DE TODA A MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL, CONTRIBUINDO PARA A SEGURANÇA DO TRAFEGO		1				1			
18.084.0539.2419.0001 MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO RODOVIÁRIA	FISCAL	1.253.170				1.253.170			
RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS		197.880.554				197.880.554			
18.084.0539.1201 ELABORAÇÃO DE PROJETOS		1.000.000				1.000.000			
FORNECER SUPORTE TÉCNICO PARA O PLANEJAMENTO, CONSTRUÇÃO E/OU A RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS		1				1			
18.084.0539.1201.0002 ELABORAÇÃO DE PROJETOS PARA RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS	FISCAL	1.000.000				1.000.000			
18.084.0539.1203 RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS		196.880.554				196.880.554			
PERMITIR ATRAVÉS DA RESTAURAÇÃO DOS DIVERSOS SEGMENTOS QUE COMPOZEM AS RODOVIAS, O AUMENTO DA SEGURANÇA E DA CAPACIDADE DE TRAFEGO, COM A CONSEQUENTE REDUÇÃO DOS CUSTOS OPERACIONAIS		1				1			
18.084.0539.1205.0006 BR-040/RJ - DIVISA MG/RJ - RIO DE JANEIRO	FISCAL	3.333.333				3.333.333			
18.084.0539.1205.0014 BR-101/BA - DIVISA SE/BA - DIVISA BA/RS	FISCAL	5.609.014				5.609.014			
18.084.0539.1205.0018 BR-101/PE - DIVISA RN/PE - DIVISA PB/PE	FISCAL	9.946.314				9.946.314			
18.084.0539.1205.0019 BR-101/RN - NATAL - DIVISA RN/PE	FISCAL	1.189.870				1.189.870			
18.084.0539.1205.0026 BR-116/MG - DIVISA BA/MG - DIVISA MG/RJ	FISCAL	5.456.189				5.456.189			
18.084.0539.1205.0043 BR-232/CE - FORTALEZA - DIVISA CE/PI	FISCAL	824.894				824.894			
18.084.0539.1205.0050 BR-232/PE - RECIFE - PARNAMIRIM	FISCAL	5.000.000				5.000.000			
18.084.0539.1205.0061 BR-242/SC - FLORIANÓPOLIS - SÃO MIGUEL D'ESTE	FISCAL	11.081.253				11.081.253			
18.084.0539.1205.0062 BR-304/RN - DIVISA CE/RN - NATAL	FISCAL	2.987.600				2.987.600			
18.084.0539.1205.0069 BR-316/PI - DIVISA RN/PI - DIVISA PI/PE	FISCAL	7.952.918				7.952.918			
18.084.0539.1205.0083 BR-378/PA - COIMBOS - DIVISA PA/PA	FISCAL	5.108.623				5.108.623			

39000 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E DAS COMUNICAÇÕES
39201 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

R\$ 1.000,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JANOS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
16.088.0529.1205.0146 BR-427/GR - CLIMATEIS NOVOS - OLÍMPIA RN/PA	FISCAL	1.581.172				1.581.172			
16.088.0529.1205.0331 BR-132/10 - DIV. OD/10 - DIV. TO/PA (RM 739,2 A RM 8121)	FISCAL	1.155.000				1.155.000			
16.088.0529.1205.0334 BR-334/RS - DIV. PI/PA - SALVADOR (RM D A RM 34)	FISCAL	7.925.000				7.925.000			
16.088.0529.1205.0337 BR-101/RS - CAMBICA - ITAPERI (RM 897 A RM 983)	FISCAL	12.920.000				12.920.000			
16.088.0529.1205.0342 BR-010/PA - IMPERATRIZ - ESTREITO (RM D A RM 124)	FISCAL	13.182.844				13.182.844			
16.088.0529.1205.0348 BR-404/PA - NATAL - MACAÚ (J. CAMARA - CEARA-MIRIM) (RM 106,5 A RM 115)	FISCAL	1.555.800				1.555.800			
16.088.0529.1205.0430 BR-116/MG - DIV. BA/MG - DIV. RJ/MJ (RM D A RM 90)	FISCAL	14.050.000				14.050.000			
16.088.0529.1205.0440 BR-470/SC - NAVIGANTES - ENTE BR-202 (RM 193 A RM 206)	FISCAL	21.785.733				21.785.733			
16.088.0529.1205.0480 BR-399/PA - DIV. SP/PA - CASCAVEL (RM D A RM 99)	FISCAL	12.816.666				12.816.666			
16.088.0529.1205.0481 BR-399/PA - DIV. SP/PA - CASCAVEL (RM 99,5 A RM 120,8)	FISCAL	11.150.000				11.150.000			
16.088.0529.1205.0487 BR-470/SC - NAVIGANTES - ENTE BR-202 (RM 193 A RM 193)	FISCAL	8.798.441				8.798.441			
16.088.0529.1205.0478 BR-101/SC - DIV. AL/SC - DIV. SE/PA (RM 52,2 A RM 130,2 E RM 180,7 A RM 208,1)	FISCAL	13.320.000				13.320.000			
16.088.0529.1205.0477 BR-316/PA - BELÉM - DIV. PA/PA (RM 71,3 A RM 227,8)	FISCAL	23.718.288				23.718.288			
TOTAL FISCAL		201.884.724				201.884.724			

39000 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E DAS COMUNICAÇÕES
39192 - ENTIDADES SUPERVISIONADAS

R\$ 1.000,00

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JANOS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
TRANSPORTE		86.263.570				86.263.570			
TRANSPORTE RODoviARIO		86.263.570				86.263.570			
CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS		82.086.998				82.086.998			
16.088.0529.1800 PROJETOS E CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS		82.086.998				82.086.998			
16.088.0529.1800.0107 DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM	FISCAL	82.086.998				82.086.998			
RECONSTRUÇÃO DE RODOVIAS		4.196.615				4.196.615			
16.088.0529.1800 PROJETOS E CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS		4.196.615				4.196.615			
16.088.0529.1800.0107 DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM	FISCAL	4.196.615				4.196.615			
TOTAL FISCAL		86.263.570				86.263.570			

39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES E DAS COMUNICAÇÕES
39201 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

CRB 1 000,00

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JANOS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
TRANSPORTE		201 064 724				201 064 724			
TRANSPORTE RODOVIÁRIO		201 064 724				201 064 724			
DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL		10 704 752				10 704 752			
0 064 0056 3033 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO RODOVIÁRIO		10 704 752				10 704 752			
REALIZAR ESTUDOS E PROJETOS NECESSÁRIOS AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO OBJETIVANDO DIMINUIR CUSTOS E MELHORAR A QUALIDADE DOS SERVIÇOS									
10 064 0056 3033 0001 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO RODOVIÁRIO	FISCAL	10 704 752				10 704 752			
CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS		63 931 756				63 931 756			
10 064 0537 1204 CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS		63 931 756				63 931 756			
PERMITIR ATRAVÉS DA IMPLANTAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DOS DIVERSOS SEGMENTOS QUE COMPOEM AS RODOVIAS, O AUMENTO DA SEGURANÇA E DA CAPACIDADE DE TRÁFEGO, COM A CONSEQUENTE REDUÇÃO DOS CUSTOS OPERACIONAIS									
10 064 0537 1204 0013 BR-156/AP - ENTROCAMENTO BR-210 - CAMPINA DE SANTO ANTONIO	FISCAL	8 954 493				8 954 493			
10 064 0537 1204 0014 BR-230/MS - BALSAS - PASTOS BOIS	FISCAL	2 964 695				2 964 695			
10 064 0537 1204 0023 BR-002/GO - URSACU - PACHE BENHARDI	FISCAL	22 176 341				22 176 341			
10 064 0537 1204 0136 BR-484/ES - ITABARA - AFOZO CLAUDIO	FISCAL	14 370 000				14 370 000			
10 064 0537 1204 0337 BR-228/PA - TINDO - PORTO FRANCO (KM 0 A KM 100)	FISCAL	1 707 283				1 707 283			
10 064 0537 1204 0332 BR-730/PA - CONTORNO DE CAMPINA GRANDE	FISCAL	112 000				112 000			
10 064 0537 1204 0241 BR-101/PE - DDIANA - PRAIERES - CABO (KM 99,2 A KM 104,8)	FISCAL	2 000 000				2 000 000			
10 064 0537 1204 0242 BR-101/PE - DDIANA - PRAIERES - CABO (PM 84,2 A KM 99,2)	FISCAL	2 000 000				2 000 000			
10 064 0537 1204 0261 BR-153/MG - PONTE SOBRE O RIO PARANAÍBA EM CACHOEIRA DOURADA	FISCAL	184 480				184 480			
10 064 0537 1204 0302 BR-497/MS - CAMPINA VERDE - MONDOPOLIS - ITURAMA	FISCAL	2 146 040				2 146 040			
10 064 0537 1204 0304 BR-426/MS - PIARCO - SANTANA DOS CARMOES - NOVA OLINDA	FISCAL	2 787 200				2 787 200			
10 064 0537 1204 0307 CONTORNO DE VOLTA REDONDA - RJ	FISCAL	2 000 000				2 000 000			
10 064 0537 1204 0308 BR-020/PI - PICOES - ITAIPOLIS	FISCAL	2 753 918				2 753 918			
10 064 0537 1204 0313 BR-116/MS - ACESSO A BARRIO DE MONTE ALTO	FISCAL	368 900				368 900			
10 064 0537 1204 0314 BR-116/MS - ACESSO A PIACATUBA	FISCAL	368 900				368 900			
10 064 0537 1204 0316	FISCAL	368 900				368 900			

39000 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E DAS COMUNICAÇÕES
39201 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

CR\$ 1.000,00

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESPEC	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
BR-116/MG - ACESSO A SANTANA DE CATAGUASES									
16 088 0537 1204 0316 BR-116/MG - DIV. RJ/MG - SÃO JOÃO DE MAMBAQU	FISCAL	737 920				737 920			
16 088 0537 1204 0327 BR-487/MG - CATAS ALTAS DA MONTAÇA - PIRANAJA	FISCAL	2 787 200				2 787 200			
16 088 0537 1204 0332 BR-158/MG - PONTE ROTOCOVERMOVIARIA S/O RIO PARAIBA - DIV. MG/SP	FISCAL	1 510 523				1 510 523			
16 088 0537 1204 0334 BR-458/MG - UBERLÂNDIA - CAMPO FLORIDO - PLANURA	FISCAL	2 787 200				2 787 200			
16 088 0537 1204 0335 PONTE SOBRE O RIO SUACUI EM SANTA MARIA DO SUACUI - MG	FISCAL	278 720				278 720			
16 088 0537 1204 0409 BR-116/BA - TUCANO - IMO	FISCAL	3 970 706				3 970 706			
16 088 0537 1204 0414 BR-487/MG - PONTE SOBRE O RIO PARAIBA - MG	FISCAL	7 618 186				7 618 186			
RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS		107 248 217				107 248 217			
16 088 0539 1201 ELABORAÇÃO DE PROJETOS		9 308 960				9 308 960			
FORNECER SUPORTE TÉCNICO PARA O PLANEJAMENTO A CONSTRUÇÃO E/OU A RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS									
16 088 0539 1201 0002 ELABORAÇÃO DE PROJETOS PARA RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS	FISCAL	9 308 960				9 308 960			
16 088 0539 1203 RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS		87 938 687				87 938 687			
PERMITIR, ATRAVÉS DA RESTAURAÇÃO DOS DIVERSOS SEÇÕES QUE COMPOEM AS RODOVIAS O AUMENTO DA CAPACIDADE E DA CATEGORIA DE TRÁFEGO COM A CONSEQUENTE REDUÇÃO DOS CUSTOS OPERACIONAIS									
16 088 0539 1205 0003 BR-020/BA - DIVISA GO/BA - DIVISA BR/PI	FISCAL	10 000 000				10 000 000			
16 088 0539 1205 0001 BR-040/MA - DIVISA GO/MA - DIVISA MA/RJ	FISCAL	933 334				933 334			
16 088 0539 1205 0018 BR-101/RJ - DIVISA ES/RJ - DIVISA RJ/SP	FISCAL	13 033 333				13 033 333			
16 088 0539 1205 0021 BR-101/SC - DIVISA PR/SC - DIVISA SC/RS	FISCAL	1 500 000				1 500 000			
16 088 0539 1205 0032 BR-101/SE - DIVISA AL/SE - DIVISA SE/BA	FISCAL	3 000 000				3 000 000			
16 088 0539 1205 0027 BR-116/BA - DIVISA PE/BA - DIVISA BA/MG	FISCAL	2 000 000				2 000 000			
16 088 0539 1205 0076 BR-135/MA - SÃO LUIS - DIVISA MA/PI	FISCAL	100 000				100 000			
16 088 0539 1205 0030 BR-183/PA - DIVISA SP/PA - DIVISA PA/SC	FISCAL	1 500 000				1 500 000			
16 088 0539 1205 0049 BR-230/PA - CARDELO - DIVISA PA/CE	FISCAL	7 647 340				7 647 340			
16 088 0539 1205 0052 BR-242/BA - SÃO ROQUE - DIVISA BA/GO	FISCAL	2 000 000				2 000 000			
16 088 0539 1205 0067 BR-318/MA - DIVISA PA/MA - DIVISA MA/PI	FISCAL	3 500 000				3 500 000			
16 088 0539 1205 0086	FISCAL	1 300 000				1 300 000			

39000 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E DAS COMUNICAÇÕES
39201 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

CR\$ 1.000,00

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESPEC	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
BR-316/PA - ULEN - DIVISA PA/MA									
16 088 0539 1205 0350 BR-361/PA - PATOS - ITAPOBANGA	FISCAL	44 600				44 600			
16 088 0539 1205 0832 BR-110/BA - ALACONIMAS - EPI - BR-324/420	FISCAL	4 151 818				4 151 818			
16 088 0539 1205 0834 BR-277/PA - SANTA TEREZINHA DO ITAIPU - FÓZ DO IGUAÇU	FISCAL	15 296 314				15 296 314			
16 088 0539 1205 0856 BR-381/GO - GOVERNADOR VALADARES - DIVISA MG/SP	FISCAL	8 178 199				8 178 199			
16 088 0539 1205 0860 RECONSTRUÇÃO E/OU SUBSTITUIÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS - O A E	FISCAL	26 368 602				26 368 602			
TOTAL 913.000		201 684 724				201 684 724			

LEGISLAÇÃO CITADA

(Anexada pela Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional)

LEI Nº 8.409, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1992

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1992.

AVISO Nº 1.246-AL/SG

Em, 22 de setembro de 1992

A Sua Excelência o Senhor
Senador Dirceu Carneiro
Primeiro Secretário do Senado Federal
Brasília — DF

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, acompanhada de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento, relativa a projeto de lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$201.884.724.000,00, para os fins que especifica".

Atenciosamente, — **Marcos Coimbra**, Secretário-Geral da Presidência da República.

MENSAGEM Nº 112, DE 1992-CN

(Nº 622/92, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento, o texto do projeto de lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, créditos adicionais até o limite de Cr\$339.346.000,00, para os fins que especifica".

Brasília, 28 de setembro de 1992. — **F. Collor**

EM Nº 356/MEFP

Brasília, 23 de setembro de 1992

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Orçamento Fiscal da União, créditos adicionais até o limite de Cr\$339.346.000,00 (trezentos e trinta e nove milhões, trezentos e quarenta e seis mil cruzeiros), em favor do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, destinados a atender despesas de capital, assim discriminados:

I — Crédito Suplementar (Acima do limite de 20%)

	Cr\$ Mil
— Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	
— IPEA	39.346
— Investimentos	39.346

II — Crédito Especial

	Cr\$ Mil
— Serviço Federal de Processamento de Dados	
— SERPRO	300.000
— Inversões Financeiras	300.000

2. Os referidos créditos destinam-se ao projeto "Gerenciamento do Setor Público Federal" a cargo do IPEA, e à aquisição de linhas telefônicas pelo Serpro, em virtude da integração do INSS ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal — SIAFI — como estabelecido no Dec. nº 347, de 21-11-91 — e serão viabilizados

mediante a anulação parcial de dotações consignadas nos orçamentos das próprias entidades.

3. Cumpre informar que o pleito encontra-se de acordo com o inciso III do § 1º do art. 43, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do inciso V, do art. 167 da Constituição Federal.

Respeitosamente, — **Luiz Antônio Andrade Gonçalves**, Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento — Interino.

**ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS
DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA,
FAZENDA E PLANEJAMENTO
Nº 356, DE 23-9-92**

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:

Atendimento de gastos com despesas de capital do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA e do Serviço Federal de Processamento de Dados — SERPRO.

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

Abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$39.346.000,00 para o IPEA e de crédito especial até o limite de Cr\$300.000.000,00 para o Serpro.

3. Alternativas existentes às medidas ou atos propostos:
Não há alternativa.

4. Custos:

As despesas deverão ser atendidas através do cancelamento parcial de recursos do IPEA e Serpro, no valor de Cr\$339.346.000,00 (trezentos e trinta e nove milhões, trezentos e quarenta e seis mil cruzeiros).

5. Razões que justificam a urgência:

6. Impacto sobre o meio ambiente:

Nenhum.

7. Síntese do parecer do órgão jurídico:

PROJETO DE LEI Nº 54, DE 1992-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, créditos adicionais até o limite de Cr\$339.346.000,00 para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992), em favor do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, crédito suplementar no valor de Cr\$39.346.000,00 (trinta e nove milhões, trezentos e quarenta e seis mil cruzeiros), para atender à programação constante no Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão da anulação parcial de dotação orçamentária, na forma do Anexo II desta Lei.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, crédito especial até o limite de Cr\$300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros), para atender à programação constante no anexo III desta Lei.

Art. 4º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 3º decorrerão da anulação parcial de dotação orçamentária, na forma do Anexo IV desta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ANEXO I À LEI Nº DE DE DE 1992

25000 - MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
25192 - ENTIDADES SUPERVISIONADAS

MEIO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUNTOS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		29 346				29 346			
PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL		29 346				29 346			
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTAÇÃO		29 346				29 346			
03 000 0000 1000		19 346				19 346			
PROJETOS A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS									
03 000 0000 1000 0101	FISCAL	29 346				29 346			
INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA									
TOTAL FISCAL		29 346				29 346			

CMS 1.000,00

RECURSOS DE TÍTULOS AS FOMTAS E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO I À LEI Nº , DE DE DE 1992

26000 - MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
25206 - INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA

MEIO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUNTOS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		29 346				29 346			
PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL		29 346				29 346			
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTAÇÃO		29 346				29 346			
03 000 0000 1019		29 346				29 346			
ORÇAMENTAÇÃO DO SETOR PÚBLICO									
PROMOVER ESTUDOS E PESQUISAS QUE VISEM APLICAÇÃO DE MÉTODOS E TÉCNICAS UTILIZADOS NO PROCESSO DE PLANEJAMENTO DA UNIDADE									
03 000 0000 1019 0001	FISCAL	29 346				29 346			
DIRETORIA-GERAL DO SETOR PÚBLICO FEDERAL									
TOTAL FISCAL		29 346				29 346			

CMS 1.000,00

RECURSOS DE TÍTULOS AS FOMTAS E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO II À LEI Nº , DE DE DE 1992

25000 - MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
25192 - ENTIDADES SUPERVISIONADAS

MEIO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUNTOS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		29 346			29 346				
PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL		29 346			29 346				
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTAÇÃO		29 346			29 346				
03 000 0000 1020		29 346			29 346				
PROJETOS A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS									
03 000 0000 1020 0101	FISCAL	29 346			29 346				
INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA									
TOTAL FISCAL		29 346			29 346				

CMS 1.000,00

RECURSOS DE TÍTULOS AS FOMTAS E TRANSFERÊNCIAS

CREDITO SUPLEMENTAR

[illegible]

**ANEXO A EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS
DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA,
FAZENDA E PLANEJAMENTO
Nº 373, DE 25-9-92**

LEI Nº 8.409, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1992

MENSAGEM Nº 114, DE 1992-CN
(Mensagem nº 629/92, na origem)

Brasília, 3 de outubro de 1992. — Fernando Collor.

Brasília, 25 de setembro de 1992.

2. Os recursos financeiros para o atendimento do pleito são oriundos do convênio firmado entre o EMFA e a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, proveniente do Programa PIN/PROTERRA, do exercício de 1991, no valor pleiteado, já disponíveis para tanto.

Este Ministério é favorável à concessão do crédito e, nessas condições, tenho a honra de submeter à apreciação de Vossa Excelência o anexo projeto de decreto que autoriza a abertura do crédito.

Respeitosamente, — **Marcello Marques Moreira**, Minis-
tro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento.

Atender a despesas com o Projeto "Infra-Estrutura Hídrica em Alcântara — MA".

Abertura de crédito especial para atender àquela demanda.

3. Alternativas existentes às medidas ou atos propostos:
A alternativa proposta é única para resolução da situação apresentada.

4. Custos:

Crédito especial até o limite de Cr\$200.000.000,00.

5. Razões que justificam a urgência (a ser preenchido somente se o ato proposto for medida provisória ou projeto de lei que deva tramitar em regime de urgência):

6. Impacto sobre o meio ambiente (sempre que o ato ou medida provisória proposta passa vir a tê-lo):

7. Síntese do parecer do órgão jurídico:

PROJETO DE LEI Nº 55, DE 1992-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial até o limite de Cr\$200.000.000,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ac Orçamento Fiscal da União (Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992), em favor da Presidência da República — Estado-Maior das Forças Armadas —, crédito especial até o limite de Cr\$200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros), para atender à programação constante do Anexo I desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de convênio celebrado entre Órgãos Públicos Federais, no montante especificado no Anexo II desta lei.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília.

2011年12月

EXTRA SPECIAL

RECLAMOS DE PUEBLO AS PORTES E TRANSPORTACION

ESPECIFICAÇÃO	CUPA	TOTAL	PESSOAL E C. MATERIAIS	JUROS E INC DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INSCRIÇÕES FUNDACIONAIS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		200.000				200.000			
CIÊNCIA E TECNOLOGIA		200.000				200.000			
PESQUISA APLICADA		200.000				200.000			
DO 010 0000 1100 PARA A REGIÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL		200.000				200.000			
CONCENTRAM RECURSOS PARA INVESTIR NAS ÁREAS MAIS DESEMPENHADAS EM AMPLITUDE, VISANDO A APLICAÇÃO DE RECURSOS EM PESQUISA, DESENVOLVIMENTO AMPLAS DEVIDO A CONCENTRAÇÃO CONCENTRADA NAS ÁREAS NAS ÁREAS SELECIONADAS COM O AMPLIAMENTO DE TECNOLOGIA E NÃO DE CIMA LOCAL. - CIMA DE 100% ESTRUTURA (PERCENTUAL) = 0									
DO 010 0000 0100 0000 INFRA-ESTRUTURA NÍVEL DE ALTA TENSÃO - NO, A CIMA DE CIMA - CIMA DE 100% ESTRUTURA (PERCENTUAL) = 0	FISCAL	200.000				200.000			
TOTAL, FISCAL		200.000				200.000			

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	-----

ANEXO II

ACRÉSCIMO

20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

20105 - ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS (CR\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONÔMICA
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			200.000
2400.00.00 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	FIS		200.000	
2480.00.00 TRANSFERÊNCIAS DE CONVENIOS	FIS		200.000	
TOTAL FISCAL				200.000

LEGISLAÇÃO CITADA

(Anexada pela Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional)

LEI Nº 8.409, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1992

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1992.

MENSAGEM Nº 115, DE 1992-CN
(Nº 630/92, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos do Senhor Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento, o texto do projeto de lei que "autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União crédito especial até o limite de Cr\$4.300.000.000,00, para os fins que especifica".

Brasília, 1º de outubro de 1992. — **Fernando Collor.**

EM nº 376/MEFP

Brasília, 25 de setembro de 1992

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

O Ministério da Agricultura e Reforma Agrária solicita abertura de crédito especial no valor de Cr\$4.300.000.000,00 (quatro bilhões e trezentos milhões de cruzeiros), em favor da Companhia Nacional de Abastecimento — CONAB.

2. O referido crédito tem por finalidade remanejar dotação do grupo de Despesas Correntes para Investimentos, em subprojeto pertencente ao vigente orçamento da mencionada Companhia, entidade vinculada aquele Ministério, de forma a possibilitar a execução do seu programa de trabalho do corrente ano.

3. Os recursos oriundos do presente crédito serão destinados a projetos de demolição e reconstrução de isolamentos térmicos de tubulações e vasos de pressão de unidades frigoríficas; restauração, complementação e recuperação de edificações, equipamentos e instalações eletromecânicas de unidades armazenadoras e de comercialização de gêneros alimentícios; aquisição ou revisão de equipamentos operacionais e ferromental, e implantação de balanças rodoviárias.

4. Este Ministério manifesta-se favoravelmente à solicitação do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária e propõe seja submetido à deliberação dos Senhores Membros do Congresso Nacional o projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União crédito especial até o limite do valor mencionado.

5. Os recursos necessários para a efetivação do presente crédito decorrerão da anulação parcial de dotação do próprio Órgão, estando em conformidade com o art. 43, § 1º, inciso

III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e em consonância com o art. 167, inciso V, da Constituição.

Nessas condições, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito especial.

Respeitosamente, — **Marcello Marques Moreira**, Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento.

ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS
DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA,
FAZENDA E PLANEJAMENTO,
Nº 376, DE 25-9-92

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:

Solicitação de crédito especial, através de remanejamento de dotação do próprio Órgão, com vistas a inserir em subprojeto do vigente orçamento da Conab, recursos para assegurar os gastos de investimento da empresa.

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

Abertura de crédito especial, mediante projeto de lei, de conformidade com a legislação em vigor.

3. Alternativas existentes às medidas ou atos propostos:

4. Custos:

Abertura de crédito especial no valor de Cr\$4.300.000.000,00.

5. Razões que justificam a urgência.

6. Impacto sobre o meio ambiente:

7. Síntese do parecer do órgão jurídico:

PROJETO DE LEI Nº 56, DE 1992-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União crédito especial até o limite de Cr\$4.300.000.000,00; para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, crédito especial até o limite de Cr\$4.300.000.000,00 (quatro bilhões e trezentos milhões de cruzeiros), para atender à programação constante do Anexo I desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão da anulação parcial da dotação indicada no Anexo II desta lei, no montante especificado.

Art. 3º Em decorrência do disposto no art. 1º, fica o Poder Executivo autorizado a alterar o Orçamento de Investimento de conformidade com os Anexos III e IV desta lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília.

CALL 1 800 800 8000

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS

AS QUANTIDADES DAS REIAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

221 1 000.00

CURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

1 200 000		1 300
-----------	--	-------

010 1 000,00

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCEIS

4 300 000

ANEXO IV	
ANEXO	ACRESCIMO
22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA 22211 - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	
DETALHAMENTO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS (CR\$ 1.000,00)	
ESPECIFICAÇÃO	CATEGORIA ECONÔMICA
GERAÇÃO PRÓPRIA / OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO	4.300.000
TOTAL	4.300.000

LEGISLAÇÃO CITADA

(Anexada pela Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional)

LEI Nº 8.409, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1992

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1992.

MENSAGEM Nº 116, DE 1992-CN
(Nº 631/92, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento, o texto do projeto de lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial até o limite de Cr\$130.000.000,00, para os fins que especifica".

Brasília, 1º de outubro de 1992. — **Fernando Collor**.

EM nº 377

Brasília, 25 de setembro de 1992.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

O Ministério da Educação solicita abertura de crédito especial no valor de Cr\$130.000.000,00 (cento e trinta milhões de cruzeiros), em favor de diversas unidades administrativas, no âmbito da Administração Direta.

2. O presente pleito é objeto de remanejamento de recursos e tem por finalidade proporcionar condições ao Ministério de expandir e aperfeiçoar seu sistema de comunicação, através de instalação de linhas telefônicas, bem como de equipamentos de fac-símiles e de microcomputadores nas suas Delegacias Regionais.

3. Informo que o crédito foi elaborado de acordo com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, incisos V e VI da Constituição, sendo necessário sua apreciação pelo Poder Legislativo a título de crédito especial, em face da inexistência do grupo de despesa "Inversões Financeiras" nos programas de trabalho das mencionadas unidades.

4. Nessas condições, submeto à apreciação de Vossa Excelência o anexo projeto de lei, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, o referido crédito especial, até o limite de Cr\$130.000.000,00 (cento e trinta milhões de cruzeiros).

Respeitosamente, — **Marcílio Marques Moreira**, Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento.

PROJETO DE LEI Nº 57, DE 1992-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial até o limite de Cr\$130.000.000,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992), em favor do Ministério da Educação, crédito especial até o limite de Cr\$130.000.000,00 (cento e trinta milhões de cruzeiros), para atender à programação indicada no Anexo I desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do cancelamento de dotações constantes do Anexo II desta lei, nos montantes especificados.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ANEXO DA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS/MEFP
Nº 377, DE 25-9-92

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:

Necessidade de adquirir linhas telefônicas para o Gabinete do Ministro, o Conselho Federal de Educação, a Coordenação de Serviços Gerais e para a Delegacia do MEC em Palmas (TO), bem como adequar os sistemas de telefonia de outras Delegacias, tendo em vista a instalação de equipamentos de transmissão de fac-símiles (FAX) e de microcomputadores ligados ao sistema central do MEC por via telefônica.

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

Proporcionar condições ao MEC e suas Delegacias de expandirem e aperfeiçoarem seus sistemas de comunicação, através da instalação dos equipamentos supracitados.

3. Alternativas existentes às medidas ou atos propostos:

Não existem projetos sobre a matéria tramitando no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, sendo, portanto, a alternativa, a solicitação de crédito especial para a inclusão do grupo de despesa de Inversões Financeiras no orçamento da Administração Direta do Ministério da Educação.

4. Custos:

Cr\$130.000.000,00 (cento e trinta milhões de cruzeiros), proveniente do cancelamento do grupo de despesas de investimentos, não havendo, portanto, elevação da despesa prevista na Lei Orçamentária Anual.

5. Razões que justificam a urgência:

6. Impacto sobre o meio ambiente:

7. Síntese do parecer do Órgão Jurídico:

26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
26101 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Cr\$ 1.000,00

ANEXO I

CRÉDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JURIS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA		130 000					130 000		
ADMINISTRAÇÃO		130 000					130 000		
ADMINISTRAÇÃO GERAL		130 000					130 000		
08 007 0021 2008 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		130 000					130 000		
PROMOVER O APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA, ATRAVÉS DA COORDENAÇÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE, ALÉM DE PRESTAR APOIO LOGÍSTICO AS ATIVIDADES-FIN									
08 007 0021 2008 0040 MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE MATERIAL, PATRIMÔNIO E TRANSPORTE	FISCAL	100 000					100 000		
08 007 0021 2008 0041 MANUTENÇÃO DE DELEGACIAS REGIONAIS	FISCAL	30 000					30 000		
TOTAL FISCAL		130 000					130 000		

26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
26101 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Cr\$ 1.000,00

ANEXO II

CRÉDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JURIS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
EDUCAÇÃO E CULTURA		130 000				130 000			
ADMINISTRAÇÃO		130 000				130 000			
ADMINISTRAÇÃO GERAL		130 000				130 000			
08 007 0021 2008 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		130 000				130 000			
PROMOVER O APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA, ATRAVÉS DA COORDENAÇÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE, ALÉM DE PRESTAR APOIO LOGÍSTICO AS ATIVIDADES-FIN									
08 007 0021 2008 0040 MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE MATERIAL, PATRIMÔNIO E TRANSPORTE	FISCAL	100 000				100 000			
08 007 0021 2008 0041 MANUTENÇÃO DE DELEGACIAS REGIONAIS	FISCAL	30 000				30 000			
TOTAL FISCAL		130 000				130 000			

LEGISLAÇÃO CITADA

(Anexada pela Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional)

LEI Nº 8.409, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1992

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1992.

MENSAGEM Nº 117, DE 1992-CN
(Nº 632/92, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento, o texto do projeto de lei que "autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito adicional até o limite de Cr\$596.224.000,00, para os fins que especifica".

Brasília, 1º de outubro de 1992. — Fernando Collor.

EM nº 378

Brasília, 25 de setembro de 1992

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

A Secretaria dos Desportos da Presidência da República solicita abertura de crédito adicional até o limite de

Cr\$596.224.000,00 (quinhentos e noventa e seis milhões, duzentos e vinte e quatro mil cruzeiros), sendo:

— crédito suplementar de Cr\$587.000.000,00, para atender despesas com auxílio-refeição e vale-transporte;
— crédito especial de Cr\$9.224.000,00, para instalação de telefonia celular.

2. Cabe esclarecer que de acordo com a avaliação daquela Secretaria os recursos oferecidos para cancelamento não prejudicarão a execução dos subprojetos de que foram subtraídos, constantes dos Anexos III e IV, do presente projeto de lei.

3. Para viabilizar o atendimento do pleito em questão, faz-se necessária a aprovação preliminar de um projeto de lei que autorize o Poder Executivo a abrir os referidos créditos, por ter sido ultrapassado o limite de 20% (vinte por cento) previsto na alínea b, da Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992, obedecidas as prescrições do art. 167, incisos V e VI, da Constituição.

4. Nessas condições, tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de lei, que autoriza a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente, — **Marcello Marques Moreira**, Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento.

**ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS
DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA,
FAZENDA E PLANEJAMENTO,
Nº 378/92**

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:

Atender às despesas com auxílio-refeição, vale-transporte e aquisição de telefonia celular.

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

Projeto de lei que autoriza a abertura de crédito suplementar e especial.

3. Alternativas existentes às medidas ou atos propostos: A alternativa proposta é única para resolução da situação apresentada.

4. Custos:

Remanejamento de dotações orçamentárias no valor de Cr\$596.224,0 mil, sendo:

— crédito suplementar de Cr\$587.000.000,00

— crédito especial de Cr\$9.224.000,00.

5. Razões que justificam a urgência (a ser preenchido somente se o ato proposto for medida provisória ou projeto de lei que deva tramitar em regime de urgência):

6. Impacto sobre o meio ambiente (sempre que o ato ou medida provisória proposta passa vir a tê-lo):

7. Síntese do parecer do Órgão Jurídico:

PROJETO DE LEI Nº 58, DE 1992-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito adicional até o limite de Cr\$596.224.000,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992), em favor da Presidência da República — Secretaria dos Desportos —, crédito suplementar no valor de Cr\$587.000.000,00 (quinhentos e oitenta e sete milhões de cruzeiros), para atender à programação constante do Anexo I desta lei.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992), em favor da Presidência da República — Secretaria dos Desportos —, crédito especial, até o limite de Cr\$9.224.000,00 (nove milhões, duzentos e vinte e quatro mil cruzeiros), para atender à programação constante do Anexo II desta lei.

Art. 3º Os recursos necessários à execução do disposto nos artigos anteriores decorrerão de anulação de dotações indicadas nos Anexos III e IV desta lei, nos montantes especificados.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
20110 - SECRETARIA DOS DESPORTOS

CR\$ 1.000,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		007.000			007.000				
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		007.000			007.000				
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		007.000			007.000				
10.070.0100.0000 PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO		007.000			007.000				
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O RECEBIMENTO DOS AUXÍLIOS REVERENDOS AO VALE-TRANSPORTE E VALE-REFEIÇÃO, A EDUCAÇÃO OUTRA-ESCOLAR EM REGIME DE CRÉDITO PARA SEUS FILHOS, ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA									
SERVIDOR ATENDIDO (Pessoa) = 100									
10.070.0100.4000.0003 CONCESSÃO DE VALE-TRANSPORTE	FISCAL	00.000			00.000				
SERVIDOR ATENDIDO (Pessoa) = 00									
10.070.0100.4000.0004 AUXÍLIO REFEIÇÃO	FISCAL	007.000			007.000				
SERVIDOR ATENDIDO (Pessoa) = 00									
TOTAL FISCAL		007.000			007.000				

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

10000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
10110 - SECRETARIA DOS DESPORTOS

CR\$ 1.000,00

ANEXO II

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		9.224					9.224		
ADMINISTRAÇÃO		9.224					9.224		
ADMINISTRAÇÃO GERAL		9.224					9.224		
01.007.0001.0000 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		9.224					9.224		
PROMOVER O PERFEICIONAMENTO DO SISTEMA, ATRAVÉS DA COORDENAÇÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE, ALÉM DE PRESTAR APOIO LOGÍSTICO AS ATIVIDADES-FIN.									
01.007.0001.0000.0011 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	FISCAL	9.224					9.224		
TOTAL FISCAL		9.224					9.224		

20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
20110 - SECRETARIA DOS DESPORTOS

CR\$ 1 000,00

ANEXO III

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		567 000				567 000			
EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS		567 000				567 000			
DESPORTO AMADOR		567 000				567 000			
02 046 0224 2553 DIFUSÃO DO DESPORTO DE MASSA		567 000				567 000			
LEVAR OS BENEFÍCIOS DOS DESPORTOS PARA AS COMUNIDADES LOMQUINAS OU CARENTES, ATRAVÉS DO APOIO FINANCEIRO PARA CONTRIBUIR EQUIPAR ESPAÇOS POLIESPORTIVOS A SEREM UTILIZADOS SOMENTADO PELAS POPULAÇÕES DE BAIXA RENDA									
02 046 0224 2553 0007 APOIO A CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO POLIESPORTIVO EM TRINDADE - PE	FISCAL	92 000				92 000			
02 046 0224 2553 0049 APOIO A CONCLUSÃO DO COMPLEXO ESPORTIVO DE CRUZ DAS ALMAS - BA	FISCAL	110 000				110 000			
02 046 0224 2553 0088 ILUMINAÇÃO DO ESTÁDIO MUNICIPAL DE FUTEBOL DE COIARAS - PE (A CARGO DA PREFEITURA)	FISCAL	92 000				92 000			
02 046 0224 2553 0147 CONSTRUÇÃO DE CENTRO POLIESPORTIVO EM CAMOIN - CE	FISCAL	293 000				293 000			
TOTAL FISCAL		567 000				567 000			

20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
20110 - SECRETARIA DOS DESPORTOS

CR\$ 1 000,00

ANEXO IV

CRÉDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		9 224				9 224			
EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS		9 224				9 224			
DESPORTO AMADOR		9 224				9 224			
02 046 0224 4051 APOIO A COMPETIÇÕES E PRÁTICAS DESPORTIVAS		9 224				9 224			
APOIO TÉCNICO E FINANCIAMENTO AS COMPETIÇÕES DESPORTIVAS VISANDO DESENVOLVER O DESPORTO NO PAÍS E INCLUIR A LO A VIDA COTIDIANA DOS HABITANTES									
- EVENTO APOIADO (EVENTO) = 2									
- ENTIDADE APOIADA (UNIDADE) = 10									
- IMPLANTAR SISTEMA DE TELEFONIA (UNID) = 3									
02 046 0224 4051 0001 INCENTIVO A COMPETIÇÕES DESPORTIVAS	FISCAL	9 224				9 224			
- EVENTO APOIADO (EVENTO) = 2									
- ENTIDADE APOIADA (UNIDADE) = 10									
- IMPLANTAR SISTEMA DE TELEFONIA (UNID) = 3									
TOTAL FISCAL		9 224				9 224			

AS QUANTIDADES DAS NETAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

LEGISLAÇÃO CITADA

(Anexada pela Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional)

LEI Nº 8.409, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1992.

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1992.

MENSAGEM Nº 118, DE 1992-CN
(Mensagem nº 633, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento, o texto do projeto de lei que "autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de Cr\$3.679.951.000,00, para os fins que especifica".

Brasília, 1º de outubro de 1992. — Fernando Collor.

EM Nº 379/MEFP

Brasília, 25 de setembro de 1992

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

O Ministério da Justiça solicita crédito suplementar no valor de Cr\$4.397.054.000,00 (quatro bilhões, trezentos e noventa e sete milhões e cinquenta e quatro mil cruzeiros) em favor da Fundação Nacional do Índio — FUNAI e do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial — INMETRO, visando custear as despesas com Pessoal, relativas ao pagamento de inativos e pensionistas, concessão de benefícios sociais, como também as decorrentes de exercícios anteriores resultantes da incorporação de quintos.

2. Do montante solicitado, a parcela de Cr\$717.103.000,00 (setecentos e dezessete milhões, cento e três mil cruzeiros), poderá ser viabilizada através de decreto, por situar-se dentro do limite de 20% (vinte por cento) estabelecido na vigente Lei Orçamentária para remanejamento de dotações entre subprojetos/subatividades, sendo Cr\$577.459.000,00 (quinhentos e TEXTOS TRUNCADOS).

PROJETO DE LEI Nº 59, DE 1992-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de Cr\$3.679.951.000,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir aos Orçamentos da União (Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992), em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar

no valor de Cr\$3.679.951.000,00 (três bilhões, seiscentos e setenta e nove milhões, novecentos e cinquenta e um mil cruzeiros), para atender à programação constante do Anexo I desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão da anulação parcial de dotações indicadas no Anexo II desta lei, nos montantes especificados.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília.

30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
30191 - ENTIDADES SUPERVISIONADAS

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUNOS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		11 500	11 500						
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		11 500	11 500						
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		11 500	11 500						
15 070 0400 2000		11 500	11 500						
ATIVIDADES A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS		11 500	11 500						
15 070 0400 2000 0000		11 500	11 500						
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO	FISCAL	11 500	11 500						
TOTAL FISCAL		11 500	11 500						

30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
30202 - FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUNOS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		3 201 173	3 201 173						
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		11 500	11 500						
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		11 500	11 500						
15 070 0400 2000		11 500	11 500						
PROTEÇÃO DE INTERIORES AO SERVIDOR PÚBLICO		11 500	11 500						
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O REPERTEIRO DOS AUXÍLIOS REFERENTES AO VALE TRANSPORTE E VALE ALIMENTAÇÃO, A EDUCAÇÃO, O FÉRIAS EM REGIME DE EXERCÍCIO PARA SEUS FILHOS, ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA		11 500	11 500						
15 070 0400 2000 0000		11 500	11 500						
AUXÍLIOS AO SERVIDOR PÚBLICO	FISCAL	11 500	11 500						
PREVIDÊNCIA		3 189 583	3 189 583						
PREVIDÊNCIA SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS		3 189 583	3 189 583						
15 082 0400 2013		3 189 583	3 189 583						
ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS		3 189 583	3 189 583						
ASSISTÊNCIA A SUBSISTÊNCIA PESSOAL A QUE FICAM SOB OS INATIVOS E SEUS DEPENDENTES		3 111 050	3 111 050						
15 082 0400 2013 0001		3 111 050	3 111 050						
ENCARGOS COM INATIVOS	REGULARIDADE	70 527	70 527						
15 082 0400 2013 0000		70 527	70 527						
ENCARGOS COM PENSIONISTAS	REGULARIDADE	70 527	70 527						
TOTAL FISCAL		3 201 173	3 201 173						
REGULARIDADE		3 189 583	3 189 583						

30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
30203 - INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUNOS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		470 770	470 770						
PREVIDÊNCIA		470 770	470 770						
PREVIDÊNCIA SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS		470 770	470 770						
15 082 0400 2013		470 770	470 770						
ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS		470 770	470 770						
ASSISTÊNCIA A SUBSISTÊNCIA PESSOAL A QUE FICAM SOB OS INATIVOS E SEUS DEPENDENTES		317 374	317 374						
15 082 0400 2013 0001		317 374	317 374						
ENCARGOS COM INATIVOS	REGULARIDADE	101 404	101 404						
15 082 0400 2013 0000		101 404	101 404						
ENCARGOS COM PENSIONISTAS	REGULARIDADE	101 404	101 404						
TOTAL REGULARIDADE		470 770	470 770						

72000 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA UNIÃO
72130 - RPC/RSO - SEM SUPERVISÃO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO - MIN. DA JUSTIÇA

CR\$ 1.000,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE INICIAR AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUNOS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		3.668.363	3.668.363						
PREVIDÊNCIA		3.668.363	3.668.363						
PREVIDÊNCIA SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS		3.668.363	3.668.363						
15.062.0495.4200		3.668.363	3.668.363						
ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS									
ASSISTÊNCIA A SUBSISTÊNCIA PECUNIÁRIA A QUE FAZEM JUS OS INATIVOS E SEUS DEPENDENTES									
15.062.0495.4200.0007	SEGURIDADE	3.189.565	3.189.565						
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIÍO									
15.062.0495.4200.0008	SEGURIDADE	478.778	478.778						
INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL									
TOTAL SEGURIDADE		3.668.363	3.668.363						

30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
30192 - ENTIDADES SUPERVISIONADAS

CR\$ 1.000,00

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE INICIAR AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUNOS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS		478.778	478.778						
Ciência e tecnologia		73.356	73.356						
METROLOGIA		73.356	73.356						
11.010.0378.2800		73.356	73.356						
ATIVIDADES A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS									
11.010.0378.2800.0002	FISCAL	73.356	73.356						
INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL									
NORMALIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL		408.422	408.422						
METROLOGIA		408.422	408.422						
11.066.0378.2800		408.422	408.422						
ATIVIDADES A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS									
11.066.0378.2800.0003	FISCAL	408.422	408.422						
INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL									
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		3.201.173	3.201.173						
ADMINISTRAÇÃO		3.201.173	3.201.173						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		3.201.173	3.201.173						
15.007.0021.2800		3.201.173	3.201.173						
ATIVIDADES A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS									
15.007.0021.2800.0004	FISCAL	3.201.173	3.201.173						
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIÍO									
TOTAL FISCAL		3.679.901	3.679.901						

30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
30203 - FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIÍO

CR\$ 1.000,00

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE INICIAR AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUNOS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		3.201.173	3.201.173						
ADMINISTRAÇÃO		3.201.173	3.201.173						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		3.201.173	3.201.173						
15.007.0021.2800		3.201.173	3.201.173						
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS									
PROMOVER O APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA, ATRAVÉS DA COORDENAÇÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE, ALÉM DE PRESTAR APOIO LOGÍSTICO ÀS ATIVIDADES FIM									
15.007.0021.2800.0000	FISCAL	3.201.173	3.201.173						
ENCARGOS COM PESSOAL EM DISPONIBILIDADE									
TOTAL FISCAL		3.201.173	3.201.173						

1999:1000

RECURSOS DE UNHAS OS CONHECIMENTOS E TRANSPARENCIAS

IDENTIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JURIS E ENL. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO		478 778	478 778						
CIÊNCIA E TECNOLOGIA		73 398	73 398						
METROLOGIA		73 398	73 398						
11 010 0175 2008		73 398	73 398						
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS									
MANUTENÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ATRAVÉS DA INSCRIÇÃO, MANUTENÇÃO E CONTROLE ALÉM DE FORNIR APOIO LOGÍSTICO ÀS ATIVIDADES FIM									
11 010 0374 2008 0011	FISCAL	73 398	73 398						
COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS									
REGISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO EM ATIVIDADE EMPRESARIAL		408 422	408 422						
METROLOGIA		408 422	408 422						
11 066 0175 2404		408 422	408 422						
EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO EM METROLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL									
ASSISTÊNCIA A EXATIDÃO DAS MEDIÇÕES ESPERADAS POR INSTRUMENTOS DE MEDIR E POR MÉTODOS UTILIZADOS EM TRANSACÇÕES COMERCIAIS E QUE ENVOLVAM SEGURANÇA E SAÚDE									
11 066 0378 2404 0003	FISCAL	408 422	408 422						
EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO EM METROLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL									
TOTAL FISCAL		478 778	478 778						

Os recursos compensatórios são provenientes dos saldos de dotações das obras dos Edifícios-Sede da Justiça Federal em Goiás, Amapá e Roraima em decorrência do seu término e das obras do Edifício-Sede do Tribunal Regional Federal de São Paulo e do Anexo da Seção Judiciária do Estado do

Rio Grande do Sul que se encontram atrasadas em todas as suas etapas.

II — Justiça Eleitoral: crédito suplementar no valor de Cr\$173.792.000,00 (cento e setenta e três milhões, setecentos e noventa e dois mil cruzeiros) objetivando cobrir despesas com vale-transporte do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais e auxílio a servidores do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro. Os recursos oferecidos como cancelamento pelo TRE-MG eram destinados ao programa de assistência médica a servidores e seus dependentes, e pelo TRE-RJ a auxílio-creche e vale-transporte que não foram utilizados pelo Tribunal por falta de estrutura adequada.

III — Justiça do Trabalho: créditos adicionais no valor de Cr\$15.268.265.000,00 (quinze bilhões, duzentos e sessenta e oito milhões, duzentos e sessenta e cinco mil cruzeiros), com a seguinte destinação:

a) crédito suplementar no valor de Cr\$36.896.000,00 (trinta e seis milhões, oitocentos e noventa e seis mil cruzeiros), com a finalidade de atender despesas com o programa de assistência médica a servidores e seus dependentes do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região — PR. Os recursos compensatórios eram destinados ao programa de auxílio-creche;

b) crédito suplementar no valor de Cr\$4.612.000.000,00 (quatro bilhões, seiscentos e doze milhões de cruzeiros) para atender despesas com instalação dos Tribunais Regionais do Trabalho da 23ª e 24ª Regiões com sede nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, respectivamente, criados pelas Leis nºs 8.430/92 e 8.431/92. Os recursos oferecidos como compensação destinavam-se à aquisição de equipamentos e material permanente para instalação de Tribunais Regionais do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento.

c) Crédito suplementar no valor de Cr\$123.369.000,00 (cento e vinte e três milhões, trezentos e sessenta e nove mil cruzeiros), em favor do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região — MA, objetivando atender despesas com serviços postais e de telecomunicações em virtude dos aumentos verificados nessas tarifas no decorrer do presente exercício e prestar assistência médica a servidores e seus dependentes. Os recursos compensatórios eram destinados ao reequipamento de suas Unidades Administrativas e à compra de telefone e equipamentos médicos.

d) Crédito especial no valor de Cr\$10.496.000.000,00 (dez bilhões, quatrocentos e noventa e seis milhões de cruzeiros), destinado às despesas de manutenção e funcionamento dos Tribunais Regionais do Trabalho de Alagoas, Sergipe e Piauí, em virtude do início de suas atividades. Os recursos oferecidos como compensação eram destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para instalação dos respectivos Tribunais.

4. Este Ministério manifesta-se favorável ao atendimento dos créditos, reforçando que sua viabilização dar-se-á por remanejamento de dotações oferecidas pelos próprios Tribunais e constantes dos Orçamentos da União, conforme prevê o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, incisos V e VI, da Constituição.

5. Nessas condições, tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que autoriza o Poder Executivo a abrir os referidos créditos adicionais.

Respeitosamente, — **Marcílio Marques Moreira**, Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento.

ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS
DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA,
FAZENDA E PLANEJAMENTO
Nº 388, DE 30-9-92

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:

Manutenção de atividades básicas da Justiça Federal. Viabilizar a continuidade das obras de Construção dos Edifícios-Sede da Justiça Federal nos Estados de MG, MS, SP, RJ, PR, RN e PB. Concessão de Vale-Transporte pelo TRE-MG-Prestar Assistência Médica a Servidores e seus dependentes do TRT da 9ª Região — PR e 16ª Região — MA.

Manutenção e funcionamento dos TRT da 19ª, 20ª, 22ª Regiões e instalação dos TRT da 23ª e 24ª Regiões.

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

Encaminhamento de Projeto de Lei ao Congresso Nacional, a fim de adequar a programação orçamentária às reais necessidades dos órgãos.

3. Alternativas existentes às medidas ou atos propostos:

A medida proposta é única para resolução da situação apresentada.

4. Custos:

O atendimento do crédito em questão não implicará em acréscimo de despesas, pois ocorrerá somente remanejamento de recursos.

5. Razões que justificam a urgência:

6. Impacto sobre o meio ambiente:

Nada a registrar neste sentido.

7. Síntese do parecer do órgão jurídico:

PROJETO DE LEI Nº 60, DE 1990-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União créditos adicionais até o limite de Cr\$46.917.057.000,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir aos Orçamentos da União (Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992), em favor da Justiça Federal, da Justiça Eleitoral e da Justiça do Trabalho, crédito suplementar no valor de Cr\$36.421.057.000,00 (trinta e seis bilhões, quatrocentos e vinte e um milhões e cinquenta e sete mil cruzeiros), para atender à programação constante do Anexo I desta lei.

Parágrafo único. Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do cancelamento das dotações indicadas no Anexo II desta lei, nos montantes especificados.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992), em favor da Justiça do Trabalho, crédito especial até o limite de Cr\$10.496.000.000,00 (dez bilhões e quatrocentos e noventa e seis milhões de cruzeiros), para atender à programação constante do Anexo III desta lei.

Parágrafo único. Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do cancelamento das dotações indicadas no Anexo IV desta lei, nos montantes especificados.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

12000 - JUSTIÇA FEDERAL
12101 - JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU

CR\$ 1.000,00

CREDITO SUPLEMENTAR

MEIO I

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
JUDICIÁRIA		800.000			800.000				
PROCESSO JUDICIÁRIO		800.000			800.000				
AÇÃO JUDICIÁRIA		800.000			800.000				
05.004.0013.2026.0000 ADMINISTRAÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS SERVIÇOS JUDICIÁRIOS		800.000			800.000				
ENCARGOS COM ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL E COM ADMINISTRAÇÃO GERAL DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS									
05.004.0013.2026.0002 SERVIÇOS PORTAIS E DE TELECOMUNICAÇÕES	FISCAL	800.000			800.000				
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		900.000			900.000				
ADMINISTRAÇÃO		900.000			900.000				
INFORMÁTICA		900.000			900.000				
03.007.0074.2018.0000 SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS		900.000			900.000				
PROPORCIONAR AOS DIFERENTES SETORES DO ORGÃO RECURSO COMPUTACIONAL CAPAZ DE APOIAR EFICIENTEMENTE O TRABALHO DE ANÁLISE, PROCESSAMENTO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES NECESSÁRIAS À VIABILIZAÇÃO DAS ATIVIDADES FIN DO SETOR									
03.007.0074.2018.0001 MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DE DADOS	FISCAL	900.000			900.000				
SAÚDE E SUPORTE		1.400.000			1.400.000				
SAÚDE		1.400.000			1.400.000				
ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA		1.400.000			1.400.000				
13.078.0428.2008 ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA A SERVIDORES		1.400.000			1.400.000				
ESTRUTURAR A SAÚDE FÍSICA E MENTAL DOS SERVIDORES E SEUS DEPENDENTES EM CONDIÇÃO COMPLEMENTAR									
13.078.0428.2004.0002 ASSISTÊNCIA MÉDICA HOSPITALAR A SERVIDORES E SEUS DEPENDENTES	SEGURIDADE	1.400.000			1.400.000				
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		1.380.000			1.380.000				
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		1.380.000			1.380.000				
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		1.380.000			1.380.000				
10.078.0406.4088 PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO		1.380.000			1.380.000				
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O RECEBIMENTO DOS AUXÍLIOS REFERENTES AO VALE-TRANSPORTE E VALE-REFEIÇÃO, A EDUCAÇÃO PRE-ESCOLAR EM REGIME DE CRECHE PARA SEUS FILHOS ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA									
10.078.0406.4088.0002 AUXÍLIO CRECHE	FISCAL	400.000			400.000				
10.078.0406.4088.0003 CONCESSÃO DE VALE-TRANSPORTE	FISCAL	180.000			180.000				
10.078.0406.4088.0004	FISCAL	800.000			800.000				
AUXÍLIO-REFEIÇÃO									
TOTAL		6.430.000			6.430.000				
FISCAL		3.880.000			3.880.000				
SEGURIDADE		1.400.000			1.400.000				

12000 - JUSTIÇA FEDERAL
12102 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª. REGIÃO

CR\$ 1.000,00

CREDITO SUPLEMENTAR

MEIO I

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		8.400.000				8.400.000			
ADMINISTRAÇÃO		8.400.000				8.400.000			
EDIFICAÇÕES PÚBLICAS		8.400.000				8.400.000			
03.007.0028.1003 CONSTRUÇÃO DE IMÓVEIS		1.922.000				1.922.000			
PROPORCIONAR CONDIÇÕES ATENDIDAS DE TRABALHO E DE ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS									
03.007.0028.1003.0488 CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL EM LUBERLANDIA - MG	FISCAL	3.922.000				3.922.000			
03.007.0028.2026.0000 REPAROS E CONSERVAÇÃO DE IMÓVEIS		2.556.000				2.556.000			
CONSERVAR E PRESERVAR OS SEUS IMÓVEIS									
03.007.0028.2026.0006 CONSERVAÇÃO E REPAROS DE IMÓVEIS DA JUSTIÇA FEDERAL	FISCAL	2.556.000				2.556.000			
TOTAL FISCAL		8.400.000				8.400.000			

12000 - JUSTIÇA FEDERAL
12103 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A. REGIÃO

R\$ 1.000,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		100 000			100 000				
ADMINISTRAÇÃO		100 000			100 000				
INFORMATICA		100 000			100 000				
03 007 0084 2018 SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS		100 000			100 000				
PROPORCIONAR AOS DIFERENTES SETORES DO ORÇÃO, RECURSO COMPUTACIONAL, CAPAS DE APOIO, EFICACIAMENTE O TRABALHO DE ANÁLISE, PROCESSAMENTO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES NECESSÁRIAS À VIABILIZAÇÃO DAS ATIVIDADES FIN. DO RJTJ									
03 007 0024 2018 0001 MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DE DADOS	FISCAL	100 000			100 000				
SAÚDE E SANEAMENTO		22 000			22 000				
SAÚDE		22 000			22 000				
ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA		22 000			22 000				
13 078 0420 2004 ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA A SERVIDORES		22 000			22 000				
ASSEGURAR A SAÚDE FÍSICA E MENTAL DOS SERVIDORES E SEUS DEPENDENTES EM CARÁTER COMPLEMENTAR									
13 078 0420 2004 0002 ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR A SERVIDORES E SEUS DEPENDENTES	SEGURO-VIDA	22 000			22 000				
TOTAL		122 000			122 000				
	FISCAL	100 000			100 000				
	SEGURO-VIDA	22 000			22 000				

12000 - JUSTIÇA FEDERAL
12104 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A. REGIÃO

R\$ 1.000,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		5 600 000				5 600 000			
ADMINISTRAÇÃO		5 600 000				5 600 000			
EDIFICAÇÕES PÚBLICAS		5 600 000				5 600 000			
03 007 0020 1002 CONSTRUÇÃO DE IMÓVEIS		5 600 000				5 600 000			
PROPORCIONAR CONDIÇÕES ADEQUADAS DE TRABALHO E DE ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS									
03 007 0020 1002 0484 CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	FISCAL	2 200 000				2 200 000			
03 007 0020 1002 0488 CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO - SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL EM RIBEIRÃO PRETO - SP	FISCAL	2 400 000				2 400 000			
SAÚDE E SANEAMENTO		680 000			680 000				
SAÚDE		680 000			680 000				
ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA		680 000			680 000				
13 078 0420 2004 ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA A SERVIDORES		680 000			680 000				
ASSEGURAR A SAÚDE FÍSICA E MENTAL DOS SERVIDORES E SEUS DEPENDENTES EM CARÁTER COMPLEMENTAR		1 1			1				
13 078 0420 2004 0002 ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR A SERVIDORES E SEUS DEPENDENTES	SEGURO-VIDA	680 000			680 000				
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		360 000			360 000				
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		360 000			360 000				
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		360 000			360 000				
9 378 0480 4080 PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO		360 000			360 000				
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O RECEBIMENTO DOS AUXÍLIOS REFERENTES AO VALE-TRANSPORTE E VALE-REFEIÇÃO, A EDUCAÇÃO PRE-ESCOLAR EM REGIME DE CRECHE PARA SEUS FILHOS, ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA									
13 371 7480 4080 0002 AUXÍLIO-CRECHE	FISCAL	100 000			100 000				
13 371 7480 4080 0003 CONCESSÃO DE VALE-TRANSPORTE	FISCAL	260 000			260 000				
TOTAL		9 280 000			260 000	5 600 000			
	FISCAL	9 280 000			260 000	5 600 000			
	SEGURO-VIDA	680 000			680 000				

12000 - JUSTIÇA FEDERAL
12105 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4A. REGIÃO

CR\$ 1.000,00

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS									
ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
JUDICIÁRIA		1 100 000			1 100 000				
PROCESSO JUDICIÁRIO		1 100 000			1 100 000				
AÇÃO JUDICIÁRIA		1 100 000			1 100 000				
02 004 0013 2020		1 100 000			1 100 000				
ADMINISTRAÇÃO E COORDENAÇÃO DOS SERVIÇOS JUDICIÁRIOS									
ENCARGOS COM ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL E DE ADMINISTRAÇÃO GERAL NO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS									
02 004 0013 2020 0002	FISCAL	1 100 000			1 100 000				
SERVIÇOS POSTAIS E DE TELECOMUNICAÇÕES									
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		7 000 000				7 000 000			
ADMINISTRAÇÃO		7 000 000				7 000 000			
EDIFICAÇÕES PÚBLICAS		7 000 000				7 000 000			
03 007 0025 1003		7 000 000				7 000 000			
CONSTRUÇÃO DE IMÓVEIS									
PROPORCIONAR CONDIÇÕES ADQUISIÇÃO DE TRABALHO E DE ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS									
03 007 0025 1003 0482	FISCAL	4 000 000				4 000 000			
CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL EM SANTA MARIA - RS									
03 007 0025 1003 0471	FISCAL	3 000 000				3 000 000			
CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL EM POZ DE LUZ - PR									
SAÚDE E BEM-ESTAR		25 000			25 000				
SAÚDE		25 000			25 000				
ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA		25 000			25 000				
13 075 0428 2004		25 000			25 000				
ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA A SERVIDORES									
ASSISTÊNCIA A SAÚDE FÍSICA E MENTAL DOS SERVIDORES E SEUS DEPENDENTES EM CARÁTER COMPLEMENTAR									
13 075 0428 2004 0002	SEGURIDADE	25 000			25 000				
ASSISTÊNCIA MÉDICA HOSPITALAR A SERVIDORES E SEUS DEPENDENTES									
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		34 000			34 000				
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		34 000			34 000				
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		34 000			34 000				
16 078 0488 4088		34 000			34 000				
PRESTIÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO									
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O RECEBIMENTO DOS AUXÍLIOS REFERENTES AO VALE-TRANSPORTE E VALE-REFEIÇÃO A EDUCAÇÃO PRE-ESCOLAR EM REGIME DE CRECHE PARA SEUS FILHOS, ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA									
16 078 0488 4088 0003	FISCAL	34 000			34 000				
CONCESSÃO DE VALE TRANSPORTE									
TOTAL	FISCAL	8 100 000			1 100 000	7 000 000			
	SEGURIDADE	25 000			25 000				

12000 - JUSTIÇA FEDERAL
12106 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5A. REGIÃO

CR\$ 1.000,00

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS									
ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
JUDICIÁRIA		1 756 000			1 756 000				
PROCESSO JUDICIÁRIO		1 756 000			1 756 000				
AÇÃO JUDICIÁRIA		1 756 000			1 756 000				
02 004 0013 2020		1 756 000			1 756 000				
ADMINISTRAÇÃO E COORDENAÇÃO DOS SERVIÇOS JUDICIÁRIOS									
ENCARGOS COM ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL E DE ADMINISTRAÇÃO GERAL NO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS									
02 004 0013 2020 0001	FISCAL	950 000			950 000				
PROCESSAMENTO DE CRIMES									
02 004 0013 2020 0002	FISCAL	906 000			906 000				
SERVIÇOS POSTAIS E DE TELECOMUNICAÇÕES									
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		2 400 000			250 000	2 150 000			
ADMINISTRAÇÃO		2 400 000			250 000	2 150 000			
INFORMÁTICA		250 000			250 000				
07 007 0024 2016		250 000			250 000				

12000 - JUSTIÇA FEDERAL
12100 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª. REGIÃO

CR\$ 1.000,00

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS PROPORCIONAR AOS DIFERENTES SETORES DO ORÇÃO, RECURSO COMPUTACIONAL CAPAZ DE APOIAR EFICAZMENTE O TRABALHO DE ANÁLISE E PROCESSAMENTO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES NECESSÁRIAS À VIABILIZAÇÃO DAS ATIVIDADES FIM DO TÓRUS									
03 007 0028 2018 0001 MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DE DADOS	FISCAL	200 000			200 000				
EDIFICAÇÕES PÚBLICAS		2 150 000				2 150 000			
03 007 0028 1003 0000 CONSTRUÇÃO DE IMOVEIS		2 150 000				2 150 000			
PROPORCIONAR CONDIÇÕES ADEQUADAS DE TRABALHO E DE ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS									
03 007 0028 1003 0488 CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SERGIPE - SE	FISCAL	400 000				400 000			
03 007 0028 1003 0489 CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - RN	FISCAL	400 000				400 000			
03 007 0028 1003 0470 CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA PARAÍBA - PB	FISCAL	1 350 000				1 350 000			
SAÚDE E SANEAMENTO		1 085 000			1 085 000				
SAÚDE		1 085 000			1 085 000				
ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA		1 085 000			1 085 000				
13 078 0428 2004 ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA A SERVIDORES		1 085 000			1 085 000				
ASSESSORAR A SAÚDE FÍSICA E MENTAL DOS SERVIDORES E SEUS DEPENDENTES, EM CARÁTER COMPLEMENTAR									
13 078 0428 2004 0002 ASSISTÊNCIA MÉDICA HOSPITALAR A SERVIDORES E SEUS DEPENDENTES	SEGURIDADE	1 085 000			1 085 000				
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		114 000			114 000				
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		114 000			114 000				
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		114 000			114 000				
18 078 0488 4089 PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO		114 000			114 000				
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O RECEBIMENTO DOS AUXÍLIOS REFERENTES AO VALE-TRANSPORTE E VALE-REFEIÇÃO, E EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR EM REGIME DE CRECHE PARA SEUS FILHOS, ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA									
18 078 0488 4089 0002 AUXÍLIO CRECHE	FISCAL	114 000			114 000				
TOTAL	FISCAL	5 365 000			3 207 000	2 158 000			
	SEGURIDADE	4 280 000			2 122 000	2 158 000			
		1 085 000			1 085 000				

14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
14113 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

CR\$ 1.000,00

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		100 000			100 000				
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		100 000			100 000				
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		100 000			100 000				
18 078 0488 4089 PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO		100 000			100 000				
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O RECEBIMENTO DOS AUXÍLIOS REFERENTES AO VALE-TRANSPORTE E VALE-REFEIÇÃO, E EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR EM REGIME DE CRECHE PARA SEUS FILHOS, ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA									
18 078 0488 4089 0002 CONCESSÃO DE VALE-TRANSPORTE	FISCAL	100 000			100 000				
TOTAL	FISCAL	100 000			100 000				

14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
14119 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

CR\$ 1.000,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		73 792	73 792						
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		73 792	73 792						
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		73 792	73 792						
10 076 0499 4000 PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO		73 792	73 792						
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O RECEBIMENTO DOS AUXÍLIOS DEPENDENTES AO VALE-TRANSPORTE E VALE-REFEÍCIO, A EDUCAÇÃO PRO-FASCULAR EM REFEIÇÃO DO CROQUI PARA SEUS FILHOS ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA									
10 076 0499 4000 0001 AUXÍLIOS AO SERVIDOR PÚBLICO	FISCAL	27 872	27 872						
10 076 0499 4000 0001 AUXÍLIOS AO SERVIDOR PÚBLICO	SEGURIDADE	46 120	46 120						
TOTAL FISCAL		73 792	73 792						
TOTAL SEGURIDADE		27 872	27 872						
		46 120	46 120						

15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO
15101 - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

CR\$ 1.000,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
JUDICIÁRIA		4 612 000	490 000		3 410 000	712 000			
PROCESSO JUDICIÁRIO		4 612 000	490 000		3 410 000	712 000			
AÇÃO JUDICIÁRIA		4 612 000	490 000		3 410 000	712 000			
02 004 0013 8401 INSTALAÇÃO DE TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO		4 612 000	490 000		3 410 000	712 000			
INSTALAR TRIBUNAIS DA JUSTIÇA DO TRABALHO EM DIVERSOS ESTADOS									
02 004 0013 8401 0001 INSTALAÇÃO DE TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO	FISCAL	4 612 000	490 000		3 410 000	712 000			
TOTAL FISCAL		4 612 000	490 000		3 410 000	712 000			

15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO
15110 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9A. REGIÃO

CR\$ 1.000,00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
Saúde e saneamento		36 896			36 896				
Saúde		36 896			36 896				
ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA		36 896			36 896				
13 076 0426 2004 ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA A SERVIDORES		36 896			36 896				
ASSEGURAR A SAÚDE FÍSICA E MENTAL DOS SERVIDORES E SEUS DEPENDENTES EM CARÁTER COMPLEMENTAR									
13 076 0426 2004 0002 ASSISTÊNCIA MÉDICA HOSPITALAR A SERVIDORES E SEUS DEPENDENTES	SEGURIDADE	36 896			36 896				
TOTAL SEGURIDADE		36 896			36 896				

18000 - JUSTIÇA DO TRABALHO
18117 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª. REGIÃO

CR\$ 1.000,00

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
JUDICIÁRIA		100.000			100.000				
PROCESSO JUDICIÁRIO		100.000			100.000				
AÇÃO JUDICIÁRIA		100.000			100.000				
02.004.0013.2026.0000		100.000			100.000				
ADMINISTRAÇÃO E CONDIÇÃO DOS SERVIDORES JUDICIÁRIOS									
ENCARGOS COM ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL E DE ADMINISTRAÇÃO GERAL NO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS									
02.004.0013.2026.0002	FISCAL	100.000			100.000				
SERVIÇOS POSTAIS E DE TELECOMUNICAÇÕES									
SALUBRIDADE E SANEAMENTO		23.368			23.368				
SALUBRIDADE		23.368			23.368				
ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA		23.368			23.368				
13.078.0028.2004		23.368			23.368				
ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA A SERVIDORES									
ASSISTÊNCIA A SAÚDE FÍSICA E MENTAL DOS SERVIDORES SEUS DEPENDENTES, EM CARÁTER COMPLEMENTAR									
13.078.0028.2004.0002	SEGURIDADE	23.368			23.368				
ASSISTÊNCIA MÉDICA HOSPITALAR A SERVIDORES E SEUS DEPENDENTES									
TOTAL	FISCAL	123.368			123.368				
	SEGURIDADE	100.000			100.000				
		23.368			23.368				

13000 - JUSTIÇA FEDERAL
13101 - JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU

CR\$ 1.000,00

CREDITO SUPLEMENTAR

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
JUDICIÁRIA		990.000			40.000	750.000	200.000		
PROCESSO JUDICIÁRIO		990.000				750.000	200.000		
AÇÃO JUDICIÁRIA		990.000				400.000	200.000		
02.004.0013.2026.0000		990.000				400.000	200.000		
ADMINISTRAÇÃO E CONDIÇÃO DOS SERVIDORES JUDICIÁRIOS									
ENCARGOS COM ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL E DE ADMINISTRAÇÃO GERAL NO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS									
02.004.0013.2026.0001	FISCAL	990.000				400.000	200.000		
PROCESSAMENTO DE CAUSAS									
TRATAMENTO DE RECURSOS HUMANOS		350.000				350.000			
02.004.0017.2007.0001		350.000				350.000			
CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS									
PROMOVER DE FORMA INTEGRADA A QUALIFICAÇÃO DE PESSOAL EM TODOS OS NÍVEIS DE FORMAÇÃO E SERVIÇOS, DE MODO QUE SE ORIENTEM MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO E MAIS ALTOS NÍVEIS DE PRODUÇÃO									
02.004.0017.2007.0001	FISCAL	350.000				350.000			
ESPECIALIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO									
ASSISTÊNCIA		40.000			40.000				
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		40.000			40.000				
02.004.0028.2022		40.000			40.000				
ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA									
ASSISTÊNCIA JUDICIAL A PESSOAS CARENTES									
02.004.0028.2022.0001	FISCAL	40.000			40.000				
ASSISTÊNCIA JURÍDICA A PESSOAS CARENTES									
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		3.480.000			300.000	3.180.000			
ADMINISTRAÇÃO		3.480.000			300.000	3.180.000			
INFORMÁTICA		700.000				800.000			
02.007.0024.2018		700.000				800.000			
SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS									
PROPORCIONAR AOS DIFERENTES SETORES DO ORGÃO, RECURSO COMPUTACIONAL, CAPAZ DE APOIAR EFICAZMENTE O TRABALHO DE ANÁLISE, PROCESSAMENTO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES NECESSÁRIAS À VIABILIZAÇÃO DAS ATIVIDADES-FIM DO SETOR									
02.007.0024.2018.0001	FISCAL	800.000				800.000			
MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DE DADOS									
EDIFICAÇÕES PÚBLICAS		2.680.000			300.000	2.380.000			
02.007.0028.2022		2.680.000			300.000	2.380.000			
REPAROS E CONSERVAÇÃO DE IMOVEIS									
CONSERVAR E PRESERVAR OS BENS IMOVEIS									
02.007.0028.2022.0006	FISCAL	2.680.000			300.000	2.380.000			
CONSERVAÇÃO E REPAROS DE IMOVEIS NA JUSTIÇA FEDERAL									
TOTAL	FISCAL	4.480.000			340.000	3.840.000	200.000		

12000 - JUSTIÇA FEDERAL
12103 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1A. REGIÃO

R\$ 1.000,00

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
JUICIAMIA		922 000					922 000		
PROCESSO JUICIÁRIO		922 000					922 000		
AÇÃO JUICIÁRIA		922 000					922 000		
02 004 0013 1638 INSTALAÇÃO DE TRIBUNAIS REGIONAIS E DE SUAS SEÇÕES JUICIÁRIAS		922 000					922 000		
INSTALAR OS TRIBUNAIS E SUAS SEÇÕES JUICIÁRIAS NAS VÁRIAS REGIÕES DO ESTADO PROPICIANDO CONDIÇÕES ADEQUADAS DE TRABALHO E DE ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DE SEUS SERVIÇOS									
02 004 0013 1638 0001 INSTALAÇÃO DA SEÇÃO JUICIÁRIA DA JUSTIÇA FEDERAL DE MINAS GERAIS	FISCAL	922 000					922 000		
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		5 558 000				5 558 000			
ADMINISTRAÇÃO		5 558 000				5 558 000			
EDIFICAÇÕES PÚBLICAS		8 896 000				8 896 000			
07 007 0025 1003 CONSTRUÇÃO DE IMOVEIS		8 896 000				8 896 000			
PROPORCIONAR CONDIÇÕES ADEQUADAS DE TRABALHO E DE ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS									
03 007 0025 1003 0702 CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL EM GOIÁS	FISCAL	1 160 000				1 160 000			
03 007 0025 1003 0704 CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DA SEÇÃO JUICIÁRIA DO ESTADO DO AMAPÁ	FISCAL	1 142 000				1 142 000			
07 007 0025 1003 0705 CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DA SEÇÃO JUICIÁRIA DO ESTADO DO PARANÁ	FISCAL	2 895 000				2 895 000			
TOTAL FISCAL		8 480 000				5 558 000	922 000		

12000 - JUSTIÇA FEDERAL
12103 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A. REGIÃO

R\$ 1.000,00

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		92 000				92 000			
ADMINISTRAÇÃO		92 000				92 000			
EDIFICAÇÕES PÚBLICAS		92 000				92 000			
03 007 0025 2022 REPAROS E CONSERVAÇÃO DE IMOVEIS		92 000				92 000			
CONSERVAR E PRESERVAR OS SEUS IMOVEIS									
03 007 0025 2022 0008 CONSERVAÇÃO E REPAROS EM IMOVEIS DA JUSTIÇA FEDERAL	FISCAL	92 000				92 000			
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		30 000			10 000				
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		30 000			30 000				
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		30 000			30 000				
19 078 0086 4089 INSTALAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO		70 000			30 000				
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O RECEBIMENTO DOS AUXÍLIOS REFERENDOS AO CASO TRANSIENTE E VOLTAR REFUGIO A EDUCAÇÃO QUE PERMITE EM REGIME DE CRECHE PARA SEUS FILHOS ALÉM DO ÚNICO BENEFÍCIO SOCIAL ESTABELECIDO EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA									
19 078 0086 4089 0002 AUXÍLIO CRECHE	FISCAL	30 000			70 000				
TOTAL FISCAL		122 000			30 000	92 000			

12000 - JUSTIÇA FEDERAL
12104 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A. REGIÃO

CR\$ 1 000,00

SEÇÃO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
JUDICIÁRIA		789 000				789 000			
PROCESSO JUDICIÁRIO		789 000				789 000			
AÇÃO JUDICIÁRIA		789 000				789 000			
08 004 0013 2029 ADMINISTRAÇÃO E COORDENAÇÃO DOS SERVIÇOS JUDICIÁRIOS		789 000				789 000			
ENCARGOS COM ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL E DE ADMINISTRAÇÃO GERAL NO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS									
08 004 0013 2029 0001 PROCESSAMENTO DE CAUSAS	FISCAL	789 000				789 000			
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		8 100 000			309 000	8 800 000			
ADMINISTRAÇÃO		8 100 000			309 000	8 800 000			
INFORMATICA		800 000				800 000			
03 007 0024 2018 SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS		800 000				800 000			
PROPORCIONAR AOS DIFERENTES SETORES DO ORÇÃO, RECURSO COMPUTACIONAL CAPAZ DE APOIAR EFICAZMENTE O TRABALHO DE ANÁLISE, PROCESSAMENTO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES NECESSÁRIAS À VIABILIZAÇÃO DAS ATIVIDADES FIM DO SETOR									
01 007 0024 2018 0001 MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DE DADOS	FISCAL	800 000				800 000			
EDIFICAÇÕES PÚBLICAS		8 800 000			390 000	9 200 000			
03 007 0029 1003 CONSTRUÇÃO DE IMOVEIS		4 900 000				4 900 000			
PROPORCIONAR CONDIÇÕES ADEQUADAS DE TRABALHO E DE ALOJAMENTO AOS USUÁRIOS									
03 007 0029 1003 0488 CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO - SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A REGIÃO - SP	FISCAL	4 900 000				4 900 000			
03 007 0029 2029 REPAROS E CONSERVAÇÃO DE IMOVEIS		1 100 000			300 000	800 000			
CONSERVAR E PRESERVAR OS BENS IMOVEIS									
03 007 0029 2029 0008 CONSERVAÇÃO E REPAROS EM IMOVEIS DA JUSTIÇA FEDERAL	FISCAL	1 100 000			300 000	800 000			
TOTAL FISCAL		8 889 000			309 000	9 589 000			

12000 - JUSTIÇA FEDERAL
12105 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4A. REGIÃO

CR\$ 1 000,00

SEÇÃO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
JUDICIÁRIA		400 000				400 000			
PROCESSO JUDICIÁRIO		400 000				400 000			
AÇÃO JUDICIÁRIA		400 000				400 000			
08 004 0013 2029 ADMINISTRAÇÃO E COORDENAÇÃO DOS SERVIÇOS JUDICIÁRIOS		400 000				400 000			
ENCARGOS COM ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL E DE ADMINISTRAÇÃO GERAL NO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS									
08 004 0013 2029 0001 PROCESSAMENTO DE CAUSAS	FISCAL	400 000				400 000			
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		7 700 000			700 000	7 000 000			
ADMINISTRAÇÃO		7 700 000			700 000	7 000 000			
EDIFICAÇÕES PÚBLICAS		7 700 000			700 000	7 000 000			
03 007 0029 1003 CONSTRUÇÃO DE IMOVEIS		7 000 000				7 000 000			
PROPORCIONAR CONDIÇÕES ADEQUADAS DE TRABALHO E DE ALOJAMENTO AOS USUÁRIOS									
03 007 0029 1003 0488 CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO ANEXO DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	FISCAL	7 000 000				7 000 000			
03 007 0029 2029 REPAROS E CONSERVAÇÃO DE IMOVEIS		700 000			700 000				
CONSERVAR E PRESERVAR OS BENS IMOVEIS									
03 007 0029 2029 0008 CONSERVAÇÃO E REPAROS DE IMOVEIS DA JUSTIÇA FEDERAL	FISCAL	700 000			700 000				
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		99 000			99 000				
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		99 000			99 000				
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		99 000			99 000				
18 078 0488 4039 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO SERVIDOR PÚBLICO		99 000			99 000				
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O RECEBIMENTO DOS AJUÍDIOS REFERENTES AO VALE-TRANSPORTE E VALE-REFEIÇÃO, A EDUCAÇÃO PRESELECIONADA EM REGIME DE CRÉDITO PARA SEUS FILHOS, ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA									
18 078 0488 4039 0008 AJUÍDIO-GRATUO	FISCAL	99 000			99 000				
TOTAL FISCAL		8 199 000			799 000	7 400 000			

12000 - JUSTIÇA FEDERAL
12108 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª. REGIÃO

CBO 1 F.3.63

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC DA DÍVIDA	OUTRAS DESP CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP DE CAPITAL
JUDICIÁRIA		1 007 000				1 007 000			
PROCESSO JUDICIÁRIO		1 007 000				1 007 000			
AÇÃO JUDICIÁRIA		1 007 000				1 007 000			
02.004.0013.2020 ADMINISTRAÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS SERVIÇOS JUDICIÁRIOS		1 007 000				1 007 000			
ENCARGOS COM ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL E DE ADMINISTRAÇÃO GERAL NO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS									
02.004.0013.2020.0001 PROCESSAMENTO DE CAUSAS	FISCAL	1 007 000				1 007 000			
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		4 358 000				4 358 000			
ADMINISTRAÇÃO		4 358 000				4 358 000			
EDIFICAÇÕES PÚBLICAS		4 358 000				4 358 000			
03.007.0025.2022 REPAROS E CONSERVAÇÃO DE IMOVEIS		4 358 000				4 358 000			
CONSERVAR E PRESERVAR OS BENS IMOVEIS									
03.007.0025.2022.0008 CONSERVAÇÃO E REPAROS DE IMOVEIS DA JUSTIÇA FEDERAL	FISCAL	4 358 000				4 358 000			
TOTAL FISCAL		9 365 000				9 365 000			

14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
14113 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

CBO 1 C50.69

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC DA DÍVIDA	OUTRAS DESP CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP DE CAPITAL
SAÚDE E SANEAMENTO		100 000			100 000				
SAÚDE		100 000			100 000				
ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA		100 000			100 000				
13.078.0420.2004 ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA A SERVIDORES		100 000			100 000				
ASSISTÊNCIA À SAÚDE FÍSICA E MENTAL DOS SERVIDORES E SEUS DEPENDENTES, EM CARÁTER COMPLEMENTAR									
13.078.0420.2004.0007 ASSISTÊNCIA MÉDICA HOSPITALAR A SERVIDORES E SEUS DEPENDENTES	SEGURIDADE	100 000			100 000				
TOTAL SEGURIDADE		100 000			100 000				

14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
14119 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

CBO 1 C50.65

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP DE CAPITAL
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		73 792			73 792				
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		73 792			73 792				
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		73 792			73 792				
18.078.0468.4008 PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO		73 792			73 792				
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O PERCEBIMENTO DOS AUXÍLIOS REFERENTES AO VALE-TRANSPORTE E VALE-REFeição, E EDUCAÇÃO PRE-ESCOLAR EM REGIME DE CRÉDITO PARA SEUS FILHOS, ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA									
18.078.0468.4008.0002 AUXÍLIO-REFEÇÃO	FISCAL	48 120			48 120				
18.078.0468.4008.0003 CONCESSÃO DE VALE-TRANSPORTE	FISCAL	27 672			27 672				
TOTAL FISCAL		73 792			73 792				

15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO
15101 - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

CR\$ 1.000,00

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUNOS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
JUDICIÁRIA		4.612.000				4.612.000			
PROCESSO JUDICIÁRIO		4.612.000				4.612.000			
AÇÃO JUDICIÁRIA		4.612.000				4.612.000			
02.004.0013.9461		4.612.000				4.612.000			
INSTALAÇÃO DE TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO									
INSTALAR TRIBUNAIS DA JUSTIÇA DO TRABALHO EM DIVERSOS ESTADOS									
02.004.0013.9461.0008	FISCAL	4.612.000				4.612.000			
INSTALAÇÃO DE TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO E JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E ALCANCEMENTO									
TOTAL FISCAL		4.612.000				4.612.000			

15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO
15110 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9A. REGIÃO

CR\$ 1.000,00

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUNOS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		36.896			36.896				
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		36.896			36.896				
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		36.896			36.896				
15.078.0468.4088		36.896			36.896				
PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS AO SERVIDOR PÚBLICO									
PROPORCIONAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS O RECONHECIMENTO DOS AUXÍLIOS REFERENTES AO VALER TRANSPORTE E VALER REFEIÇÃO A EDUCAÇÃO PRE-ESCOLAR EM REGIME DE CRECHE PARA SEUS FILHOS, ALÉM DE OUTROS BENEFÍCIOS SOCIAIS ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PRÓPRIA									
15.078.0468.4088.0002	FISCAL	36.896			36.896				
AUXÍLIO CRECHE									
TOTAL FISCAL		36.896			36.896				

15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO
15117 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16A. REGIÃO

CR\$ 1.000,00

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUNOS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
JUDICIÁRIA		80.000					80.000		
PROCESSO JUDICIÁRIO		80.000					80.000		
AÇÃO JUDICIÁRIA		80.000					80.000		
02.004.0013.2020		80.000					80.000		
ADMINISTRAÇÃO E COORDENAÇÃO DOS SERVIÇOS JUDICIÁRIOS									
ENCARGOS COM ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL E DE ADMINISTRAÇÃO GERAL NO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS									
02.004.0013.2020.0001	FISCAL	80.000					80.000		
PROCESSAMENTO DE CAUSAS									
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		80.000				80.000			
ADMINISTRAÇÃO		80.000				80.000			
INFORMATICA		80.000				80.000			
02.007.0024.2018		80.000				80.000			
SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS									
PROPORCIONAR AOS DIFERENTES SETORES DO ORÇÃO RECURSO COMPUTACIONAL, CAPAZ DE APOIAR EFICAZMENTE O TRABALHO DE ANÁLISE, PROCESSAMENTO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES NECESSÁRIAS À VIABILIZAÇÃO DAS ATIVIDADES FIM DO SETOR									
02.007.0024.2018.0001	FISCAL	80.000				80.000			
MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DE DADOS									
SAÚDE E BEM-ESTAR		23.369					23.369		
SAÚDE		23.369					23.369		
ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA		23.369					23.369		
13.078.0468.2004		23.369					23.369		
ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA A SERVIDORES									
ASSISTÊNCIA À SAÚDE FÍSICA E MENTAL DOS SERVIDORES E SEUS DEPENDENTES EM CARÁTER COMPLEMENTAR									
13.078.0468.2004.0002	SEGURIDADE	23.369				23.369			
ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR A SERVIDORES E SEUS DEPENDENTES									
TOTAL FISCAL		183.369				23.369	80.000		
TOTAL REVERSÃO		180.000				80.000	50.000		

15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO
15101 - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

CR\$ 1.000,00

CREDITO ESPECIAL

ANEXO III

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
JUDICIARIA		10 496 000	7 668 000		2 810 000				
PROCESSO JUDICIAL		10 496 000	7 668 000		2 810 000				
AÇÃO JUDICIARIA		10 496 000	7 668 000		2 810 000				
02 004 0013 5481 0001		10 496 000	7 668 000		2 810 000				
INSTALAÇÃO DE TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO									
INSTALAÇÃO TRIBUNAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO EM DIVERSOS ESTADOS									
02 004 0013 5481 0002	FISCAL	3 112 000	1 592 000		1 520 000				
INSTALAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO - SÃO PAULO									
02 004 0013 5481 0003	FISCAL	3 672 000	2 412 000		460 000				
INSTALAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO - MATO GROSSO									
02 004 0013 5481 0005	FISCAL	3 512 000	2 522 000		990 000				
INSTALAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO - PIAUÍ									
TOTAL FISCAL		10 496 000	7 668 000		2 810 000				

15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO
15101 - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

CR\$ 1.000,00

CREDITO ESPECIAL

ANEXO IV

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
JUDICIARIA		10 496 000				10 496 000			
PROCESSO JUDICIAL		10 496 000				10 496 000			
AÇÃO JUDICIARIA		10 496 000				10 496 000			
02 004 0013 5481 0001		10 496 000				10 496 000			
INSTALAÇÃO DE TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO									
INSTALAÇÃO TRIBUNAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO EM DIVERSOS ESTADOS									
02 004 0013 5481 0002	FISCAL	3 112 000				3 112 000			
INSTALAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO - SÃO PAULO									
02 004 0013 5481 0003	FISCAL	3 672 000				3 672 000			
INSTALAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO - MATO GROSSO									
02 004 0013 5481 0005	FISCAL	3 512 000				3 512 000			
INSTALAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO - PIAUÍ									
TOTAL FISCAL		10 496 000				10 496 000			

LEGISLAÇÃO CITADA

(Anexada pela Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional)

LEI Nº 8.409, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1992

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1992.

MENSAGEM Nº 120, DE 1992-CN
(Nº 638/92, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento, o texto do projeto de lei que "autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$989.346.000,00, para os fins que especifica".

Brasília, 1º de outubro de 1992. — **Fernando Collor**.

E.M. nº 387

Brasília, 30 de setembro de 1992

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
A Secretaria dos Desportos da Presidência da República solicita crédito suplementar no valor de Cr\$989.346.000,00

(novecentos e oitenta e nove milhões, trezentos e quarenta e seis mil cruzeiros), para atender despesas com servidores redistribuídos, pagamento de Funções de Direção e Assessoramento Superior, Gratificação de Representação de Gabinete, quintos e reenquadramento de servidores amparados pela Lei nº 8.270/91.

2. Ressalto que o cancelamento proposto não compromete as subatividades de Apoio à Construção de Ginásio Poliesportivo em Marechal Cândido Rondon — PR, Pedro Gomes — MS e Macaúbas — BA, considerando que aquela Secretaria se propõe a dar tratamento prioritário para a execução das mesmas já no início de 1993.

3. As despesas decorrentes do crédito serão atendidas à conta do cancelamento de dotações próprias, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, incisos V e VI da Constituição.

4. A aprovação preliminar pelo Congresso Nacional de Projeto de Lei que autorize o Poder Executivo a abrir o presente crédito, faz-se necessária por ter sido ultrapassado o limite de 20% (vinte por cento) previsto no inciso I, alínea b, do art. 6º, da Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992.

Nessas condições, tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de lei que autoriza a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente — **Marcello Marques Moreira**, Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento.

**ANEXO A EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS
DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA,
FAZENDA E PLANEJAMENTO
Nº 387/1992, 30-9-92**

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:

Atender as despesas com servidores redistribuídos, pagamento de funções de direção e assessoramento superior, gratificação de representação de gabinete, quintos e reequilíbrio de servidores amparados pela Lei nº 8.270/91.

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

Projeto de Lei que autorize a abertura de crédito suplementar.

3. Alternativas existentes às medidas ou atos propostos:
A alternativa proposta é única para resolução da situação apresentada.

4. Custos:

Remanejamento de dotações orçamentárias no valor de Cr\$989.346.000,00.

5. Razões que justificam a urgência (a ser preenchido somente se o ato proposto for medida provisória ou projeto de lei que deva tramitar em regime de urgência):

20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
20110 - SECRETARIA DOS DESPORTOS

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		989 346	989 346						
ADMINISTRAÇÃO		989 346	989 346						
ADMINISTRAÇÃO GERAL		989 346	989 346						
03 001 0021 2005		989 346	989 346						
ADMINISTRAÇÃO EM PESSOAL		989 346	989 346						
CONTINUAR SUPERVISANDO E CONTROLAR OS ASSUNTOS PERTINENTES A PESSOAL ORÇAMENTANDO O APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA A NÍVEL SECTORIAL		989 346	989 346						
03 007 0021 2005 0010	FISCAL	989 346	989 346						
ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		989 346	989 346						
TOTAL FISCAL		989 346	989 346						

20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
20110 - SECRETARIA DOS DESPORTOS

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		989 346				989 346			
EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS		989 346				989 346			
DESPORTO AMADOR		989 346				989 346			
03 046 0224 2553		989 346				989 346			
ORGANIZAÇÃO DO DESPORTO DE MASSA		989 346				989 346			
LEVAR OS BENEFÍCIOS DO DESPORTO PARA AS COMUNIDADES LONGÍNQUAS DO CARANETES ATRAVÉS DO APOIO FINANCEIRO PARA CONSTRUÇÃO EQUIPAR ESPAÇOS POLIESPORTIVOS A SEME UTILIZANDO SOBRETUDO PELAS POPULAÇÕES DE BAIXA RENDA		989 346				989 346			
03 046 0224 2553 0103	FISCAL	368 960				368 960			
APOIO A CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO POLIESPORTIVO EM MARACANÃ CANOÍDO BONFIM - PR		368 960				368 960			
03 046 0224 2553 0104	FISCAL	159 185				159 185			
APOIO A CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO POLIESPORTIVO EM PRIMO DE CAMPOS - RJ		159 185				159 185			
03 046 0224 2553 0120	FISCAL	461 200				461 200			
CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO DE ESPORTES EM MACAÍMAS - BA		461 200				461 200			
TOTAL FISCAL		989 346				989 346			

LEGISLAÇÃO CITADA

(Anexada pela Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional)

LEI Nº 8.409, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1992

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1992.

6. Impacto sobre o meio ambiente (sempre que o ato ou medida provisória proposta passa vir a tê-lo):

7. Síntese do parecer do Órgão Jurídico:

PROJETO DE LEI Nº 61, DE 1992-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$989.346.000,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992), em favor da Presidência da República — Secretaria dos Desportos, crédito suplementar no valor de Cr\$989.346.000,00 (novecentos e oitenta e nove milhões, trezentos e quarenta e seis mil cruzeiros), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação de dotações indicadas no Anexo II desta lei, nos montantes especificados.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

CR\$ 1.000,00

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

CR\$ 1.000,00

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

**MENSAGEM Nº 121, DE 1992-CN
(Nº 639/92, na origem)**

Senhores Membros do Congresso Nacional,
Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da

Economia, Fazenda e Planejamento, o texto do projeto de lei que "autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de Cr\$423.104.000,00, para os fins que especifica".

Brasília, 1º de outubro de 1992. — **Fernando Collor**

E.M. nº 389/MEFP

Brasília, 30 de setembro de 1992.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

O Ministério da Justiça solicita a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 460.000.000,00 (quatrocentos e sessenta milhões de cruzeiros), em favor da Secretaria de Polícia Federal, visando à cobertura de despesas com a construção do edifício-sede da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal na Bahia.

2. Do montante solicitado, a parcela de Cr\$36.896.000,00 (trinta e seis milhões, oitocentos e noventa e seis mil cruzeiros) poderá ser viabilizada através de decreto, por situar-se dentro do limite de 20% (vinte por cento) estabelecido na vigente Lei Orçamentária para remanejamento de dotações entre subprojetos/subatividades.

3. A parcela restante, de Cr\$423.104.000,00 (quatrocentos e vinte e três milhões, cento e quatro mil cruzeiros), deverá ser encaminhada ao Congresso Nacional, mediante Projeto de Lei, em cumprimento aos dispositivos constitucionais.

4. Cabe esclarecer que o citado edifício já foi entregue àquele Departamento pela empresa construtora, encontrando-se ocupado pelo efetivo daquela regional, tornando-se imprescindível a viabilização do crédito para quitação de reajustes contratuais decorrentes da referida obra.

5. Os recursos necessários ao atendimento do pleito correrão à conta da anulação parcial de dotações orçamentárias da própria unidade.

6. Este Ministério manifesta-se favoravelmente ao crédito, no valor de Cr\$423.104.000,00 (quatrocentos e vinte e três milhões, cento e quatro mil cruzeiros), que se enquadra às disposições do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do artigo 167, incisos V e VI, da Constituição.

7. Nessas condições, tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente. — **Marcello Marques Moreira**, Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento.

**ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS
DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA,
FAZENDA E PLANEJAMENTO
Nº 389 DE 30-9-92**

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:

Cobertura de despesas com a construção do edifício-sede da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal na Bahia.

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

Encaminhamento de Projeto de Lei ao Congresso Nacional, a fim de obter o necessário amparo legal.

3. Alternativas existentes às medidas ou atos propostos: A alternativa proposta é única para resolução da situação apresentada.

4. Custos:

O Tesouro não será onerado por tratar-se de remanejamento de dotações já previstas no orçamento da Unidade.

5. Razões que justificam a urgência:

6. Impacto sobre o meio ambiente:

Nada a registrar

7. Síntese do parecer do órgão jurídico:

PROJETO DE LEI Nº 62, DE 1992-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de Cr\$423.104.000,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992), em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de Cr\$423.104.000,00 (quatrocentos e vinte e três milhões, cento e quatro mil cruzeiros), para atender à programação constante do Anexo I desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão da anulação parcial da dotação indicada no Anexo II desta lei, no montante especificado.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

30030 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
30138 - SECRETARIA DE POLÍCIA FEDERAL

CN\$ 1.000.00

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUNOS E ENC. DA DIVINHO	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA		423 104				423 104			
SEGURANÇA PÚBLICA		423 104				423 104			
REIFICAÇÕES PÚBLICAS		423 104				423 104			
00 030 0020 1002 CONSTRUÇÃO DE IMOVEIS		423 104				423 104			
PROPORCIONAR CONDIÇÕES ADEQUADAS DE TRABALHO E DE ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS - (CONSTRUÇÃO DA UNIDADE REGIONAL (UNIDADE) - 2)									
00 030 0020 1003 0010 CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA SAÚDE - (CONSTRUÇÃO DA UNIDADE REGIONAL (UNIDADE) - 1)	FISCAL	423 104				423 104			
TOTAL FISCAL		423 104				423 104			

AS QUANTIDADES DAS UNIDADES SUPLEMENTAR SUAS POSIÇÕES ATUAIS

30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
30108 - SECRETARIA DE POLÍCIA FEDERAL

CR\$ 1 000 00

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESPERA	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA		423 104				423 104			
SEGURANÇA PÚBLICA		423 104				423 104			
EDIFICAÇÕES PÚBLICAS		423 104				423 104			
DE 030 0025 1002 CONSTRUÇÃO DE IMOVEIS		423 104				423 104			
PROPORCIONAR CONDIÇÕES ADEQUADAS DE TRABALHO E DE ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS									
CONSTRUÇÃO DE UNIDADE REGIONAL (UNIDADE) = 2									
DE 030 0025 1003 0018 ADAPTAÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL	FISCAL	423 104				423 104			
CONSTRUÇÃO DE UNIDADE REGIONAL (UNIDADE) = 1									
TOTAL FISCAL		423 104				423 104			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

LEGISLAÇÃO CITADA

(Anexada pela Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional.)

LEI Nº 8.409, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1992

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1992.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — As mensagens que acabam de ser lidas encaminham os Projetos de Lei nº 52 a 62, que tratam de abertura de crédito.

Nos termos da Resolução nº 1, de 1991-CN, os referidos projetos serão remetidos à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sendo o seguinte o calendário para sua tramitação:

Dia 13 de outubro — Distribuição de avulso;

Até 21 de outubro — Prazo para apresentação de emendas;

Dia 26 de outubro — Distribuição de avulso das emendas;

Até 5 de novembro — Prazo para encaminhamento dos pareceres à Mesa do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Tendo em vista a criação, através do Requerimento nº 620, de 1991-CN, de autoria do Deputado Paulo Ramos, de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a examinar atos e fatos geradores do endividamento externo brasileiro, a Presidência, de acordo com as indicações das Lideranças, designa, para integrarem a referida comissão, os senhores:

TITULARES**Senadores**

1. Coutinho Jorge (PMDB)
2. José Fogaça (PMDB)
3. Ronan Tito (PMDB)
4. Ruy Bacelar (PMDB)
5. Carlos Patrocínio (PFL)
6. Henrique Almeida (PFL)
7. Chagas Rodrigues (PSDB)
8. Lourenberg Nunes Rocha (PTB)
9. Nelson Wedekin (PDT)
10. Ney Maranhão (PRN)
11. Jarbas Passarinho (PDS)

Deputados

1. Mussa Demes (Bloco)
2. José Múcio Monteiro (Bloco)
3. Wagner do Nascimento (Bloco)

4. José Geraldo (PMDB)
5. Wilson Campos (PMDB)
6. Paulo Ramos (PDT)
7. Jackson Pereira (PSDB)
8. Roberto Campos (PDS)
9. Maria Laura (PT)
10. Paulo Heslander (PTB)
11. Avelino Costa (PL)

SUPLENTES**Senadores**

- 1 — Alfredo Campos (PMDB)
- 2 — Onofre Quinan (PMDB)
- 3 — Júlio Campos (PFL)
- 4 — Mário Covas (PSDB)
- 5 — Jonas Pinheiro (PTB)
- 6 — Eduardo Suplicy (PT)
- 7 — José Paulo Bisol (PSB)

Deputados

- 1 — Oswaldo Coelho (Bloco)
- 2 — Mavíael Cavalcanti (Bloco)
- 3 — Fernando Bezerra Coelho (PMDB)
- 4 — Carrion Júnior (PDT)
- 5 — Paulo Silva (PSDB)
- 6 — Delfim Netto (PDS)
- 7 — José Fortunati (PT)

Nos termos do § 3º do art. 35 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, segundo subsidiário do Regimento Comum, o prazo da comissão se encerrará em 22 de março de 1993.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A ESTERILIZAÇÃO DE MULHERES NO BRASIL
REQUERIMENTO Nº 119, DE 1992 — CN

Brasília, de setembro de 1992

Senhor Presidente:

Na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 796, de 1991-CN, destinada a “investigar a incidência de esterilização de mulheres no Brasil”, e nos termos do art. 76, pará-

grafo 1º, alínea a, do Regulamento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 35, parágrafo 3º, do Regulamento da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência prorrogação por mais 60 (sessenta) dias, do prazo cedido a este órgão técnico, para conclusão de seus trabalhos.

Atenciosamente. — Deputada **Benedita da Silva**, Presidente da CPMI.

Término do prazo: 23-9-92

Novo prazo: 23-11-92

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Fica concedida a prorrogação pelo prazo solicitado.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Esgotou-se o prazo para a Comissão Mista apresentar o parecer sobre a admissibilidade da Medida Provisória nº 306, de 25 de setembro de 1992, que disciplina o pagamento de vantagens que menciona e dá outras providências.

Nos termos do disposto no art. 8º da Resolução nº 1, de 1989-CN, solicito ao nobre Deputado Adylson Motta que profira o seu parecer.

O SR. ADYLSON MOTTA (PDS — RS. Para emitir parecer.) — Da Comissão Mista incumbida do exame da Admissibilidade da Medida Provisória nº 306, de 25 de setembro de 1992, que disciplina o pagamento de vantagens que menciona e dá outras providências.

O Senhor Presidente da República, com base no art. 62 da Constituição, submete à deliberação do Congresso Nacional a Medida Provisória nº 306, de 25 de setembro de 1992, publicada no *Diário Oficial da União*, de 28 de setembro de 1992, que disciplina o pagamento de vantagens que menciona e dá outras providências.

São dois os objetivos da Medida Provisória. O primeiro deles é estabelecer limite adequado de gratificação e vantagens pecuniárias devidas aos integrantes da Carreira Auditoria do Tesouro Nacional, aos Procuradores da Fazenda Nacional e aos Fiscais de Contribuições Previdenciárias, passando-o de Cr\$9.400.000,00 (nove milhões e quatrocentos mil cruzeiros) para cerca de Cr\$15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros). O outro objetivo da norma consiste no compromisso de o Poder Executivo, no prazo de quarenta e cinco dias, encaminhar ao Congresso Nacional projeto de lei dispondo sobre a transformação do Departamento de Receita Federal em entidade autárquica de natureza especial.

Nos termos do disposto no art. 5º da Resolução nº 1, de 1989-CN, cabe a esta Comissão emitir parecer, preliminarmente, sobre a admissibilidade total ou parcial da Medida Provisória nº 306, de 1992, com a finalidade de examinar-se a existência, ou não, dos pressupostos de urgência e relevância de que trata o art. 62 da Constituição.

O pressuposto de urgência para a edição de uma medida provisória encontra parâmetro objetivo oferecido pela própria Constituição, que é o regime de urgência a ser solicitado pelo Senhor Presidente da República nos projetos de lei, conforme previsto no art. 64.

Com efeito, entendemos que uma medida provisória pode ser enquadrada no pressuposto de urgência quando a matéria por ela tratada não puder aguardar pelo menos 100 (cem) dias, para tramitação de projetos de iniciativa do Senhor Presidente da República.

Mesmo que não se adote o critério acima indicado e se opte pelo juízo discricionário para saber-se o que é urgência, ainda assim, entendemos que ela está presente no caso da Medida Provisória sob exame. As modificações introduzidas pelo ato do Poder Executivo requerem aplicação imediata, tanto assim que seus efeitos financeiros retroagem a 1º de setembro de 1992, porque visam a corrigir distorções produzidas pelo art. 13 da Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1992, o que teria levado os servidores da Receita Federal a uma paralisação quase total das atividades do órgão, nos últimos quinze dias anteriores à edição da Medida em exame, com acentuados prejuízos para a arrecadação dos tributos e contribuições federais, circunstância essa que reclamava pronta solução por parte das autoridades competentes.

Quanto à relevância da matéria, parece-nos pacífica, em face dos comentários já expendidos, aos quais acrescentaríamos o fato de já existir em tramitação no Senado Federal projeto de decreto-legislativo visando à sustação do art. 13 da Lei Delegada nº 13, de 1992. Ressalte-se que, no particular, a edição da Medida Provisória supre a providência buscada com o projeto de decreto legislativo, eis que por via indireta se modifica o art. 13 da Lei Delegada nº 13, de 1992, encontrando-se, finalmente, um ponto de equilíbrio que atende aos interesses da administração e dos servidores envolvidos.

Ante o exposto, conclui-se pela urgência e relevância da matéria versada na Medida Provisória nº 306, de 25 de setembro de 1992, diante do que nosso parecer é favorável à sua admissibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — O parecer conclui pela admissibilidade da medida provisória.

Nos termos do disposto no inciso I do § 1º do art. 5º da Resolução nº 1, de 1989-CN, a Presidência abre o prazo de 24 horas para apresentação do recurso ali previsto.

O Sr. José Luiz Maia — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA (PDS - PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente. Tramita nesta Casa a proposta orçamentária do Governo. Pelo que lemos, trata-se de um Orçamento extremamente magro, sequer contém recursos para o pagamento da isonomia que votamos aqui, nesta Casa, neste semestre. A imprensa escrita e falada anuncia declarações do Presidente Itamar Franco de que haverá uma reforma administrativa com a criação de vários ministérios. É claro que, se estamos votando o Orçamento, é preciso que a área econômica do Governo ou a área responsável por esse setor informe a esta Casa as fontes de recursos necessárias a suprir tais despesas, mesmo porque, no momento em que tramita essa proposta orçamentária, melhor seria um aditivo ao Orçamento ou à mensagem corretiva para podermos votar essa matéria definitivamente.

Hoje, tive oportunidade de consultar o Presidente Mauro Benevides sobre o assunto, inclusive porque os prazos anunciados para apresentação de emendas venceriam dia 09. Creio, portanto, que é importante que o Presidente do Congresso Nacional busque o entendimento com o setor competente

do Governo e, conseqüentemente, com o Presidente da Comissão de Orçamento, para que se equacione essa questão que me parece da maior importância.

Sr. Presidente, era essa a indagação que gostaria de fazer. Desejaria ouvir de V. Exª uma opinião sobre a matéria.

O Sr. Adylson Motta — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra a V. Exª

O SR. ADYLSO MOTA (PDS — RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente. Gostaria de fazer um apelo a V. Exª, já que a Mesa do Congresso é a mesma Mesa do Senado, e eu, como Deputado, não tenho o direito de levantar qualquer questão perante o Senado. Atendendo a solicitações que tenho recebido de diversos Municípios do meu Estado, o Rio Grande do Sul — e que não deve ser diferente nos demais Estados da Federação —, faço um apelo a V. Exª no sentido de que a Mesa do Senado Federal ponha em votação, o mais rápido possível, a Emenda Constitucional que fixa o número de Vereadores para a próxima legislatura, os Vereadores que estão sendo eleitos agora.

Formulo esse apelo porque já houve duas votações aqui na Câmara, sendo aprovada a Emenda; no primeiro turno de votação no Senado também foi aprovada, dependendo apenas da segunda votação no Senado. Por se tratar de um assunto relevante, uma vez que há expectativa em torno da fixação do número de Vereadores, a Emenda apresentada pelo Deputado Nelson Jobim prevê a observância de uma certa proporcionalidade, de acordo com a população e o número de eleitores dos Municípios. Assim, peço a V. Exª, como Membro da Mesa do Senado, que diligencie no sentido de que seja posta em votação essa Emenda, porque atenderá uma solicitação generalizada em todos os municípios brasileiros, em número de cinco mil, que realizaram as suas eleições para Vereador.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Está registrado o apelo de V. Exª A propósito da questão de ordem levantada por V. Exª, Deputado José Luiz Maia, tomo a liberdade de fazer referência ao art. 166, § 5º, da Constituição Federal, que diz:

“O Presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação nos projetos a que se refere este artigo enquanto não iniciada a votação, na Comissão Mista, da parte cuja alteração é proposta.”

O Sr. José Luiz Maia — Sr. Presidente, o apelo que fiz foi para que o Presidente do Senado e o Presidente da Comissão de Orçamento diligenciassem junto aos órgãos competentes do Governo, no caso o Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, já que vão ocorrer essas modificações, no sentido de que passássemos a votar o Orçamento de forma definitiva. Se demorarmos mais dias, vamos ficar aqui trabalhando com prazos exíguos, porque temos, por força da Constituição, um prazo para a votação do Orçamento. Já que o Presidente Itamar Franco se propõe a fazer essas modificações, que Sua Excelência o faça inclusive com essa mensagem aditiva ao Orçamento da União.

Esse é o objeto da preocupação da Liderança do PDS, na Câmara, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Perfeitamente. Está registrada a manifestação de V. Exª

SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 305, de 4 de setembro de 1992, que cria a Secretaria de Projetos Especiais da Presidência da República e dá outras providências quanto à sua admissibilidade.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. Em votação.

A Presidência irá colher os votos das Lideranças.

Como vota o Líder do PDT?

O SR. SÉRGIO GAUDENZI (PDT — BA) — O PDT vota “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Como vota o Líder do PT?

O SR. EDUARDO JORGE (PT — SP) — O PT vota “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Como vota o Líder do PSDB?

O SR. RUBENS BUENO (PSDB — PR) — O PSDB vota “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Como vota o Líder do PDS?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA (PDS-PI) — O PDS vota “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam a admissibilidade queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitada.

Rejeitada na Câmara, não será apreciada no Senado.

É A SEGUINTE A MEDIDA PROVISÓRIA REJEITADA:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 305,
DE 4 DE SETEMBRO DE 1992.

Cria a Secretaria de Projetos Especiais da Presidência da República e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º É criada a Secretaria de Projetos Especiais, órgão de assistência direta e imediata ao Presidente da República, com a finalidade de planejar, coordenar e supervisionar a formulação e a execução de projetos e programas especiais de interesse do Governo Federal.

Parágrafo único. O Projeto Minha Gente passa a ser gerido pela Secretaria de Projetos Especiais da Presidência da República.

Art. 2º A Secretaria de Projetos Especiais da Presidência da República tem a seguinte estrutura básica:

I — Departamento de Planejamento de Projetos Especiais;

II — Departamento de Gestão de Projetos Especiais;

III — Departamento de Acompanhamento Técnico de Projetos Especiais.

Art. 3º É criado o cargo de natureza especial de Secretário de Projetos Especiais da Presidência da República, com vencimento de Cr\$2.423.592,57 (dois milhões, quatrocentos e vinte e três mil, quinhentos e noventa e dois cruzeiros e cinquenta e sete centavos), acrescido da representação mensal correspondente a cem por cento.

Art. 4º Ficam criados os cargos em comissão constantes do Anexo desta Medida Provisória, sendo transferidos e transformados aqueles existentes na Secretaria-Geral da Presidência da República, destinados ao Projeto Minha Gente.

Art. 5º Ficam criados, na estrutura do Ministério da Educação, três cargos de Coordenador-Geral — DAS-101.4, três cargos de Assessor — DAS-102.3, cinco cargos de Gerente de Projeto — DAS-101.2, sete cargos de Chefe de Serviço — DAS-101.1 e duas Funções Gratificadas — FG-2, desti-

nados ao Projeto Minha Gente, na forma do art. 3º do Decreto nº 539, de 26 de maio de 1992.

Art. 6º O Poder Executivo, no prazo de trinta dias, baixará os atos necessários à execução do disposto nesta medida provisória.

Art. 7º As relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 303, de 4 de agosto de 1992, serão disciplinadas pelo Congresso Nacional, nos termos do disposto no parágrafo único do art. 62 da Constituição.

Art. 8º Esta medida provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de setembro de 1992; 171º da Independência e 104º da República. — **FERNANDO COLLOR** — Célio Borja — Carlos M. Garcia.

ANEXO

QUADRO DEMONSTRATIVO DE CARGOS EM COMISSÃO E GRATIFICAÇÕES DE REPRESENTAÇÃO DA SECRETARIA DE PROJETOS ESPECIAIS

UNIDADE	QUANT.	CARGO/FUNÇÃO	DAS/GR
	1	Secretário-Adjunto	101.6
GABINETE	1	Chefe	101.4
	3	Assessor	102.3
	3	Assessor	102.2
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Divisão	2	Chefe	101.2
Serviço	4	Chefe	101.1
	51	Supervisor	GR
	53	Assistente	GR
	68	Especialista	GR
	28	Secretário	GR
	32	Auxiliar	GR
ASSESSORIA DE IMPRENSA	1	Assessor-Chefe	101.4
	2	Assessor	102.2
ASSESSORIA PARLAMENTAR	1	Assessor-Chefe	101.4
	2	Assessor	102.2
ASSESSORIA ESPECIAL	1	Assessor-Chefe	101.4
	2	Assessor	102.2
ASSESSORIA JURÍDICA	1	Assessor-Chefe	101.4
	1	Assessor	102.2
	2	Coordenador	101.3
	2	Chefe	101.2
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO DE PROJETOS ESPECIAIS	1	Diretor	101.5
	2	Assessor	102.2
Serviço	3	Chefe	101.1
	3	Gerente de Programa	101.4
	4	Subgerente	101.2
Serviço	3	Chefe	101.1

UNIDADE	QUANT.	CARGO/FUNÇÃO	DAS/GR
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PROJETOS ESPECIAIS			
	1	Diretor	101.5
	2	Assessor	102.2
Serviço	3	Chefe	101.1
	3	Gerente de Programa	101.4
	4	Subgerente	101.2
Serviço	3	Chefe	101.1
DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO TÉCNICO DE PROJETOS ESPECIAIS			
	1	Diretor	101.5
	2	Assessor	102.2
Serviço	3	Chefe	101.1
	3	Gerente de Programa	101.4
	4	Subgerente	101.2
Serviço	3	Chefe	101.1
PROJETO MINHA GENTE			
	1	Superintendente	101.6
	3	Coordenador-Executivo	101.5
	9	Gerente de Programa	101.4
	18	Gerente de Projeto	101.2
	17	Chefe de Serviço	101.1
	5	Assessor	102.4
	2	Assessor	102.3
	6	Assessor	102.2
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO			
	1	Coordenador-Geral	101.4
	1	Assessor	102.1
Coordenação	3	Coordenador	101.3
Divisão	6	Chefe	101.2
Serviço	6	Chefe	101.1
REPRESENTAÇÕES REGIONAIS			
Coordenação-Geral	4	Coordenador-Geral	101.4
	4	Assessor	102.1
Divisão	12	Chefe	101.2
Serviço	12	Chefe	101.1

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 19h, neste plenário, destinada ao recebimento do parecer quanto à admissibilidade da Medida Provisória nº 307.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 32 minutos.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral Cr\$ 70.000,00 até 31-3-92

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral Cr\$ 70.000,00 até 31-3-92

Número avulso Cr\$ 500,00 até 31-3-92

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal - Agência - PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

**Praça dos Três Poderes - Brasília - DF
CEP: 70160**

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações - Coordenação de Atendimento ao Usuário.

CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

- Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências
- Dispositivos vetados e razões dos vetos
- Legislação correlata
- Índice temático

**Lançamento
Cr\$ 800,00**

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas - Senado Federal, Anexo I, 22º andar - Praça dos Três Poderes, CEP 70160 - Brasília, DF - Telefones 311-3578 e 311-3579.

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado CGA 470775.

ESTATUTO DA CRIANÇA E E DO ADOLESCENTE

**Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990:
Dispõe sobre o Estatuto da Criança
e do Adolescente, e dá outras
providências. (D.O. de 16-7-90)**

Legislação correlata

**Convenção sobre os direitos da criança
(DCN, Seção II, de 18-9-90)**

Índice temático

**Lançamento
Cr\$ 800,00**

**À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas - Senado Federal, Anexo I, 22º andar -
Praça dos Três Poderes, CEP 70160 - Brasília,
DF - Telefones 311-3578 e 311-3579.**

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado CGA 470775.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 107

(Julho a setembro de 1990)

Está circulando o nº 107 da *Revista de Informação Legislativa*, periódico trimestral de pesquisa jurídica editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

COLABORAÇÃO

- Medidas provisórias – *Raul Machado Horta*
Os serviços de telecomunicações na Constituição Brasileira de 1988 – *Gaspar Vianna*
A Constituição de 1988 e o sistema financeiro nacional – *Arnoldo Wald*
A autonomia universitária e seus limites jurídicos – *Giuseppe da Costa*
A aposentadoria dos servidores na Constituição de 1988 – *Palhares Moreira Reis*
Direito urbanístico e limitações administrativas urbanísticas – *Diogo de Figueiredo Moreira Neto*
Controle parlamentar da administração – *Odete Medauar*
Observações sobre os Tribunais Regionais Federais – *Adhemar Ferreira Maciel*
O recurso especial e o Supremo Tribunal de Justiça – *Sálvio de Figueiredo Teixeira*
Tribunal de Contas e Poder Judiciário – *Jaime Maranhão*
Jurisdição e competência: nota sobre o sentido histórico-político da distinção – *Nelson Saldanha*
A atuação dos Procuradores da República no atual contexto de competência jurisdicional federal em tema de combate a entorpecentes – *Vitor Fernandes Gonçalves*

Conceito de "underselling" ("dumping") dentro do Anteprojeto da nova Lei Antitruste – *Mário Roberto Villanova Nogueira*

Os direitos de autor e os que lhes são conexos sobre obras intelectuais criadas ou interpretadas sob o regime de prestação de serviços – *José Carlos Costa Netto*

Bem de família – *Zeno Veloso*

Fundamentos da arbitragem no Direito brasileiro e estrangeiro – *Jorge Barrientos Parra*

"Lobbies" e grupos de pressão como agentes de informação para o Poder Legislativo – *Yamil e Souza Dutra*
Desequilíbrios regionais no atendimento às demandas de educação – *Edivaldo M. Boaventura*

A biblioteca legislativa e seus objetivos – *Eduardo José Wense Dias*

Recepción de la sociedad unipersonal de responsabilidad limitada en el Proyecto de Unificación Civil y Comercial en Argentina. Protección de los acreedores – *Dr. Daniel E. Moeremans*

La influencia de la Jurisprudencia del Tribunal Europeo de los Derechos Humanos en la Jurisprudencia del Tribunal Constitucional Español – *Antonio M^a López Navarrete*

PUBLICAÇÕES

Obras publicadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas

À Venda na Subsecretaria
de Edições Técnicas – Senado
Federal – Anexo I, 22º andar
– Praça dos Três Poderes. CEP
70160-900 Brasília. DF. Telefones
311-3578 e 311-3579.

PREÇO DO EXEMPLAR

Cr\$ 1.000,00

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado – CGA 470775.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 110

(abril a junho de 1991)

Está circulando o nº 110 da Revista de Informação Legislativa, periódico trimestral de pesquisa jurídica, editada pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número com 398 páginas, contém as seguintes matérias:

Assinatura para 1991 (nº 109 a 112).

Cr\$ 4.500,00

COLABORAÇÃO

A primeira Constituição Republicana do Brasil -
Alcides de Mendonça Lima
Tarefa dos partidos políticos no processo de integração da América Latina - *André Franco Montoro*
Os actos legislativos no Direito Constitucional Português - *Jorge Miranda*
Konrad Hesse: Uma nova crença na Constituição - *Inocêncio Mártires Coelho*
Os Direitos Humanos como limitações ao poder constituinte - *Leomar Barros Amorim de Sousa*
Revisão constitucional - *Geraldo Ataliba*
Direito Constitucional Brasileiro (Reflexões sobre aspectos elementares) - *Sebastião Baptista Affonso*
Mandado de injunção - *Marcelo Duarte*
As Medidas Provisórias no Sistema Jurídico-Constitucional Brasileiro - *Fran Figueiredo*
Aspectos do Regime Constitucional da Desapropriação - *Vitor Rolf Laubé*
A liberdade de expressão e a propaganda eleitoral ilícita - *Geraldo Brindeiro*
Questões e direitos relativos à mulher nas Constituições do Brasil e de Minas Gerais - *Anamaria Vaz de Assis Medina*
Fundações privadas instituídas pelo Poder Público - *Adilson Abreu Dallari*

Auditoria e avaliação da execução - *Rosinethe Monteiro Soares*
Soberania do Poder Judiciário - *Antônio de Pádua Ribeiro*
O Poder Normativo da Justiça do Trabalho - *Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena*
A Escola Judicial - *Sálvio de Figueiredo Teixeira*
Da constitucionalidade do bloqueio de valores - *Adriano Perácio de Paula*
O Programa Brasileiro de Privatização de Empresas Estatais - *Marcos Juruená Villela Souto*
Tratamento jurídico dispensado no Brasil ao capital estrangeiro - *Werter R. Faria*
Agricultura e inflação sob o capitalismo periférico - *Mauro Márcio Oliveira*
A pau e pedra: notas sobre o vandalismo - *José Arthur Rios*
Dois momentos decisivos na vida de Rui Barbosa - *Rubem Nogueira*
PESQUISA - Direito Comparado
Lei inglesa de proteção ao consumidor, 1961
Lei inglesa de segurança do consumidor, 1978 ...
Emenda à lei inglesa de segurança do consumidor, 1986
Obras publicadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas - Senado Federal, Anexo I, 22º andar - Praça dos Três Poderes, CEP 70160 - Brasília, DF - Telefones: 311-3578 e 311-3579

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal - CGA 470775.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 72 PÁGINAS